

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Ibero Ribeiro de Matos

**Violência escolar em uma escola estadual:
desafios e possibilidades gestoras**

Juiz de Fora
2020

Ibero Ribeiro de Matos

Violência escolar em uma escola estadual:

desafios e possibilidades gestoras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosângela Veiga Júlio Ferreira.

Juiz de Fora

2020

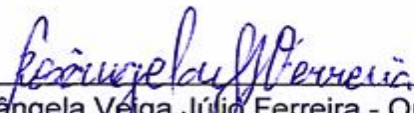
Ibero Ribeiro de Matos

Violência escolar em uma escola estadual:
desafios e possibilidades gestoras

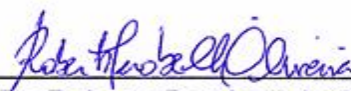
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre

Aprovada em: 06 de janeiro de 2020.

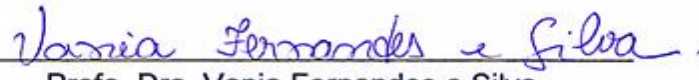
BANCA EXAMINADORA



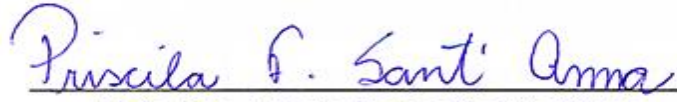
Profa. Dra. Rosângela Veiga Júlio Ferreira - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Roberto Perobelli de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo



Profa. Dra. Vania Fernandes e Silva
Colégio de Aplicação João XXII



Profa. Dra. Priscila Fernandes Sant'Anna
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Matos, Ibero Ribeiro de.

Violência escolar em uma escola estadual : desafios e possibilidades gestoras / Ibero Ribeiro de Matos. -- 2020.
146 f.

Orientadora: Rosângela Veiga Júlio Ferreira

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Violência escolar. 2. Gestão. 3. Agressão física. 4. Agressão verbal. 5. Dano ao patrimônio. I. Ferreira, Rosângela Veiga Júlio, orient. II. Título.

Dedico este trabalho aos meus avós maternos “Mãe Zezé” e “Pai Ovídio” (*in memoriam*), pelos ensinamentos, carinho e dedicação durante a harmoniosa convivência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por me sustentar de pé nos momentos mais difíceis da vida e desta caminhada.

Ao Agente de Suporte Acadêmico, Prof. Dr. Daniel Eveling, pela paciência e dedicação no acompanhamento do trabalho.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Rosângela Veiga Júlio Ferreira, por ter me escolhido e dado a orientação fundamental para a conclusão deste trabalho.

Aos colegas da turma de 2017, pelo companheirismo, amizade e motivação nos momentos de desânimo e vontade de desistir, em especial ao Deusdete, Esposa e Filho.

À minha mãe, “Nitinha”, pela dedicação e incentivo em todos os momentos da vida, principalmente, quando me dizia: “estuda, meu filho, pois o conhecimento ninguém pode tomar. É a herança que quero deixar para você”. E ao meu pai, Isaac, por me ensinar a paciência.

Aos meus irmãos, Irene, Isaac e Ivan, por não deixarem que a distância diminuísse nossa amizade e união.

À minha esposa, Eliziane (Liz), e ao meu filho, Felipe, por terem paciência e tolerância em minhas diversas ausências, pelos trabalhos e dissertação, e por serem exemplo de amor, carinho e amizade em minha vida.

Aos alunos, professores e demais funcionários da escola estudada, por fazerem parte de uma convivência harmoniosa durante esses anos, possibilitando a concretização deste estudo de caso.

Agradeço também aos membros das bancas de qualificação, Prof. Dr. Roberto Perobelli e Prof. Dr.^a Vania Fernandes e Silva, que também compuseram a banca de defesa, ao lado da Prof. Dr.^a Priscila Sant’Anna, por terem contribuído de maneira singular para o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço ao povo do estado de Minas Gerais, que, através do pagamento dos impostos, possibilitou a parceria do Estado com a UFJF para a concretização do curso de Mestrado.

“Quarenta vozes amei
Uma por uma a mexer
Só pra me fazer feliz
Naquela bênção, cheguei
Junto com a vida
E cantei
Minhas batidas do coração
Eu não quero saudade aqui
Eu não quero me despedir
Ponto de uma partida mas
Com o caminho pra dentro de mim, Rafa!
E o lar, o palco acendeu
Com todas as cores do arco
Colorindo minha emoção
Se ele vem já chegou
E mais dez vozes, carinho
Pra no futuro acreditar
Que crianças são essas Deus?
Que adultos a completar?
Ponto de uma partida
Mas com a certeza pra dentro de mim
Gabi, Pablo, Yuri, Rafa”.

(NASCIMENTO; BORGES, 2002, p. 4).

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estruturou-se a partir da observação de situações de violência entre estudantes de uma escola estadual do estado de Minas Gerais. A violência escolar, objeto de atenção de gestores educacionais, que buscam discutir alternativas estratégicas para a problemática, é oriunda de um amálgama de questões políticas, econômicas, sociais, judiciárias e culturais. Preocupados com o tema, atentos ao que autores de referência discorrem sobre o assunto e investigando o que acontece no espaço escolhido para a pesquisa, trabalhamos com a hipótese de que o quadro de violência escolar pode estar configurado pelo não reconhecimento de um conjunto de sujeitos (estudantes, professores, família) do papel social da instituição escolar. No sentido de confirmar e/ou refutar essa hipótese, definimos como questão de investigação: que sentidos estudantes, professores e demais servidores estabelecem para a instituição escolar investigada, quando perguntados sobre evidências do quadro de violência escolar? Para problematizar essa questão de investigação, observando, em especial, de que maneira a gestão da escola pode contribuir para a comunidade refletir sobre consequências de questões de violência escolar às relações de ensino e aprendizagem, definimos, como objetivo geral, compreender os diferentes tipos de violência escolar na instituição estudada e seus desdobramentos nos processos educacionais, com vistas a propor um plano de gestão. Traçamos, então, como objetivos específicos: (i) identificar evidências do caso de gestão, mapeando os tipos de situações cotidianas que contribuem para o quadro de violência escolar e investigando como os diferentes sujeitos que ocupam a escola estadual vêm lidando com essas situações; (ii) analisar a natureza e a recorrência da violência mapeada, problematizando desafios e possibilidades para a implementação de ações gestoras; (iii) propor um Plano de Ação para a constituição de uma gestão escolar que contribua para a modificação da cultura escolar pautada na violência, devolvendo à comunidade os investimentos da pesquisa. Para tanto, adotamos, como procedimento metodológico, dados advindos de questionários não identificados,

aplicado a estudantes, professores e demais funcionários, o que nos permitiu chegar a categorias de análise que balizaram o Plano de Ação. Concluímos que a cultura da violência, presente nas agressões verbais, físicas e em danos ao patrimônio público, encontra no diálogo caminhos de mediação para a implementação de uma cultura não excludente. Nesse sentido, a gestão das situações de violência se coloca como uma possibilidade para a promoção de um percurso que pode vir a fortalecer o coletivo na instituição, pela luta da garantia do direito de aprendizagem, independente de fatores de natureza social, política, econômica, psicológica, dentre outros que justifiquem a violência à escola e na escola.

Palavras-chave: Violência escolar. Gestão. Agressão Física. Agressão Verbal. Dano ao Patrimônio.

ABSTRACT

The following dissertation was developed within the scope of the Professional Master's Degree in Management and Evaluation of Public Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Evaluation of Education at the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The management case was structured based on the observation of situations of violence among students at a state school in the state of Minas Gerais. School violence - which is the focus of attention of educational managers who seek to discuss strategic alternatives to the problem - comes from a combination of political, economic, social, legal and cultural issues. Concerned about the theme, attentive to what reference authors have discussed about the subject, and investigating what takes place in the location chosen for the research, the present work focus on the hypothesis that the reality of school violence may be configured by the non-recognition of the school institution's social role by a set of agents (students, teachers, families). In order to confirm and / or refute this hypothesis, the following research question was defined: what connotations do students, teachers and other public agents establish for the investigated school institution, when asked about the evidence of school violence? To problematize this research question observing, in particular, how school management can contribute for the community to reflect on the consequences of school violence issues for both teaching and learning relationships, it was defined - as a general objective - to understand the different types of school violence in the studied institution and its consequences in the educational processes, with the intent of proposing a management plan. The following specific objectives were outlined: (i) to identify evidence from the management case, mapping the types of everyday situations that contribute to the situation of school violence, and investigating how the different agents who inhabit the state school have been dealing with these situations; (ii) to analyze the nature and frequency of the mapped violence, problematizing challenges and possibilities for the implementation of management actions; (iii) to propose an Action Plan for the constitution of a school management that contributes to the modification of the school culture based on violence, returning the investments of the research to the community. For that purpose, the methodology adopted was to collect data from unidentified questionnaires applied to students, teachers and other employees, which allowed to

identify categories of analysis that determined the Action Plan. It was concluded that the culture of violence - present through the verbal and physical aggressions, and through damage to public property - finds in dialogue ways of mediation for the implementation of a non-exclusive culture. In this sense, managing situations of violence is proposed as a possibility for the promotion of a path that can strengthen the community within the institution, through the fight to guarantee the right to learn, regardless of social, political, economic and psychological factors among others, that justify violence to the school and violence at school.

Keywords: School violence. Management. Physical aggression. Verbal aggression. Damage to Property.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Parede danificada	43
Figura 2 - Interruptor de energia danificado	43
Figura 3 - Vidro danificado I	44
Figura 4 - Vidro danificado II	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comunidade de origem dos estudantes	31
Quadro 2 - Os espaços físicos da escola	32
Quadro 3 - Quantitativo de servidores da escola estudada	33
Quadro 4 - Quantidade de estudantes por turma, nível de ensino, número de turmas e horário de aulas	35
Quadro 5 - Projetos e homenagens desenvolvidos pela escola	38
Quadro 6 - Tipos de agressão	46
Quadro 7 - Respostas da assertiva “A gestão conversa sobre a violência com os estudantes” de acordo com a série	69
Quadro 8 - Assertivas apresentadas aos funcionários sobre conversa da gestão sobre violência na escola estudada	70
Quadro 9 - Respostas da assertiva “Os professores dialogam com os estudantes sobre violência”	74
Quadro 10 - Assertivas apresentadas aos funcionários sobre relacionamento dos professores e o diálogo sobre violências com o público atendido pela escola estudada	75
Quadro 11 - A violência física na escola	77
Quadro 12 - Assertiva violência física na escola estudada apresentada a funcionários	78
Quadro 13 - A violência verbal na escola	82
Quadro 14 - Assertiva sobre violência verbal aplicada a funcionários	84
Quadro 15 - Assertiva sobre dano ao patrimônio da escola estudada, na percepção dos estudantes, “já presenciei colegas quebrando materiais da escola (janelas, portas, cadeiras)”	86
Quadro 16 - Assertivas sobre dano ao patrimônio da escola, inqueridas a funcionários	87

Quadro 17 - Proposta para apresentação dos resultados da pesquisa para os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem	92
Quadro 18 - Rodas de conversa com representantes de turmas, Colegiado Escolar, professores e demais funcionários	95
Quadro 19 - Formação continuada para os funcionários da escola	97
Quadro 20 - Criação de grupo de mediação escolar	99
Quadro 21 - Criação do grupo de estudos sobre violência escolar	101
Quadro 22 - Construção de regras coletivas	104

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	A VIOLÊNCIA ESCOLAR: O CASO DA INSTITUIÇÃO EM ESTUDO	21
2.1	INSTRUÇÕES LEGAIS PARA COMBATER A VIOLÊNCIA ESCOLAR NA REDE DE ENSINO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	22
2.2	PROJETOS ESCOLARES DE COMBATE À VIOLÊNCIA ESCOLAR EM MINAS GERAIS	26
2.3	A ESCOLA EM ESTUDO	30
2.3.1	Mapeando as evidências da violência	40
3	A VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR	50
3.1	CLIMA ESCOLAR	50
3.2	AGRESSÃO VERBAL	53
3.3	AGRESSÃO FÍSICA	55
3.4	DANOS AO PATRIMÔNIO ESCOLAR	58
3.5	A MEDIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR	61
3.6	O QUESTIONÁRIO NÃO IDENTIFICADO E OS SUJEITOS DE PESQUISA ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	66
3.7	O QUE NOS DIZEM OS SUJEITOS DE PESQUISA: VIOLÊNCIA NA ESCOLA, À ESCOLA, DA ESCOLA	68
3.7.1	Gestão e a questão da violência escolar	68
3.7.2	Diálogo dos professores sobre violência	73
3.7.3	Violência física	76
3.7.4	Violência verbal	81
3.7.5	Dano ao patrimônio	85

4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: UMA PROPOSTA PARA GERAR UMA CULTURA DE PAZ	91
4.1	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA PARA A COMUNIDADE ESCOLAR	92
4.2	RODA DE CONVERSA SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLAR COM FUNCIONÁRIOS, REPRESENTANTES DE TURMAS E MEMBROS DO COLEGIADO	94
4.3	FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLAR	96
4.4	CRIAÇÃO DE GRUPO DE MEDIAÇÃO ESCOLAR	98
4.5	GRUPO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLA	101
4.6	CRIAÇÃO COLETIVA DAS REGRAS DE CONVIVÊNCIA	103
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	109
	APÊNDICE A – Levantamento de situações de violência na escola estudada	119
	APÊNDICE B – Imagens da escola estudada	121
	APÊNDICE C – Questionários	128
	APÊNDICE D – Síntese das principais leis apresentadas	131
	ANEXO A – Lei nº 11.988, de 27 de julho de 2009	133
	ANEXO B – Lei Estadual 22.443, de 21 de dezembro de 2016	134
	ANEXO C – Lei Estadual 18.354, de 26 de agosto de 2009	136
	ANEXO D – Lei Estadual 22.623, de 27 de julho de 2017	137
	ANEXO E – Resolução SEE 3685/2018	141

1 INTRODUÇÃO

A violência escolar é o fio central desta dissertação, pensada nas tessituras que já inspiraram cantores consagrados como Milton Nascimento. A epígrafe da dissertação que abre este estudo investigativo nos leva a pensar sobre os meninos de Araçuaí, da música de Milton Nascimento, que se constituem como ponto de partida e também de chegada. Olhar para a escola a partir das potencialidades que nela habitam, atenta aos sujeitos singulares que a constituem, observando, em especial, como podem se sentir parte da história que eles mesmos constroem na instituição em que estudam, representa desafios que, uma vez identificados, podem, na luta, ser superados.

Iniciei este estudo dissertativo, enquanto gestor da escola investigada, certo de uma coisa: queria modificar o quadro de violência escolar que me consumia cotidianamente nos diferentes turnos em que atuava¹. Tinha ciência de que era algo que precisava ser discutido entre os pares e que precisava de uma reflexão ampliada, envolvendo estudantes e profissionais da escola. No entanto, o acúmulo de funções administrativas e de questões cotidianas impedia que se operasse, na escola sob minha gestão, uma reflexão sobre o tema. O Mestrado Profissionalizante do Programa de Pós-graduação em Gestão e Políticas Públicas (PPGP/CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora, oportunizou o mapeamento das principais questões que vinham gerando o quadro de violência escolar problematizado nesta dissertação.

Nos últimos anos, tem aumentado o número de pesquisas sobre a violência escolar que se manifesta em aspectos como dano ao patrimônio público, agressões físicas e verbais. Chrispino (2007) aponta discussões sobre o clima escolar como interferentes nos processos da violência escolar e destaca os de tipo profissionais/estudantes, estudantes/estudantes e profissionais/profissionais. Para o autor, inexistem diferenças consideráveis entre instituições públicas ou privadas, tampouco entre escolas de Educação Básica e universidades, nas questões relacionadas à violência. Nessa mesma perspectiva, para Silva (2017), o

¹ A escolha é por escrever o texto na 1ª pessoa do plural, todavia, quando trouxer passagens que se referem à minha atuação como diretor na escola pesquisada, a opção será pela 1ª pessoa do singular.

crescimento das situações de violência dentro do ambiente escolar vem preocupando profissionais da educação e tornando-se um desafio para a sociedade contemporânea. Sisto (2005) afirma, ainda, que a violência e a agressão nas escolas são problemas em muitos países.

Diante desse contexto de agressões, aumenta o nível de apreensão de professores e estudantes, dificultando a motivação para o ensino e a aprendizagem. Tendo em mente essas preocupações e a realidade vivenciada em uma escola no interior de Minas Gerais, marcada por elementos da violência, pretendemos, nesta pesquisa, pensar em formas e estratégias de amenização de aspectos de violência no interior da instituição.

Dessa maneira, estudar a violência dentro de uma instituição educacional torna-se fundamental na tentativa de compreender quais são os motivos que causam o problema no ambiente educacional e como são trazidos para dentro das escolas. Assim, alguns questionamentos dão o tom do percurso teórico que guia este texto dissertativo: O que é violência? O que é violência escolar? Quais forças operam em cada um desses conceitos que podem possibilitar ações gestoras que acolham os estudantes de modo que caiba à escola o compromisso de educar para a compreensão do outro nos espaços em que atua? Para pensar nesse desafio, trazemos, nesta dissertação, conceitos que nos ajudam a identificar, a partir da apresentação das evidências do caso de gestão, o que vem ocorrendo na escola estudada e como o que lá se opera, desafia a implementação de ações gestoras que acolham estudantes e profissionais.

A violência coloca-nos frente à ênfase do uso da força, do poder e da dominação. O conceito de violência é constituído de uma infinidade de fatores ligados à estrutura e à vivência das pessoas e de suas relações com as instituições. Na concepção de Charlot (2002), há três tipos de violência dentro das escolas: a violência na escola, a violência a escola e a violência da escola.

A violência na escola, para o autor, é um tipo que não tem relação com as atividades da escola, pode acontecer em qualquer outro lugar. Ela é apresentada quando acontece dentro do ambiente escolar sem estar relacionada com as atividades da instituição. Essa violência está diretamente ligada a fatores externos ao ambiente escolar.

Por outro lado, a violência à escola está diretamente ligada às atividades do dia a dia da instituição. Estas acontecem quando estudantes, professores e demais profissionais são agredidos física ou verbalmente, ou quando os estudantes colocam fogo em algo ou danificam cadeiras ou outro bem da instituição.

Por fim, outra forma de violência apresentada por Charlot é a violência da escola. Esta, que é institucional e simbólica, é suportada pelos jovens, de acordo com a forma como são tratados pela instituição e seus agentes. Defendemos que o conteúdo que caracteriza a violência escolar advém da forma como é compreendida pelos sujeitos que a produzem e/ou que (con)vivem com suas manifestações cotidianas. Noutras palavras, “[...] a violência escolar pode ser caracterizada como qualquer ação ou ato que interfira nas atividades rotineiras das escolas e impeça que os atores sociais daquele ambiente desenvolvam o que estava proposto para aquele ambiente (ABRAMOVAY; RUA, 2003, p. 21).

Tomando como referência o tema em tela, definimos como hipótese de pesquisa que o quadro de violência escolar pode estar configurado pelo não reconhecimento de um conjunto de sujeitos (estudantes, professores e demais funcionários) do papel social da instituição escolar. Em diálogo com Charlot (2002), a violência à escola seria o centro dessa hipótese, o que nos leva a pensar em que medida os outros tipos de violência - na/da escola – podem estar contribuindo para o quadro investigado.

Pensando em caminhos para dialogar com essa hipótese de pesquisa, definimos como questão de investigação: **que sentidos estudantes, professores e demais servidores estabelecem para a instituição escolar investigada, quando perguntados sobre evidências do quadro de violência escolar?**

Para problematizar essa questão de investigação, observando, em especial, de que maneira a gestão da escola pode contribuir para a comunidade refletir sobre consequências de questões de violência escolar às relações de ensino e aprendizagem, definimos como objetivo geral compreender os diferentes tipos de violência escolar na instituição estudada e seus desdobramentos nos processos educacionais, com vistas a propor um plano de gestão.

Traçamos, então, como objetivos específicos:

- (i) identificar evidências do caso de gestão, mapeando os tipos de situações cotidianas que contribuem para o quadro de violência escolar e investigando como os diferentes sujeitos que ocupam a escola estudada vêm lidando com essas situações;
- (ii) analisar a natureza e a recorrência da violência mapeada, problematizando desafios e possibilidades para a implementação de ações gestoras;
- (iii) propor um Plano de Ação para a constituição de uma gestão escolar que contribua para a modificação da cultura escolar pautada na violência, devolvendo à comunidade os investimentos da pesquisa.

A pesquisa aqui apresentada é um estudo de caso de gestão baseado no método qualitativo, que apresenta, geralmente, uma forma de aprofundar uma unidade individual, serve para responder questionamentos quando o pesquisador não tem muito controle sobre o fenômeno estudado. Consiste em estudar um caso para compreendermos melhor os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade. Para Yin (2001), estudar um caso consiste em estratégias de pesquisas para compreender um método que aborde formas específicas para coleta de dados. Consideramos, nessa abordagem crítica, aspectos sociais, culturais e econômicos que poderiam explicar como os professores da instituição investigada vêm lidando com violência escolar. Na mesma medida, buscou-se identificar desafios da gestão na promoção de uma cultura do respeito e do compartilhamento capazes de promover um ambiente favorável à aprendizagem.

Como procedimento metodológico, adotamos o levantamento documental e a pesquisa bibliográfica. Assim, a partir do levantamento documental e da descrição do que vem ocorrendo, levantamos evidências para subsidiar as discussões sobre o tipo de violência e sua ocorrência no interior da escola. Para sustentar esse percurso, dialogamos com autores que estudam a violência e suas manifestações na instituição escolar, buscando mapear aquelas que ocorriam no âmbito da escola que subsidia esta investigação. Imbuídos dessas discussões teóricas, buscamos analisar documentos da escola, o que nos permitiu encontrar evidências quantitativas, como o registro em livro próprio de 58 situações de violência entre setembro de 2011 e abril de 2018, o que é problematizado no decorrer do estudo.

Para a segunda etapa do trabalho, como instrumento de pesquisa, utilizamos o questionário não identificado, com o objetivo de investigar sujeitos, que estão diretamente ligados à escola investigada, sobre a violência dentro do ambiente escolar. Essa modalidade de coleta de dados se fez necessária, a nosso ver, na tentativa de compreender por que os estudantes da escola têm apresentado um aumento nas situações de violência². Os questionários, aplicados aos profissionais e a estudantes da escola estudada, foram estruturados na escala de Likert, que apresenta uma gradação na proposição das afirmativas, que se repetem estrategicamente no sentido de nos auxiliar a confirmar hipóteses levantadas e/ou cotejar respostas de um mesmo respondente, auxiliando, assim, na densidade das análises apresentadas. Nas questões apontadas para a pesquisa, foram apresentadas ao respondente quatro opções de respostas que são: discordo, mais discordo do que concordo, mais concordo do que discordo e concordo.

Para alcançarmos os objetivos propostos neste capítulo introdutório, o desenho do segundo capítulo, pautado em aspectos de cunho legal e centrado nas evidências do caso de gestão, é composto das incursões teóricas que são elementos que nos permitiram definir os questionários não identificados, cujas análises compõem o terceiro capítulo.

O quarto capítulo, estruturado com base nos dados analisados no terceiro capítulo, em resposta às evidências do caso de gestão, têm por meta a apresentação de um Plano de Ação Educacional (PAE), centrado em linhas de ação, com a intenção de promover a convivência e fortalecer a noção de pertencimento à instituição em estudo.

² Tenho ciência de que, por ser gestor da instituição investigada, há limites que precisam ser problematizados, como o fato de haver relações de poder historicamente instituídas em cargos hierárquicos. Nesse sentido, o questionário não identificado visa “driblar” essa ordem (im)posta socialmente, constituindo-se, assim, em um lugar em que os sujeitos investigados podem dizer o que pensam de forma a não se sentirem pressionados por terem que dizer a um gestor.

2 A VIOLÊNCIA ESCOLAR: O CASO DA INSTITUIÇÃO EM ESTUDO

Tendo em mente as preocupações sobre as questões de violência dentro da escola estudada, trazemos, neste capítulo, em um primeiro momento, a legislação de Minas Gerais pertinente às questões referentes ao problema em questão. Elucidamos as Leis e Resoluções do Estado que regulamentam os procedimentos necessários após ocorrências de situações de violência nas instituições educacionais. Apresentamos, assim, as normas e os programas que versam sobre as questões da violência dentro do ambiente das escolas públicas mineiras. Com a fundamentação na literatura disponível, tomam-se como referência as definições de violência escolar, clima escolar, agressão física, agressão verbal e dano ao patrimônio da escola, com a finalidade de compreendermos os possíveis desdobramentos de ações dessa natureza nas instituições de ensino. A apresentação da entidade pesquisada aparece para evidenciar as características físicas e organizacionais, discriminando o quantitativo de funcionários e as respectivas formações, assim como os projetos desenvolvidos pela instituição e a descrição das comunidades onde vivem os estudantes.

Na primeira seção, a seguir, trazemos as Leis e Resoluções que estabelecem normas para possíveis soluções de violência, nas escolas da rede pública do estado de Minas Gerais. São apresentadas a Lei nº 18.354/2009, que estabelece a participação do Colegiado em casos de violência moral e física; a Lei nº 22.443/2016, que versa sobre o desenvolvimento de atividades educativas nos estabelecimentos de ensino de Educação Básica da rede estadual, em caso de situações de violência contra pessoas e o patrimônio das escolas estaduais de Minas Gerais; a Lei nº 22.623, de 27 de julho de 2017, que estabelece proteção aos profissionais da educação no exercício da função e a Resolução nº 3.685/2018, que determina a criação de Plano de Convivência Democrática (PCD). Outra Lei que será apresentada neste capítulo será a nº 23.366/2019, que institui a política estadual de promoção da paz nas escolas, a ser implementada nos estabelecimentos de ensino vinculados ao sistema estadual de educação³.

³ As referidas legislações encontram-se, na íntegra, apresentadas nos anexos dispostos no final desta dissertação.

2.1 INSTRUÇÕES LEGAIS PARA COMBATER A VIOLÊNCIA ESCOLAR NA REDE DE ENSINO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nesta seção, debatemos as legislações mineiras que têm o intuito de combater a violência dentro das escolas e suas diversas formas de manifestação. Em Minas Gerais, a Lei nº 18.354, de 26 de agosto de 2009, estabeleceu a participação dos Colegiados das escolas da rede pública estadual em situações que necessitem adotar procedimentos administrativos ou disciplinares em caso de violência física ou moral, envolvendo profissionais e estudantes de instituições de ensino públicas.

De acordo com a legislação mineira, os gestores das escolas estaduais necessitam acionar os membros do Conselho de representantes de profissionais e pessoas atendidas pela entidade, pais e estudantes, para tomar quaisquer medidas em caso de violência no âmbito escolar. É importante ressaltar que a primeira instrução à gestão, com base na referida Lei, é que acionar o Conselho tem por finalidade contribuir para a diminuição da violência dentro da instituição. Tal orientação é fundamental na tentativa de solucionar situações de violência, uma vez que poderia envolver pessoas da comunidade na resolução desses problemas.

Assim, envolver os membros do Conselho nas situações de violência tem por intuito proporcionar uma resolução de maneira transparente e respaldada nos princípios democráticos dentro das instituições educacionais, pois esses membros fazem parte da comunidade escolar. Esse órgão colegiado tem, em sua formação, representantes de estudantes maiores de 14 anos, professores, profissionais da administração e pais de estudantes com idade menor de 14 anos, presidido pelo diretor da escola. A iniciativa de envolver a comunidade na resolução de situações de conflito se deve à tentativa de melhorar a convivência dentro desse ambiente e de solucionar os relacionamentos interpessoais e danos ao patrimônio da instituição, utilizando a própria comunidade. O procedimento administrativo de utilizar primeiramente o diálogo com o Conselho, na resolução de situações de violência dentro das escolas estaduais, é importante para que todos os segmentos atendidos estejam envolvidos nos processos, tornando a gestão mais democrática e dividindo as responsabilidades administrativas.

Em situações que fujam do controle da gestão e dos membros do Colegiado, a mencionada Lei estabelece que o Conselho Tutelar do município será ouvido, se necessária a aplicação de medidas de proteção à criança e ao adolescente, nos termos da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que estabelece o Estatuto das Crianças e dos Adolescentes (ECA). Cabe destacar que o ECA estabelece, em seu artigo 56⁴, que a gestão da escola comunicará ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus estudantes, a reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, além de elevados níveis de repetência. O artigo 103 do ECA estabelece, como ato infracional, as condutas descritas como crime ou contravenção penal. No entanto, o Conselho Tutelar deve ser acionado para contribuir com medidas de proteção à criança e aos adolescentes. Em caso de violência escolar de aluno contra o patrimônio ou pessoas, é necessário acionar a autoridade policial e a Justiça da Infância e Juventude. Contudo, como mencionado anteriormente, a Lei estabelece que os primeiros a contribuir em casos de violência são as pessoas da própria escola. É fundamental que as situações sejam mediadas por pessoas da comunidade.

Em 21 de dezembro de 2016, foi instituída, em Minas Gerais, a Lei nº 22.443, cuja finalidade é diminuir o dano ao patrimônio público e de violência contra as pessoas dentro do ambiente das escolas estaduais. A Lei prevê o desenvolvimento de atividades educativas nos estabelecimentos de ensino de Educação Básica, nas situações de violência contra o patrimônio e contra as pessoas. Um dos objetivos é abordar temas relacionados aos direitos e deveres do estudante, à violência no ambiente escolar, ao respeito ao patrimônio público e à responsabilização por eventuais danos.

Minas Gerais definiu outra legislação contra a violência nas escolas por meio da Lei nº 22.623, de 27 de julho de 2017. Discutindo a proteção dos profissionais da educação no exercício da função, nas escolas estaduais, contra a violência no ambiente de trabalho, são apresentados procedimentos necessários para prevenção do problema contra os profissionais da educação mineira. Propõe-se, por exemplo, a realização de seminários e debates anuais nas escolas sobre o tema da violência no

⁴ Os dirigentes de estabelecimentos de Ensino Fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: I - maus-tratos envolvendo seus alunos; II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; III - elevados níveis de repetência.

ambiente escolar, com a participação de estudantes, funcionários da escola e pessoas da comunidade. Um ponto destacado é a realização de seminários e palestras informando os procedimentos a serem adotados em caso de violência ou ameaça, contando com o envolvimento dos servidores das escolas e das Superintendências Regionais de Ensino. Pela legislação vigente, é necessária a inclusão dos temas da violência no ambiente escolar e da cultura da paz no currículo e no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas (MINAS GERAIS, 2017).

Ademais, a Lei nº 22.623/2017 propõe a criação de equipe multidisciplinar nas Superintendências Regionais de Ensino para mediação no âmbito das escolas estaduais e acompanhamento psicológico, social e jurídico da vítima no ambiente escolar. Entretanto, não indica a ação a fim de ajuda psicológica, jurídica e social para estudantes vítimas de violência. Ela discute exclusivamente o apoio, com foco nos profissionais das escolas. A própria Lei propõe a formação dos agentes públicos, considerando os profissionais das escolas para se responsabilizarem em relação aos procedimentos definidos na Lei. Existem, ainda, a criação e a manutenção de protocolo *on-line* para registro de ameaça ou agressão física ou verbal, com fácil acesso e uso e com ampla divulgação nas escolas e nas Superintendências.

Discutindo ações contra profissionais da educação, a Lei deixa de fora outros agentes do sistema de ensino, o público atendido pela escola. Assim, seria necessária uma ampliação das normativas na tentativa de proteger os estudantes de eventuais atos violentos dentro do ambiente escolar. Porém, com as mesas de discussões e equipes multidisciplinares na tentativa de combater a violência contra os servidores, é possível dizer se tais discussões foram efetivadas e se mobilizaram estudantes e familiares.

Atualmente, a Resolução nº 3.685, de janeiro de 2018, estabelece o Programa de Convivência Democrática (PCD), que busca difundir a defesa dos direitos humanos dentro da escola, fomentar o reconhecimento e o respeito às diversidades, prevenir e reduzir a violência, consolidar o espaço de diálogo dentro das unidades de ensino. O PCD, implementado na tentativa de formar uma cultura de paz nas escolas estaduais de Minas Gerais, foi instituído por uma legislação, tendo como público alvo os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Cada escola, segundo as determinações, cria uma comissão na tentativa de montar

seu próprio plano, articulando Auxiliar de Serviços da Educação Básica (ASB), Auxiliar Técnico da Educação Básica (ATB), estudantes, professores, pais e pessoas da comunidade no entorno da escola. As ações do plano tentam articular uma cultura de paz e harmonia dentro do ambiente escolar. O PCD não impede o surgimento de situações de violência no ambiente escolar, mas tenta criar uma cultura na qual os envolvidos consigam viver em harmonia. Tendo em vista que, em um ambiente onde convivem muitas pessoas, os conflitos são inevitáveis, esse Programa tem a função de não deixar com que conflitos se transformem em violências e sejam resolvidos no ambiente escolar.

Em 25 de julho de 2019, foi promulgada pelo governador do estado de Minas Gerais a Lei nº 23.366, que institui a política de promoção da paz nos estabelecimentos de ensino de Minas Gerais. Para os efeitos dessa lei, considera-se violência na escola: o uso de força física ou de intimidação moral por parte de membro da comunidade escolar como um ato de subjugação de outro membro da comunidade, a prática de ato que cause danos a bem de membro da comunidade escolar ou ao patrimônio escolar e a prática do *bullying*, entendido como a ação realizada de modo intencional e repetitivo, por meio eletrônico ou presencialmente, com o objetivo de intimidar ou agredir a vítima, causando-lhe dor ou angústia. A intenção da referida Lei é prevenir e enfrentar as condições geradoras da violência nas escolas e fortalecer o papel social da escola na promoção da paz, da cidadania.

Observa-se que são necessárias capacitações e formações continuadas na tentativa de preparar os profissionais das escolas e comunidades atendidas por elas, a fim de lidarem com os mais variados tipos de violências, tanto entre pessoas, como de pessoas contra o patrimônio. Nesse sentido, para esclarecer quais são os principais aspectos de violência nas escolas, a seção subsequente apresenta uma sistematização dos elementos considerados nas discussões escolares e que, de certo modo, são assinalados nas políticas mineiras para a diminuição da violência. São apresentados dados gerais do Estado de Minas Gerais e projetos de combate à violência na rede de ensino mineira.

2.2 PROJETOS ESCOLARES DE COMBATE À VIOLÊNCIA ESCOLAR EM MINAS GERAIS

A violência nas escolas mineiras, como em outras localidades e estados do país, é uma realidade cujas explicações para o seu surgimento são de natureza social, política, econômica, pedagógica e psicológica. Isso pode gerar dificuldade no âmbito escolar cuja gerência sobre fatores tão amplos é restrita. Conquanto o estudante esteja na escola boa parte do seu tempo, essa instituição não tem autonomia para atuar em fatores de ordem psicológica, por exemplo. Isso só para citar uma ponta do enorme *iceberg* com que, muitas vezes, a escola precisa lidar, quando se trata do tema da violência escolar. Nesse contexto tão múltiplo, a violência manifestada na escola tanto pode decorrer da situação de violência social que atinge a vida dos estabelecimentos, sobretudo públicos, como pode expressar modalidades de ação que nascem no ambiente pedagógico, neste caso, a violência escolar (GONÇALVES; SPOSITO, 2002).

Em que pese a ciência de tal quadro, é preciso pensar sobre o tema a partir de linhas de fuga que se colocam no próprio cotidiano escolar, sendo uma delas, sem sombra de dúvidas, a dimensão da afetividade. Um ambiente hostil pode, muitas vezes, afastar ainda mais da escola estudantes em quadro de vulnerabilidade social. Assim, o tema da violência escolar constitui-se como preocupante. Segundo Corrêa (2007, p. 52), o tema em tela “[...] tem alcançado visibilidade acadêmica nos últimos vinte anos, momento a partir do qual a sociedade brasileira vive a experiência da redemocratização, ao mesmo tempo em que crescem os índices de criminalidade e delinquência”. Outros teóricos vêm buscando explicar o tema atentando tanto para questões sociais, como a do preconceito que reforça o estigma do fracasso escolar, quanto pelo fato de que a escola muitas vezes apresenta limites para acolher a diferença.

A título de exemplo sobre o que discorreremos, trazemos o recorte de Madeira (1999). Em suas palavras:

Evitar o discurso recorrente que associa fortemente pobreza/juventude e violência. De fato, em ocasiões de surto da síndrome, a mídia costuma receber um bom reforço de eminentes representantes do pensamento de esquerda, que tendem a insistir em culpar a miséria e o desemprego. O que é importante destacar no

contexto deste trabalho é que esta insistência acabou por produzir danos profundos para a imagem do jovem pobre, principalmente se ele for negro. Ou seja, a persistência em associar pobreza/violência/adolescência, que tem sido feita com a intenção de proteger e trabalhar em favor dos pobres, acabou, ao contrário, por acentuar o maior problema que eles vivenciam hoje: a estigmatização e sua conseqüente discriminação (MADEIRA, 1999, p. 60).

Na segunda linha argumentativa, trazemos a referência de Chrispino (2007) que nos leva a pensar na dificuldade de atender às diferenças devido a um movimento de massificação do conhecimento que circula nas escolas. Para o autor,

grupos eram formados por estudantes de perfis muito próximos. Com a massificação, trouxemos para o mesmo espaço estudantes com diferentes vivências, com diferentes expectativas, com diferentes sonhos, com diferentes valores, com diferentes culturas e com diferentes hábitos [...], mas a escola permaneceu a mesma! (CHRISPINO, 2007, p. 16).

Diante do apresentado, é possível dizer que a violência nas escolas pode surgir das relações humanas, tanto dentro como fora da escola. Nas entidades de ensino estaduais de Minas Gerais, a violência vem sendo estudada, ao longo dos últimos anos, na tentativa de mapear os locais em que acontece com mais frequência. Com isso, surgiram projetos e ações das autoridades na tentativa de melhorar a vivência dentro das escolas. Um projeto que ilustra essas ações é o Escola Viva Comunidade Ativa (EVCA), da Secretaria de Estado de Minas Gerais, iniciado em 2002. No primeiro momento, sua única área de atuação eram as zonas de risco, onde se situavam escolas públicas de Belo Horizonte, e, logo em seguida, na região metropolitana, sendo, posteriormente, ampliado às demais regiões do Estado.

O Escola Viva Comunidade Ativa tinha como objetivo a diminuição da exclusão e da violência, além do oferecimento de um ambiente propício ao ensino e à aprendizagem. Como afirmam Westin *et al.* (2008, p. 4):

O sistema de apoio e orientação às escolas diz respeito à estrutura organizacional do Projeto Escola Viva Comunidade Ativa. As ações do projeto se dão nos níveis local e regional. Em cada Secretaria Regional de Educação, o Projeto prevê a constituição de uma Equipe Regional de Operacionalização com a finalidade de apoiar e orientar

as escolas na elaboração do PDPI. Ainda com essa finalidade prevê-se, no nível Central, o Comitê de Apoio às Escolas do Projeto constituído por diretores e ex-diretores de escolas públicas que já lograram o reconhecimento da comunidade pelos bons resultados no esforço de tornar a escola mais inclusiva e de reduzir a violência no ambiente escolar.

O projeto, realizado com ações locais e regionais, dispõe de um comitê central para dar apoio às regionais e às escolas. Era destinado aos estudantes do Ensino Médio público em Minas Gerais, voltado para o apoio às comunidades escolares, localizadas em áreas com índices expressivos de vulnerabilidade social, por meio da realização de atividades viabilizadores da ampliação da cidadania. O projeto visava, ainda, à convivência harmoniosa nos espaços escolares, através de programas culturais, artísticos, esportivos e recreativos, à interação dos estudantes, professores, pais e moradores do entorno das escolas, estabelecendo-se, assim, entre todos, relações de maior proximidade e compartilhamento de experiências. Os objetivos do projeto eram:

Incentivar a produção artística e cultural, individual e coletiva dos educandos, como possibilidade de reconhecimento e recriação estética de si e do mundo, por meio de pequenos documentários e/ou curtas-metragens, envolvendo os educandos em pesquisas e levando-os a refletirem e recriarem suas vidas em movimento. Produzir e realizar sessões de vídeo, com vistas ao trabalho de curadoria e divulgação (conteúdo e forma); técnicas de operação dos equipamentos e implementação de debate acerca da cultura cinematográfica – história do cinema, linguagem e cidadania audiovisual (MINAS GERAIS, 2012, p. 1).

A intenção era melhorar a convivência com a diminuição da exclusão e das violências instituídas no interior das escolas. Para tanto, propunha-se a participação de todos os agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem das escolas integrantes do projeto.

Em 2007, foi criado o Fórum de Promoção da Paz Escolar e Articulação em Rede (FORPAZ), liderado pela Defensoria Pública do Estado, Secretaria de Estado de Educação (SEE) e Assembleia Legislativa, contando, ainda, com apoio do Ministério Público. A intenção do FORPAZ era garantir aos gestores e seus professores um suporte na tentativa de amenizar no ambiente escolar as situações

de violência. Já em 2012, a SEE transformou o FORPAZ em uma política de Estado, colocando-o como parte integrante do Plano Plurianual de ações do Governo.

O FORPAZ foi substituído pelo Programa de Convivência Democrática. Em 06 de maio de 2016, foi publicada uma reportagem no *site* da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais enfatizando a importância da cultura de paz por meio do Plano de Convivência Democrática desenvolvido por cada escola estadual. Segundo a matéria, o programa visa estabelecer uma cultura de convivência harmoniosa dentro das unidades de ensino, na tentativa de educar através dos direitos humanos e da formação integral dos sujeitos. Tendo como objetivos a prevenção da violência nas escolas, o estabelecimento da convivência democrática e o respeito das identidades e diferenças no ambiente escolar, o Programa também reúne procedimentos para monitoramento e acompanhamento das pessoas envolvidas em atos de violência, ou seja, vítima e agressor.

Com tais Leis, Resoluções e Programas, é possível destacar que o poder público estadual vem, ao longo dos anos, tentando instituir ou criar, nas escolas públicas de Minas Gerais, uma cultura de valorização das relações interpessoais. Todavia, não se constata a efetivação dessas normativas legais nas práticas cotidianas. Apesar de inúmeras tentativas, por meio de legislações, para sanar os problemas relacionados à violência dentro dos estabelecimentos de ensino, a legislação em si não proporciona a cultura de paz nas escolas.

Assim, a questão que fica é: por que será que, em que pesem as tentativas de cunho legal, o quadro de violência ainda permanece? Seria por que o foco não é o fortalecimento do pedagógico? Os projetos existentes contribuem para o estabelecimento de vínculos com a escola à qual pertencem promovendo uma aprendizagem significativa? As legislações propostas se pautam em evidências? De que natureza? Que outras pesquisas poderiam contribuir com o quadro de violência escolar, muitas vezes diretamente relacionado ao fracasso escolar? Essas questões não representam uma digressão do meu recorte de pesquisa, mas, sim, apontam para a complexidade que envolve o tema. Tenho ciência de que cada uma delas levaria a uma nova questão de pesquisa, todavia, são eixos que ajudam a problematizar a discussão inicial deste capítulo, quer seja, a de que é necessária a implementação de políticas públicas que incluam, sendo a base legal um passo importante. Para tanto, é preciso fortalecer as lacunas não com novas legislações,

mas com proposições que fundamentem a noção de pertencimento de todos os estudantes à escola. Uma utopia? Talvez sim. Talvez não.

Na próxima seção, discorreremos sobre a instituição selecionada para o estudo, destacando aspectos culturais, sociais e de convivência, assim como o quantitativo de estudantes, a quantidade de funcionários e os espaços físicos. Na linha de apresentação das evidências, as situações de violência constatadas no ambiente escolar.

2.3 A ESCOLA EM ESTUDO

O município no qual a escola se situa localiza-se no interior de Minas Gerais. A entidade oferta o Ensino Fundamental e Médio e funciona em prédio próprio⁵. A atividade econômica da localidade é baseada na agricultura de subsistência e na migração sazonal para colheita de café e corte de cana, nas regiões Sul e triângulo de Minas Gerais e para outros estados, principalmente, São Paulo. Com as migrações sazonais, os pais e, muitas vezes, também as mães dos estudantes são obrigados a ficar longe dos filhos até oito meses a cada ano, na tentativa de oferecer melhores condições de vida para a família. Os filhos, geralmente, ficam sob os cuidados de vizinhos, tios, avós e pessoas conhecidas. A migração é necessária, pois a região não oferece postos de trabalho para os moradores.

Cabe destacar que a escola está localizada em um distrito, sendo a maioria de seus estudantes oriunda de comunidades rurais, inclusive algumas são quilombolas. Segundo dados da escola, 72,08% dos estudantes utilizam o transporte escolar, porém, a maioria percorre uma distância considerável até chegar ao ponto de acesso ao transporte. Esses fatores são agravados pelas condições do tempo. Quando chove, as péssimas condições das estradas não permitem a circulação dos veículos. Quando o tempo está seco, a poeira toma conta das estradas. Assim, os estudantes, que costumam estar sempre gripados, chegam à escola tendo que lavar os pés e, às vezes, até que trocar de roupas.

⁵ Por questões éticas, optamos por utilizar o anonimato para a escola. Da mesma maneira, realizamos esse movimento para a caracterização das zonas rurais que compõem a escola.

A seguir, apresentamos o Quadro 1, que mostra as comunidades rurais a que pertencem os estudantes da escola, a distância de cada localidade e a quantidade de estudantes:

Quadro 1 - Comunidade de origem dos estudantes

Comunidades a que pertencem os estudantes	Distância da escola	Quantidade de estudantes
Comunidade 1	0,6 Km	28
Comunidade 2	1,5 Km	19
Comunidade 3	2,5 Km	3
Comunidade 4	1,5 Km	4
Comunidade 5	1,5 Km	20
Comunidade 6	0,3 Km	6
Comunidade 7	0,4 Km	18
Comunidade 8	0,3 Km	7
Comunidades próximas	Menos de 1 Km	6

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Cabe destacar que, conforme será mostrado no quadro 4, o quantitativo total de estudantes da escola perfaz o total de 154 alunos, abarcando desde o 1º ano do Ensino Fundamental até o 3º do Ensino Médio. Desse número de alunos, 111 são residentes na zona rural, pertencendo às oito comunidades diferentes, expostas no quadro 1, o que dificulta a locomoção. A distância também prejudica o transporte escolar. Para a chegada dos estudantes até a escola, são utilizadas duas caminhonetes de cabina dupla e um ônibus do programa Caminhos da Escola.

A instituição, que possui área construída de 640m², conta com seis salas de aula, um pátio coberto, que também é utilizado como refeitório, uma sala de professores com 12 m², uma biblioteca, usada como sala de reuniões e para estudantes fazerem trabalhos no contraturno, sala de recursos e laboratório de informática. A sala da diretoria mede 12m² e, da mesma maneira que a secretaria, que tem apenas 16m², não possui espaço suficiente para realização das atividades. Cabe destacar que o espaço não possui quadra coberta. O depósito de materiais e ferramentas é pequeno, com cerca de 4m². A cozinha possui dois espaços – um de 16m², com os fogões, e outro de 18m², onde ficam pias, freezers, armários e geladeiras. O depósito de merenda possui 9m². O espaço disponível para construção de novos ambientes na escola é bem amplo, pois todo o terreno, de

acordo com o documento de registro de imóveis, tem 10.500 m². A escola é cercada por um alambrado que se encontra todo danificado. Ressaltamos a inexistência de muros e câmeras de segurança para auxiliar na proteção do patrimônio da instituição. Mesmo assim, não são registradas ocorrências de furtos e roubos.

O Quadro 2 a seguir sistematiza os principais espaços da escola e seu estado de conservação, sendo possível identificar as dificuldades dos funcionários e estudantes dentro do espaço, devido à falta de estrutura dos ambientes:

Quadro 2 - Os espaços físicos da escola

Ambiente	Quantidade	Observações
Sala de aula	06	Todas as salas com portas sem maçanetas e janelas com vidros quebrados.
Banheiros para estudantes	02	São dois banheiros com infiltrações e vazamentos.
Banheiro para funcionários	01	Um único banheiro para funcionários e funcionárias e que é utilizado para o banho dos estudantes da Educação Integral e Integrada.
Secretaria	01	Espaço pequeno, não é suficiente para abrigar os funcionários do setor. Os documentos não ficam bem acondicionados por falta de espaço físico.
Diretoria	01	Espaço pequeno.
Cozinha	01	Sem ventilação adequada.
Depósito de materiais e equipamentos	01	Sem ventilação adequada.
Depósito de alimentos	01	Sem ventilação adequada para acondicionar os alimentos.
Pátio coberto	01	Utilizado como refeitório.
Biblioteca	01	Utilizada como sala de informática, biblioteca, sala de recursos e, ocasionalmente, sala de reuniões.
Laboratório de informática	-	Não possuímos laboratório de informática.
Sala de recursos (improvisada) para atendimento de estudantes com necessidades especiais.	-	Possui o funcionamento da sala de recurso, porém o atendimento aos estudantes com necessidades especiais é realizado na biblioteca, na sala dos professores ou no pátio.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A escola não possui espaços físicos suficientes para atendimento, com qualidade, das atividades pedagógicas e administrativas. Esse problema ocasiona tumultos na realização de muitas atividades. As aulas de Educação Física, por

exemplo, são realizadas não apenas no ambiente da escola, mas também fora dele, na quadra poliesportiva da comunidade ou nas ruas próximas. Quando tais atividades são desenvolvidas no pátio coberto, costuma-se instaurar um desconforto entre estudantes de várias turmas que desenvolvem diferentes atividades. Assim, enquanto uns fazem atividade de Educação Física, outros podem desenvolver atividades de leitura, que requerem mais silêncio, uma vez que a biblioteca também pode estar ocupada por diferentes tarefas pedagógicas. Essa falta de espaço pode ocasionar desentendimentos ou confusões entre estudantes por disputa de espaço.

No Quadro 3, a seguir, elucidamos o quantitativo de funcionários, de cargos e de funcionários com contratos temporários e os que fazem parte do quadro permanente da instituição. Apresentamos também a quantidade de funcionários por setor e os professores que trabalham com estudantes especiais. A professora que, em 2018, estava na função de professora de apoio à linguagem e tecnologia assistiva, em 2019, foi alocada como professora de Sala de Recursos e atendia aos estudantes especiais no contraturno de suas atividades escolares. Tal servidora encontra-se em licença maternidade, sendo substituída por outra professora:

Quadro 3 - Quantitativo de servidores da escola estudada (continua)

Funcionários	Efetivo(a)	Efetivo/afastado	Designado(a)	Quantitativo
Diretor	01	01 ⁶	-	01
Vice-diretora	01	-	-	01
Secretaria	01	-	-	01
Auxiliar de Secretaria	01	01	01	03
Especialista da Educação Básica – Supervisor Escolar	01	01	01	02
Professores regentes de turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental	02	-	02	04
Professor eventual	-	-	-	-
Professores para uso na biblioteca.	01	-	01	02
Professora para sala de recursos.	-	-	01	01
Professores regentes de aulas dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio	11	01	05	17

⁶ Diretor em outra escola da rede estadual de ensino de Minas Gerais.

Quadro 3 - Quantitativo de servidores da escola estudada (conclusão)

Auxiliares de Serviços Gerais	-	-	04	04
Professor em ajustamento funcional	01	-	-	01
TOTAL	20	03	15	38

Fonte: elaborado pelo autor com base nos contratos de trabalho dos servidores (2019).

A escola possui 38 funcionários, sendo 20 efetivos em exercício e três afastados, um Auxiliar Técnico da Educação Básica (auxiliar de secretaria) em licença para tratar de interesse particular (LIP), um professor trabalhando como diretor em outra escola estadual do mesmo município e a supervisora escolar em licença maternidade. Uma professora para uso da biblioteca é efetiva como professora regente de turma, sendo outro contratado para a mesma função. Uma professora, também efetiva como professora regente de turmas, atualmente, trabalha como secretária da escola e uma está afastada com ajustamento funcional⁷. O horário de trabalho de 02 ASB's é de 6 h às 12h, enquanto as 02 demais funcionárias do setor trabalham das 11h às 17h.

A instituição tem à disposição uma professora para sala de recursos que atende aos estudantes com necessidades educacionais especiais no contraturno. Sobre os estudantes atendidos, temos cinco que possuem deficiências físicas ou intelectuais. Nenhum estudante possui direito a professor de apoio e auxiliar de serviços gerais para ajudar nas idas ao banheiro e nos horários de merenda. Os professores de sala de recurso, professor de biblioteca e demais funcionários que não atuam diretamente em sala de aula realizam atividades diferenciadas de intervenção pedagógica. Essas atividades têm o intuito de melhorar o desenvolvimento intelectual e social dos estudantes com dificuldade de aprendizagem.

A escola possuía, no ano de 2018, um projeto da Secretaria de Estado de Educação intitulado de Curso Normal em Nível Médio. O curso foi oferecido para pessoas que tinham interesse em lecionar na Educação Infantil. A turma possuía 20

⁷ Ajustamento funcional acontece quando o funcionário de escola estadual de Minas Gerais passa por perícia médica e é afastado da função que exerce, sendo adaptado para outra atividade que não a de origem do cargo.

aulas semanais e dois professores, sendo lecionadas dez aulas por professor, a cada semana. No ano de 2018, a escola ofereceu o curso para 20 estudantes, já com o Ensino Médio concluído. Em 2017, pessoas da comunidade solicitaram a abertura da turma. A partir de então, o curso Normal em Nível Médio foi solicitado pela direção da escola à SEE de Minas Gerais. Após a autorização para início do curso, a escola fez o devido processo de divulgação para que os interessados se inscrevessem. A demanda inicial para abertura de turma seria de 40 estudantes, porém, foi que se formasse com um número menor, por se tratar de um distrito próximo a comunidades rurais⁸. O Quadro 4 sintetiza os principais dados de estudantes e turmas da escola:

Quadro 4 - Quantidade de estudantes por turma, nível de ensino, número de turmas e horário de aulas (continua)

Turma	Quantidade de estudantes	Estudantes atendidos na sala de recurso⁹	Nível de ensino	Nº de turmas	Horário de aulas	Horário de atendimento da sala de recurso
1º ano	07	-	Fundamental	01	12h30 min às 16h40min	
2º ano	08	-	Fundamental	01	12h30min às 16h40min	
3º ano	13	-	Fundamental	01	12h30min às 16h40min	
4º ano	13	-	Fundamental	01	12h30min às 16h40min	
5º ano	13	01	Fundamental	01	12h30min às 16h40min	Quarta feira, de 7h às 9h30min
6º ano	13	01	Fundamental	01	12h30min às 16h40min	Sexta feira, de 7h às 9h30min

⁸ Para escolas rurais ou próximas a comunidades rurais, a SEE autoriza cursos com número reduzido de estudantes. O Estado de Minas Gerais oferece o curso Normal em Nível Médio a algumas escolas, mas os cursos não são disponibilizados todos os anos. O curso habilita os egressos a lecionar apenas na Educação Infantil.

⁹ Sala de recurso é um ambiente onde um professor atende estudantes especiais no contraturno de atividades

Quadro 4 - Quantidade de estudantes por turma, nível de ensino, número de turmas e horário de aulas (conclusão)

7º ano	22	01	Fundamental	01	7h às 11h20min	Sexta feira, de 9h40min às 11h20min
8º ano	19	-	Fundamental	01	7h às 11h20min	
9º ano	20	-	Fundamental	01	7h às 11h20min	
1º ano	12	-	Médio	01	7h às 11h20min	
2º ano	13	01	Médio	01	7h às 11h20min	Terça feira, de 12h30min às 14h10min
3º ano	12	-	Médio	01	7h às 11h20min	
Normal em nível Médio	20	-	Profissionalizante	01		
Educação Integral e Integrada	40	-	Educação Integral e Integrada	01	7h às 11h20min	

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A escola disponibilizava, no ano de 2018, o Programa Educação Integral e Integrada para o Ensino Fundamental, no qual os estudantes permaneciam na escola das 7h às 16h40min. Contudo, em 2019, apenas algumas escolas foram autorizadas para funcionamento das atividades do programa. A SEE/MG autorizou 64 mil vagas para o ensino integral, em 1.395 escolas, estando presente em escolas de apenas 533 municípios. Já no ano de 2018, a Educação Integral e Integrada esteve presente em todas as 853 cidades do Estado.

No ano de 2018, a escola estudada possuía duas turmas dessa modalidade de ensino, com 40 estudantes, todos do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, com idade entre 6 e 8 anos. As atividades eram ministradas por três professores, no período das 7h às 11h20min, de segunda a sexta feira – com uma professora para acompanhamento pedagógico que trabalha com atividades de Língua Portuguesa e Matemática, um professor para oficinas de esporte e uma professora para oficinas de leitura e horta. No final do referido ano, a instituição recebeu recursos para

ampliar as turmas da Educação Integral e Integrada, podendo contemplar até mais 71 estudantes dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. No entanto, como não havia espaço disponível para funcionamento do programa, foi orientado pelo inspetor escolar¹⁰ que não se iniciassem as atividades, pois o final do ano letivo estava próximo, deixando os recursos para utilização em 2019. Ainda assim, a escola estudada, em 2019, não foi autorizada a ter o Programa Educação Integral e Integrada.

O prédio da instituição de ensino em foco possui 06 salas de aulas que são ocupadas de manhã pelas turmas do 7º aos 9º anos do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. À tarde, há as turmas de 1º aos 6º anos do Ensino Fundamental, sendo que as turmas do 1º e 2º são multisseriadas. Como a escola não dispunha de espaço adequado para funcionamento da Educação Integral e Integrada, a comunidade católica cedia, nos anos anteriores, o espaço da casa paroquial para o desenvolvimento das atividades dessa modalidade de ensino.

Durante o ano letivo, são implementados projetos que buscam a melhoria da leitura e escrita dos estudantes. O Projeto de Leitura, ministrado pela professora da biblioteca uma vez por semana, é trabalhado em todas as turmas para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Para os anos finais do Fundamental e o Ensino Médio, os professores de Língua Portuguesa trabalham com leitura e apresentação, pelos estudantes, de livros literários em sala de aula, além de desenvolvimento de peças teatrais dos livros da Literatura Clássica Brasileira. Todos os projetos estão sistematizados no Quadro 5 adiante. As datas comemorativas como Dia das mães e/ou dos professores, por exemplo, não são, necessariamente, comemorações. A intenção com tais comemorações e homenagens visa intensificar a aproximação entre escola e comunidade:

¹⁰ Profissional responsável por acompanhar as atividades das escolas. O inspetor escolar está diretamente ligado ao gabinete da Superintendência Regional de Ensino.

Quadro 5 - Projetos e homenagens desenvolvidos pela escola (continua)

Projeto	Objetivos	Disciplinas Envolvidas	Público Atendido
Piquenique Literário	Melhorar o contato dos estudantes da escola com os livros e incentivar o gosto pela leitura.	Língua Portuguesa	Todos os estudantes da escola.
Feira de ciências	Colocar os estudantes da escola como protagonistas no desenvolvimento de experiências da área de Ciências da Natureza.	Todas as disciplinas dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.	Estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
Homenagem às mães	Integrar a escola com a comunidade.	Todas as disciplinas, com seus professores e estudantes.	Mães, estudantes e funcionários.
Homenagem aos pais	Integrar a escola com a comunidade.	Todas as disciplinas, com seus professores e estudantes.	Pais, estudantes e funcionários.
Miniolimpíada	Incentivar a prática esportiva entre os estudantes e aguçar o espírito de competição e de respeito.	Todas as disciplinas, principalmente Educação Física	6º ao 9º do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
Dia do Estudante	Promover confraternização entre os estudantes a partir do 6º ano do Ensino Fundamental.	Todas as disciplinas e administração da escola	6º ao 9º do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
Dia das Crianças	Promover confraternização e atividades de lazer para as crianças da escola. Estudantes do 1º ao 5º do Ensino Fundamental.	Todos os professores de 1º ao 5º e administração da escola.	1º ao 5º ano do Ensino Fundamental
Dia do funcionário público	Promover confraternização entre todos os profissionais da escola com pessoas da comunidade. Geralmente, acontece fora do ambiente escolar.	Todos os profissionais da escola.	Todos os profissionais da escola.
Olimpíada interna de Matemática ¹¹	Promover competição entre estudantes do mesmo nível de ensino. 6º e 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, tendo como objetivo estimular os estudantes a estudarem Matemática.	Professores de Matemática e supervisão pedagógica.	Os discentes estudam com professores diferentes para cada disciplina, no caso, estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

¹¹ Olimpíada interna de Matemática aconteceu somente em 2015 e 2016, não sendo possível continuar por falta de recursos para aquisição de premiação para os vencedores.

Quadro 5 - Projetos e homenagens desenvolvidos pela escola (continua)

Projeto	Objetivos	Disciplinas Envolvidas	Público Atendido
Semana de Educação para a Vida ¹²	Estabelecer uma relação de momentos de convivência, troca de experiência, valorização e entendimento entre os agentes da escola.	Todas as disciplinas.	Todos os estudantes, professores, demais funcionários e comunidade escolar no entorno da escola.
Projeto de leitura	Incentivar a leitura e fazer com que ela se torne parte do cotidiano de estudantes, funcionários e família.	Todas as disciplinas coordenadas pelas professoras de Língua Portuguesa.	Todos os estudantes, professores, demais funcionários e comunidade escolar no entorno da escola.
Café com poesia	Incentivar o gosto dos estudantes pela leitura e pelas obras da Literatura Brasileira de autores renomados e de autores regionais.	Todos os professores da escola, liderados pelas professoras de Língua Portuguesa.	Todos os estudantes, professores e demais funcionários da escola.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Todos os anos, são desenvolvidos projetos com envolvimento das comunidades atendidas pela escola. Procura-se concretizar ações com o intuito de melhorar a relação afetiva entre público atendido, profissionais da escola e comunidade, que pode envolver pais, mães, responsáveis por estudantes e demais pessoas da comunidade.

Ademais, a instituição trabalha com atividades acadêmicas e esportivas dentro e fora do ambiente escolar a fim de melhorar as habilidades dos estudantes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Com tais projetos, procura-se melhorar a relação dos estudantes com os conhecimentos técnicos e científicos. A escola ainda incentiva seus estudantes a participar de atividades de cunho científico, como a Olimpíada Brasileira de Matemática (OBMEP), vestibulares seriados da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), próxima à

¹² A Semana de Educação para a Vida, obrigatória para todas as escolas, tem regulamentação através da Lei Federal nº 11.988/ 2009. Tal legislação dispõe sobre a criação da Semana da Educação para a Vida nas escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio de todo o país. Além disso, a semana deve ser um momento de convivência, troca de experiência, valorização e entendimento sobre a função da escola na formação de sujeitos preparados para participar da vida social, política e econômica e aspectos para contribuir na construção de uma sociedade justa e igualitária.

instituição, e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Na próxima subseção, discutiremos as evidências das situações de violências.

2.3.1 Mapeando as evidências da violência

A convivência na escola estudada tem constantemente se transformado em vários tipos de violência institucionalizados no ambiente escolar que têm se tornado cada vez mais frequentes. Nos livros de registros de ocorrências e reuniões pedagógicas e administrativas, foram catalogadas 58 situações, de setembro de 2011 a abril de 2018. Este é considerado um número bastante elevado, visto que a entidade de ensino está localizada em um distrito de pequeno porte e atende a menos de 200 estudantes.

Como apresentado no Apêndice A, tais relatos do livro de ocorrência mostram uma diversidade de situações de violência entre os estudantes da instituição. Existem muitas agressões em que os estudantes depredam o patrimônio da escola. Diversas vezes as ASB apresentam à direção cadeiras ou mesas de estudantes danificadas. Frequentemente, acontecem diferentes tipos de confronto entre os estudantes da escola. Assim, a direção, que é acionada constantemente para solucionar brigas e discussões com agressões físicas ou verbais, busca discutir alternativas para diminuir a violência escolar.

As situações de violência, dos mais variados tipos, envolvem um número expressivo de desentendimentos entre estudantes e, muitas vezes, destes com os professores. Conforme destacado no Apêndice A desta dissertação, as situações de violência principais são agressões físicas e verbais. Outra manifestação de violência dentro da escola é por meio dos danos ao patrimônio.

Estudantes constantemente danificam mesas, cadeiras, armários, vidros e portas, quebram pratos e deixam colheres e canecas nos arredores da escola, desrespeitam professores e demais funcionários e chegam, às vezes, a levar estiletes ou outros tipos de objetos estranhos aos utilizados no recinto escolar. Essa breve apresentação de alguns elementos da escola permite compreender as violências que vão desde o dano patrimonial a agressões físicas.

Diante do exposto, a escola se transforma em um espaço com reflexos das violências ocorridas dentro e fora dos ambientes da instituição. É possível identificar,

por exemplo, brigas de mães de estudantes, também estudantes da escola, dentro do ambiente escolar. Tais desentendimentos se iniciaram fora dos muros da escola, no transporte escolar ou em outros ambientes. Essas situações são decorrentes de desentendimentos de familiares de estudantes fora do ambiente escolar. No ano de 2017, conforme registrado em ata do livro de ocorrências, duas mães, que também eram estudantes, envolveram-se em diversas trocas de ofensas dentro do ambiente escolar. Entre essas ofensas, aconteceu uma agressão corporal entre tais senhoras. Tal fato está registrado no livro de ata e ocorrências de 2015 a 2017.

Cabe destacar que, de acordo com levantamento realizado, as agressões físicas são mais frequentes do que as verbais, provavelmente, pelo fato de professores e estudantes não solicitarem registro das ocorrências verbais. Diante dos registros, podemos perceber que temos diversos casos em que estudantes entram em luta corporal com colegas. Tais agressões acontecem com estudantes tanto do Ensino Fundamental como do Ensino Médio. Convém ressaltar que essas situações podem se agravar, pois as agressões verbais não identificadas ou não registradas, consideradas sem importância, podem fazer com que outros tipos de violência surjam no ambiente escolar.

A direção da instituição de ensino convocou, através de correspondência, os familiares de estudantes e informou que, se atos de violência e ameaça a colegas e funcionários não cessassem, seria necessário acionar Conselho Tutelar, Ministério Público e Polícia Militar, para ajudar a escola e a família na resolução de tais situações. A título de exemplo, em uma reunião do colegiado, a responsável por um estudante pediu para que fosse chamado o Conselho Tutelar, a fim de auxiliá-la na resolução do comportamento do filho. A mãe informou ao diretor que iria ao juiz informar que o filho não estudaria mais. O diretor explicou que um indivíduo com menos de 18 anos não pode ficar sem frequentar a escola. O importante seria conseguir que o estudante cumprisse suas tarefas escolares e melhorasse seu relacionamento interpessoal dentro e fora da escola.

Nos registros do livro de ocorrências, não consta se o Conselho Tutelar foi acionado a comparecer na escola. Porém, segundo o ECA, em seu artigo 56, os dirigentes de estabelecimentos de Ensino Fundamental devem comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus estudantes, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares e

elevados níveis de repetência. O ECA não aponta que pais ou diretores escolares possam acionar o Conselho para solucionar problemas de indisciplina escolar ou questões comportamentais.

Em ocorrência do dia 22 de julho de 2014, o Colegiado, juntamente com o diretor e a mãe de um estudante, reuniu-se na diretoria da instituição para discutir os constantes episódios de violência causados por um estudante nas dependências da instituição. Tal discente, na época, estava envolvido em várias situações de violências dentro da escola, com colegas, professores e direção. Nesse mesmo documento, consta que ameaçou quebrar um computador do ambiente da reunião, no rosto do diretor. A mãe do estudante pediu para que o filho não fizesse tais ameaças, mas ele desobedeceu, permanecendo com as agressões verbais.

Recorrentemente, encontramos na escola cadeiras, mesas e armários danificados. As pessoas que trabalham como auxiliar de serviços gerais são acionadas a todo instante para recolher carteiras danificadas, frequentemente, sem possibilidade de recuperação. Outro dano ao patrimônio é a quebra dos vidros das salas de aula. Atualmente, nas seis salas, poucos vidros são encontrados em cada uma das três janelas de cada ambiente. A seguir, apresentamos quatro fotos relacionadas com o dano ao patrimônio da escola. No ano de 2016, a escola recebeu um termo de compromisso¹³ para atendimento de pequenos reparos da escola, mas o dinheiro não foi creditado em conta. As imagens a seguir apresentam a situação de depredação do patrimônio da escola estudada verificada em vários ambientes. São vidros, interruptores e maçanetas quebradas, paredes danificadas, portas quebradas, paredes riscadas, dentre outros danos ao patrimônio:

¹³ Termo de compromisso é um documento assinado entre o chefe da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e os diretores de escola. Esse documento é utilizado para transferência de recursos para a escola.

Figura 1 - Parede danificada



Fonte: acervo pessoal (2018).

Figura 2 - Interruptor de energia danificado



Fonte: acervo pessoal (2018).

Figura 3 - Vidro danificado I



Fonte: acervo pessoal (2018).

Figura 4 - Vidro danificado II



Fonte: acervo pessoal (2018).

O dano ao patrimônio é um fator que agrava as relações dentro da instituição. A maioria dos estudantes não entende que o patrimônio pertence à escola e que essa faz parte da comunidade. Muitas vezes acontece de estudantes quebrarem vidros, danificarem portas e janelas. Quando a direção tem conhecimento dos autores dos danos, os pais são chamados para falar sobre a quebra de equipamentos e outros bens da escola.

Ao todo, a instituição de ensino conta, em seus livros de registros, com 14 atos de infração de dano ao patrimônio. Dessas ocorrências, não podemos apresentar todo o dano ao patrimônio da escola, uma vez que muitas ocorrências não são registradas, por não serem detectados os causadores de tais danos. Pela quantidade de carteiras quebradas, portas danificadas, fechaduras arrancadas, vidros, tomadas e lâmpadas quebradas, o quantitativo de registro é insuficiente. Os poucos registros se devem ao fato de a escola não possuir sistema de câmera de segurança para um monitoramento efetivo da depredação, causado por falta de cuidado ou por iniciativa dos estudantes da escola.

A não identificação da pessoa que danificou o patrimônio leva a uma impunidade, o que pode estimular outros estudantes a fazerem o mesmo. Tais ações fazem com que o ambiente apresente uma aparência desagradável e fique com seus bens e espaços danificados. Como apresentado nas imagens, o dano ao patrimônio público da escola é recorrente. Sempre aparecem novos vidros quebrados, carteiras desmontadas ou algumas paredes escritas ou estragadas.

Várias situações se transformam em violência dentro da convivência social da escola. Essas são, em sua maioria, agressões físicas e verbais. O Quadro 6, a seguir, apresenta quantitativos e a natureza das situações de violência na escola estudada. Como dito, no Apêndice A, são apresentadas, de forma detalhada, situações de violência e conflitos entre estudantes na escola estudada, de 2011 e 2018. No quadro a seguir, trazemos o quantitativo de agressões físicas e verbais que somam ao todo 36 – 29 agressões físicas e sete verbais:

Quadro 6 - Tipos de agressão

Ocorrências	Quantidade	Natureza
Agressão física	29	De relacionamento ¹⁴
Agressão verbal	07	De relacionamento

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Algumas vezes, os professores são acionados para chamar atenção de estudantes que agredem verbalmente seus pares em sala de aula, colocam apelidos e utilizam palavras impróprias para se referirem aos demais colegas, professores e, às vezes, aos demais funcionários. Temos, todos os dias, situações que fogem do domínio dos professores. Estudantes saem do ambiente da aula sem informar ao professor ou à professora que ministra a aula e, muitas vezes, jogam bolinhas de papel nos colegas. Alguns professores não conseguem lidar com tais situações, sendo necessária uma intervenção do diretor ou da supervisora escolar. Com esses pequenos atos de indisciplina, somados à falta de domínio de professores dentro do ambiente das aulas, podem surgir situações de violência no recinto escolar.

Conforme apresentado no Quadro 6, a violência é recorrente e apresenta-se principalmente como agressões físicas e verbais. Diante da grande quantidade de ocorrências, a gestão da escola vem, ao longo desses anos, buscando parcerias com familiares e o Conselho Tutelar do município na tentativa de diminuir os embates entre os discentes. Na maioria das vezes, essa parceria não funciona, não havendo como resolver parte das demandas que lhe são apresentadas. O fato de a agressão verbal possuir menos registros em livros de ocorrências do que a agressão física pode acontecer, pois os professores e demais pessoas da escola, inclusive estudantes, consideram a agressão verbal como algo normal do convívio na escola e na sociedade.

De acordo com os livros de atas de reuniões, um grande número de pais não comparece, o que pode ser comprovado pelas poucas assinaturas nos livros. Muitas vezes, os pais que participam são dos estudantes que não se envolvem em brigas

¹⁴ Segundo Crispino (2007, p. 18), os conflitos de relacionamento são emoções fortes; percepções equivocadas ou estereótipos; comunicação inadequada ou deficiente; comportamento negativo – repetitivo.

ou outros tipos de comportamentos anormais ao ambiente escolar. Essa dificuldade acontece, muitas vezes, por causa das migrações sazonais para colheita de café e corte de cana em outras regiões do Estado de Minas Gerais e em outros estados da federação.

No livro de registros de reuniões e ocorrências, existe uma reunião de pais de estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental, no dia 30 de outubro de 2016. O diretor deu boas-vindas aos pais presentes e falou da importância da reunião de pais, professores e direção para o bom desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas. Ainda foi apresentada aos pais a frequência do dano ao patrimônio na instituição, mostrando-se, como exemplo, a maçaneta danificada da porta da sala em que se realizava a reunião¹⁵ Tal situação pode ser configurada como dano ao patrimônio escolar.

Ainda no livro de registro de ocorrências, com termo de abertura em 03 de dezembro de 2015, a violência entre estudantes é evidenciada constantemente. São registros em que o diretor da instituição dialoga com os discentes envolvidos em situações de violência. Na maioria das vezes, os pais ou responsáveis são acionados por professores, supervisora escolar e pelo diretor, a fim de conversar sobre as agressões. No livro de ocorrências de 2015, na página 07, verso, existe o registro de agressão física entre estudantes durante a fila para o lanche. Segundo os relatos da ocorrência, o estudante X foi convocado pelo diretor da escola após o estudante Y reclamar que levava um soco no rosto sem motivos. Na reunião, descobriu-se que o estudante X agredira o outro estudante por ter imaginado que o colega estava passando em sua frente no momento da fila para a merenda.

No mesmo livro, na página 08, verso, consta que o professor de Biologia se ausentara da sala de aula para buscar um livro na sala dos professores e, quando retornou, dois estudantes estavam se agredindo fisicamente. A mãe de um dos estudantes foi chamada para uma conversa entre ela, o estudante e a direção. Durante a reunião, o estudante, que permaneceu calado, não demonstrando nenhum sinal de que estava arrependido de ter agredido o colega, foi advertido por escrito pelo gestor da escola.

¹⁵ A ata da mencionada reunião encontra-se no Apêndice B.

Na página 13, verso, lê-se que quatro estudantes se envolveram em uma briga. Segundo os relatos, as brigas aconteceram, pois uma discente estaria olhando o namorado da outra. Na sequência, o diretor chamou dois estudantes do 2º ano do Ensino Médio para conversar, pois algumas estudantes o haviam procurado por algumas vezes, alegando que colegas estariam atrapalhando as aulas. Segundo as estudantes, os colegas não deixavam os professores explicarem a matéria, atrapalhando o rendimento dos demais colegas. Depois, quando o diretor da escola chamou alguns estudantes da turma para uma conversa, um deles já iniciou proferindo palavras impróprias ao ambiente. Os demais discentes disseram que tinham ciência de que estavam atrapalhando as aulas, prejudicando a si mesmos e aos demais colegas. No momento, os estudantes ali reunidos prometeram mudar o comportamento. Pelos relatos das páginas subsequentes do livro, percebe-se, porém, que a melhoria no comportamento e no interesse pelas aulas não aconteceu.

Na página 39 do mesmo livro, o estudante C foi chamado pelo diretor por reincidências em seu comportamento agressivo dentro da escola. Naquele dia, o discente estivera fora da sala de aula, 30 minutos após o final do intervalo, buscando água no bebedouro para jogar nos colegas. Na mesma página da ocorrência anterior, o mesmo estudante iniciara uma troca de socos e pontapés com o estudante D e, nessa mesma briga, o estudante C agredira toda a turma com palavras ofensivas. Pelos registros, tais atos podem ser considerados constantes, de acordo com os livros de registro de ocorrências e assertivas aplicadas a estudantes e funcionários.

Neste capítulo, procuramos apresentar a escola estudada, localizada em uma região pobre do estado de Minas Gerais, com suas adversidades e dificuldades estruturais e sociais. Foi realizado um levantamento com todas as situações de violência registradas entre estudantes, de setembro de 2011 a abril de 2018. Colocamos à disposição do leitor a origem dos estudantes, os espaços físicos disponíveis na instituição, as fotos dos danos ao patrimônio público, o quantitativo de funcionários, o número de estudantes e suas comunidades de origem e os projetos próprios e os elaborados pela Secretaria de Estado de Educação que são executados pela escola.

Na apresentação da escola, fizemos o mapeamento das evidências que dão sustentação ao caso de gestão aqui apresentado. Descrevemos alguns dos tipos de

violência e as possíveis consequências para o desenvolvimento intelectual e social dos estudantes. Procurou-se, também, demonstrar as instruções legais na tentativa de resolução de violência nas escolas estaduais do Estado de Minas Gerais. É possível constatar, nesse sentido, evidências de situações que geram violência escolar na escola investigada. Nesse sentido, a reflexão que procuramos estimular visa atingir professores e demais integrantes da equipe escolar, que se veem aturdidos diante de problemas que não foram preparados para enfrentar, ao longo dos anos de formação acadêmica. Coloco-me, como gestor da instituição investigada, numa posição de debate sobre a questão da violência na escola e sobre o papel a ser desempenhado por cada um dos profissionais que conformam o sistema de ensino.

É possível constatar, nessas evidências, a violência, segundo Charlot (2002), à escola, como apontamos na introdução desta dissertação. Isso reforça a hipótese da relação de não pertencimento à escola como fator que pode levar a registros tão recorrentes sobre descaso com a instituição. Em que medida essa violência não vem sendo reforçada pela própria escola, cuja ação é reduzida à busca por diálogos muitas vezes sem preparo dos profissionais para tais enfrentamentos? Noutras palavras, se a violência é da escola, ela também a sofre, em uma via de mão dupla. Assim, mais uma vez, justifica-se a relevância da pesquisa na busca por caminhos para que, entre tantos projetos coletivos realizados na escola, o conjunto de profissionais possa pensar em como o pedagógico poderia se constituir em uma linha de fortalecimento das relações interpessoais.

É com esse sentimento de busca por caminhos reflexivos para compreender como o que se opera no espaço investigado pode ser objeto de reflexão, que nós apoiamos em autores que nos ajudaram a compreender melhor o tema da violência no ambiente escolar no próximo capítulo, assim como as análises das assertivas dos questionários aplicados aos sujeitos de pesquisa.

3 A VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

O presente capítulo, em uma seção inicial, apresenta alternativas para conhecimento e compreensão de diferentes discussões sobre a violência escolar. Aqui apontamos: i) importância do clima escolar dentro da instituição para o desenvolvimento de ações de promoção do ensino; ii) reflexões em torno do que significam agressões verbais e físicas e seus impactos no processo de ensino e aprendizagem; iii) violências contra o patrimônio da instituição; iv) compreensão crítica sobre possíveis mediações a serem sistematizadas no ambiente escolar, cientes de que a escola sob investigação é única e que os sujeitos que nela habitam são pessoas com histórias de vida que encontram na escola em que (con)vivem um espaço de experiências compartilhadas.

Ainda neste capítulo, discorreremos sobre os procedimentos metodológicos adotados e trazemos a análise das assertivas sobre o tema em tela, a partir da análise dos respondentes, discutindo os principais pontos e considerações relacionadas à violência na instituição em estudo.

3.1 CLIMA ESCOLAR

Nos últimos anos, os governos e os sistemas de ensino têm investido no intuito de diminuir a violência nas instituições escolares. Gasta-se uma quantidade considerável de recursos públicos na formação de gestores, de professores e de produção de materiais didáticos. Ainda assim, segundo Guedes (2017), os atores envolvidos com a escola continuam sem a motivação adequada. De acordo com o autor, os estudantes trazem às escolas a necessidade de serem ouvidos e compreendidos. No entanto, acabam, em vez de serem ouvidos, sendo submetidos a regras e normas das instituições escolares. Isso pode estar acontecendo por vários motivos e, nesta dissertação, procuramos apontar os limites dos profissionais da educação para lidar com questões dessa natureza.

Em qualquer espaço de convivência, o clima do ambiente depende da maneira com que as pessoas são recebidas e inseridas nos diferentes contextos sociais. Nas escolas, a situação não é diferente. As regras são fundamentais para o funcionamento das escolas, porém, conhecer e compreender os estudantes também

pode ajudar a melhorar o clima escolar dos discentes com o ambiente em que estão inseridos. Nesse sentido, Sousa (2013) pondera:

O professor pela posição que ocupa, enquanto agente educativo, é detentor de poder e autoridade. Quando exercidas de forma inadequada, estas duas dimensões, podem condicionar as interações entre professor e estudante e são, por vezes, responsáveis pela criação de um clima de instabilidade na sala de aula, em que a autoridade se pode transformar em autoritarismo e a capacidade punitiva se sobrepõe à atitude compreensiva, integradora e pedagógica perante o estudante (SOUSA, 2013, p. 33).

Diante das considerações, um clima escolar harmonioso é fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes. É necessário incentivo na tentativa de transformar as situações conflituosas e de violência escolar entre os estudantes em novas ideias e opiniões para uma convivência harmoniosa. Tais acontecimentos devem ser encarados como necessários na formação de opiniões de diferentes agentes na escola ou na vivência em sociedade. Para amenizar o problema, é importante a utilização da mediação escolar e, para que não aconteçam os vários tipos de violência, é fundamental o compartilhamento de experiências promotoras de diálogo e respeito.

Para um clima escolar favorável ao desenvolvimento intelectual dos estudantes e o empenho dos profissionais das instituições educacionais, podemos pensar na gestão democrática envolvendo professores, pais, estudantes e demais funcionários no encaminhamento do cotidiano escolar. Acreditamos que uma gestão que considera, em primeiro plano, os diferentes tempos, sujeitos e espaços que contribuem para a aprendizagem pode estar contribuindo para imprimir “[...] um clima escolar de confiança, com regras claras e de construção coletiva sobre os direitos e deveres de cada um, tem sido associado a um melhor desempenho dos discentes” (SILVA, 2017, p. 70).

A escola é uma organização que possui normas específicas de instituições educacionais. Para Silva (2001), o comportamento de um gestor educacional pode estabelecer diferentes meios ambientes em sua organização. Com o argumento do autor, podemos concluir que os processos dentro de uma escola dependem da ação do gestor para que discentes, professores, demais funcionários e pais de estudantes tenham um bom relacionamento e desenvolvimento dentro das instituições

educacionais. Ainda para esse mesmo autor, o clima escolar é formado pelo “[...] conjunto de efeitos subjetivos percebidos pelas pessoas, quando interagem com a estrutura formal, bem como o estilo dos administradores escolares, influenciando nas atitudes, crenças, valores e motivação dos professores, estudantes e funcionários” (SILVA, 2001, p. 52).

Portanto, o clima escolar está diretamente ligado ao comportamento das pessoas na instituição, tendo o gestor um papel fundamental no bom relacionamento dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Para Marjoribanks (1980 *apud* CANDIAN REZENDE, 2013), dentro dos muros das escolas existem quatro grupos de contextos diferentes. Os contextos existentes dentro do ambiente escolar podem ser visualizados como:

Contexto imaginativo: envolve a percepção, especificamente por parte dos estudantes, do ambiente escolar como incentivador da criatividade e da imaginação, onde eles se sentem estimulados a compreender e experimentar o mundo a partir de suas próprias percepções e concepções, ou se, ao contrário, ele se constitui como um ambiente rígido, tradicional e sem inovações.

Contexto instrucional: envolve as percepções dos estudantes acerca da orientação acadêmica no contexto da instrução do ensino; ou seja, acerca de como os estudantes percebem o interesse (ou o desinteresse) dos professores pela aprendizagem; e também se o ambiente é propício para atingir os objetivos educativos e adquirir habilidades.

Contexto inter-relacional: envolve a percepção da qualidade e da frequência com que as relações são estabelecidas no ambiente escolar, assim como a percepção acerca da preocupação, no nível do estudante, que os professores e diretores têm, diante de seus problemas e dificuldades; ou seja, diz respeito ao contexto de qualidade interpessoal de confiança e bem-estar entre os agentes.

Contexto normativo (regulatório): envolve as percepções sobre a severidade com que se desenvolvem as relações de autoridade no interior da escola, assim como as percepções acerca do nível de participação dos agentes no estabelecimento das regras que coordenarão suas ações, além do grau de respeito pelo cumprimento de tais regras (MARJORIBANKS, 1980 *apud* CANDIAN; REZENDE, 2013, p. 29-30).

Para que o processo educacional se estruture de maneira harmoniosa, é importante que esses diferentes contextos dentro do ambiente escolar sejam compreendidos e mediados de forma a manter uma boa convivência dentro do

ambiente escolar. O clima escolar, dessa maneira, é uma junção de vários fatores que envolvem o comportamento dos gestores, atitude de professores e demais funcionários, pais de estudantes e discentes das instituições educacionais. Para Silva (2001), o clima torna-se um elo entre a estrutura organizacional da escola, a liderança exercida pelos gestores escolares e o comportamento e a atitude dos professores. As crenças, valores e motivação dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem também influenciam o clima do ambiente escolar.

Outro elemento que está na base da violência escolar é a agressão verbal, que tende a ser ligada à falta de respeito entre pessoas que convivem dentro de uma mesma instituição ou grupo de convivência. Na próxima seção, abordamos as agressões verbais e seus impactos dentro do ambiente escolar.

3.2 AGRESSÃO VERBAL

A agressão verbal, que muitas vezes passa despercebida, é muito comum dentro das instituições educacionais. Em diferentes pesquisas sobre o fator violência dentro das escolas, existe um certo consenso entre profissionais a esse respeito. Em pesquisa realizada por Galvão *et al.* (2010), com professores do Ensino Médio, esses profissionais concordam que há um elevado grau de gravidade de brigas, insultos, estudantes batendo em colegas menores, agressões a professores, intimidação mediante recursos psicológicos, expressões de preconceito racial e prática de atos conotação erótica com colegas.

Na mesma pesquisa, professores trataram os estudantes ironicamente, gritaram com eles, expulsá-los de sala de aula e fazerem publicamente comparações entre eles eram tratados como atos de violências pouco graves, o mesmo se aplicando ao uso de detectores de metal e câmeras pela escola; para um grupo pouco menor que 10%, a atitude crítica dos estudantes era violência grave, enquanto o professor gritar, insultar estudantes e intimidá-los por meios psicológicos não constituía violência.

Ainda a esse respeito, Galvão *et al.* (2010, p. 430) assinalam:

Quanto às diferenças institucionais, os professores da escola confessional se revelaram mais severos, enquanto os da escola leiga foram mais liberais. Os docentes da escola pública, com o alunado

mais heterogêneo, foram os mais preocupados com as violências. Os demais apresentavam menos motivos para tanto, visto que ambas as escolas particulares mantinham bedéis para supervisionar os estudantes.

Tais relatos apresentados pelos professores na pesquisa citada descrevem os insultos, as brigas, as agressões a colegas menores, os preconceitos, a intimidação psicológica e as demais formas de agressão como incivildades. A incivildade é o momento em que as pessoas envolvidas em um determinado contexto social e cultural começam a desobedecer às regras estabelecidas para os ambientes de convivência. Garcia (2006) relata que a incivildade é apontada como maneira de quebrar as regras de convivência em um grupo ou instituição. Na incivildade, há a ruptura de regras criadas durante o período de convivência ou mesmo aquelas regulamentadas em Leis e Regimentos de órgãos públicos ou privados.

Uma das formas mais recentes de incivildade, com viés psicológico, que tem acontecido nas escolas, trata-se do *bullying*. Para Martins (2005, p. 401),

[...] o *bullying* ou os maus tratos entre companheiros manifestam-se de diversas formas. Os comportamentos que podem inserir-se nesta categoria são, segundo vários autores, de três tipos: direto e físico, inclui bater ou ameaçar fazê-lo; dar pontapés, roubar objetos que pertencem aos colegas, estragar os objetos dos colegas, extorquir dinheiro ou ameaçar fazê-lo, forçar comportamentos sexuais ou ameaçar fazê-lo, obrigar ou ameaçar os colegas a realizar tarefas servis contra a sua vontade.

Podendo ser verbal, o *bullying* direto engloba insultar, chamar nomes ou pôr alcunhas desagradáveis, gozar, fazer discriminações racistas e/ou que salientam qualquer defeito ou deficiência dos colegas. Já o indireto refere-se a situações como excluir alguém sistematicamente do grupo de pares, ameaçar com frequência a perda da amizade ou a exclusão do grupo de pares como forma de obter algo do outro ou como retaliação de uma suposta ofensa prévia, espalhar boatos sobre os atributos e/ou condutas de alguém com vistas a destruir a sua reputação, em suma, é uma forma de manipular a vida social dos pares.

Em pesquisas realizadas na cidade de São Paulo, nos anos de 2001 e 2002, Sposito e Galvão (2004) apontam que as agressões verbais são mais frequentes em ambientes escolares. Ainda segundo as autoras, as agressões físicas também acontecem, mas com menor intensidade. As agressões verbais são mais frequentes

e costumam passar despercebidas. Tais agressões são comuns entre crianças e adolescentes, que colocam apelidos, fazem xingamentos e outros tipos de violências utilizando as palavras. A agressão verbal não deixa de ser grave, ainda que não interfira na integridade física do indivíduo. Tais situações de violência podem fazer com que estudantes das escolas fiquem frustrados e não consigam desenvolver suas habilidades escolares. Para Martins (2005), esses tipos de agressões têm, em si, consequências devastadoras, em curto ou longo prazo, para os principais envolvidos, principalmente quando se trata do fenômeno denominado *bullying*.

Para Lopes Neto (2005), o *bullying* compreende as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudante contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder. Essa relação nos aponta uma tentativa de afirmação de poder interpessoal por meio de múltiplas formas de agressões. As agressões verbais podem estar incluídas no processo de adoecimento dos que são ofendidos por tais ações. Os apelidos e os palavrões lançados contra os colegas de classe podem trazer o adoecimento dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. O pior é que essas práticas, algumas vezes, são consideradas como normais no cotidiano das escolas.

Na próxima seção, trazemos reflexões teóricas sobre agressões físicas. A violência dentro do ambiente escolar acontece nas mais variadas formas e tipos, envolvendo também as agressões físicas, que, na maioria das vezes, são manifestações de *bullying*.

3.3 AGRESSÃO FÍSICA

A agressão física é uma demonstração dos tipos de violências que acontecem dentro das instituições escolares. É constante assistirmos a cenas de agressão física de estudante contra estudante ou mesmo contra profissionais das instituições. Segundo Chrispino (2007, p. 16), “[...] se existe a manifestação da violência é porque já existia anteriormente uma situação de divergência, transformando-se possivelmente em violências”.

No dia 25 de março de 2016, a revista *Época* vinculou, em uma reportagem, dados revelando que 42% dos estudantes de escolas públicas sofrem algum tipo de

violência. Já em 22 de agosto de 2017, o *site* G1 de notícias da Globo registrou o Brasil como o país líder no *ranking* da violência contra professores. Ainda segundo a mesma reportagem, uma pesquisa feita em 2015 pelo Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp) apontou que 44% dos docentes que atuavam no Estado disseram já ter sofrido algum tipo de agressão. Entre as agressões, 84% dos professores afirmam já ter presenciado, 74% se referem à agressão verbal; 60%, a *bullying*; 53%, a vandalismo e 52%, à agressão física (OSHIMA, 2016)¹⁶.

Dessa maneira, uma das manifestações de violência encontradas dentro das escolas é a agressão física. Segundo Boneti (2009), a violência física se caracteriza a partir de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) indivíduo(s) ou de grupo(s) e também contra si mesmo, abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios. Além disso, envolve também as diversas formas de agressões sexuais. Para Martins (2005), em Portugal, existe a vitimação e a agressão entre adolescentes dentro das escolas, o que, para a autora, compromete o relacionamento entre adolescentes. Ela ainda aponta que essas agressões estão presentes em muitas escolas básicas e secundárias daquele país. Assim, os diversos tipos de violência escolar vêm acontecendo em diferentes partes do planeta. A esse respeito, Lopes e Gasparin (2003) destacam que, hoje em dia, a violência escolar é um problema recorrente, sendo numerosos no mundo os estudiosos que têm voltado seus estudos para o tema.

Os vários tipos de violências encontrados dentro das escolas podem ser apontados como reflexos da vida em sociedade. Muitas das agressões físicas que são levadas para dentro dos muros das escolas pelos estudantes nem sempre iniciaram nas dependências das instituições. A escola, nesse sentido, passa a incorporar as violências externas ao seu cotidiano. Para Abramovay e Rua (2003), a escola pode deixar de ser um local protegido e passa a ser incorporada ao cotidiano das violências urbanas, não sendo um local de amparo para seus discentes, mas, sim, como integrante dos quadros de violências, por vezes tendo motivos externos. A agressão física é um tipo forte de violência de estudantes contra seus pares e frequentemente contra professores e demais profissionais das escolas.

¹⁶ OSHIMA, Flávia Yuri. O Brasil desperdiça seus talentos. **Época Online**, Rio de Janeiro, 21 fev. 2016.

Segundo Martins (2005), em determinados contextos sociais, a agressão não é valorizada. Essa valorização seria no sentido de observar as situações de agressões e de desenvolver um trabalho coletivo, para que elas deixem de acontecer, de maneira que os envolvidos nesses processos consigam entender que o agressor passa a ser visto com desconfiança pelos colegas. Tais atos de agressão fazem mal não só aos colegas, mas também aos agressores.

A valorização do movimento das múltiplas violências vivenciadas dentro dos ambientes escolares poderia estruturar um trabalho coletivo dentro das escolas, realizando a conscientização da importância da harmonia. Muitas vezes, os estudantes agressores tendem a ser rejeitados pelos seus pares. Porém, nos contextos sociais em que as atitudes de agressão são valorizadas, esses estudantes tendem a ter um destaque em seu grupo. Determinados discentes são considerados, no entanto, protetores dos seus grupos e são respeitados por serem mais fortes e causarem uma certa segurança aos seus parceiros:

A violência física é a face mais visível do fenômeno, nas escolas. O confronto corporal ou armado mobiliza parte considerável das discussões, aparecendo como referência para que os informantes discurssem sobre o tema e o ampliem para incluir outros tipos de violência. Em algumas situações, justifica-se o recurso violência física como uma forma de defesa pessoal ou como atitude de proteção aos amigos, os mais fracos, ou como uma resposta ao ato de um sujeito mais forte (ABRAMOVAY; RUA, 2003, p. 13).

A agressão física, uma das situações mais graves da violência, pode acontecer não só nas escolas, mas em qualquer outra instituição social. Independentemente do motivo ou da justificativa, esse tipo de ato viola o corpo do outro e pode trazer graves consequências para a saúde, a integridade física e, em casos mais graves, levar à morte. Para os autores, a agressão aparece também como uma atitude impensada diante de uma provocação. A violência física é, portanto, uma das formas de negociação que exclui o diálogo, ainda que seja impulsionada por múltiplas circunstâncias e se revista de uma conotação moral, não como a defesa dos amigos, nas escolas. A violência física é caracterizada por brigas, agressões, invasões, depredações, ferimentos e até mortes. Tais situações são registradas entre os vários atores da convivência dentro das escolas: estudantes e professores, estudantes e funcionários, dentre outros (ABRAMOVAY; RUA, 2003).

Nos momentos em que acontecem atos de violência, imaginamos que a agressividade está no outro. As duas pessoas que estão inseridas em um ato de agressão física ou em outro tipo de violência apontam uma à outra como culpada pela motivação dos acontecimentos geradores.

É fundamental que a violência seja pensada em sua complexidade. A amplitude do conceito teórico exige pensá-la como problema de cunho multidimensional, já que é um fenômeno que encerra muitos elementos e é condicionado por diversas características da vida social. No entanto, a violência é um ato complexo que não pode ser pensado por uma única visão de sociedade. Os diferentes tipos de violências devem ser pensados no âmbito social de cada comunidade. A discussão dos atos de violência, de qualquer espécie, apenas com uma visão, é o mesmo que a desvalorização dos movimentos sociais, vivenciados por cada agente na vida de uma comunidade.

Como forma de incivilidade por parte dos estudantes ou mesmo falta de domínio dos professores dentro dos ambientes utilizados para as aulas, há vários tipos de violências. Uma das incivildades apontadas dentro do ambiente escolar é o dano ao patrimônio. Na próxima seção, trazemos elementos teóricos que nos permitem compreender melhor esse plano de violência: danos ao patrimônio escolar.

3.4 DANOS AO PATRIMÔNIO ESCOLAR

No artigo 163 do Código Penal Brasileiro, Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, dano é “destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia”. Para Santos (2002, p. 118), “[...] a compreensão das relações entre a escola e as práticas da violência contra o patrimônio passa pela reconstrução da complexidade das relações sociais, que estão presentes no espaço social da escola”.

Os vínculos escolares são importantes no fortalecimento das relações humanas e sociais dentro da escola. Estudar essas relações é importante para entender como as questões sociais e culturais dentro dos espaços escolares geram um ambiente propício à violência contra o patrimônio. Dano é o prejuízo de algo que pode pertencer ao patrimônio de pessoas ou de instituições que podem ser públicas ou privadas. Segundo o Ministério Público Federal da Paraíba (MPF-PB), em seu *site*, o patrimônio público é o conjunto de bens, direitos e valores pertencentes a

todos os cidadãos que forma o patrimônio público e social do Brasil (PARAÍBA, 2018). Os princípios éticos, por exemplo, embora não sejam bens, fazem parte do patrimônio moral de nossa sociedade e devem ser protegidos pelo Estado e observados por todos os agentes públicos.

A partir dessa definição, podemos considerar que o patrimônio público não pertence a indivíduos, mas, sim, a comunidades. A escola, juntamente com todos os seus bens e valores, é um patrimônio público. Por conseguinte, podemos considerar que estragar o patrimônio das escolas configura-se como dano ao patrimônio público. Na maioria das vezes, a depredação ao patrimônio ocorre por falta de consciência das pessoas. Para tais danos, temos inúmeras punições de ordem jurídica, sendo as condenações baseadas no Código Penal Brasileiro.

O artigo 163 do Código Penal afirma que destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia pode levar à pena de detenção de um a seis meses ou multa. Quando o dano é qualificado e o crime for cometido com violência à pessoa ou grave ameaça, com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave ou contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos, a pena é mais severa, podendo variar de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Pelas afirmações realizadas pelo MPF e pelo Código Penal, o dano ao patrimônio público configura-se como crime que pode levar as pessoas inclusive à prisão. Ao danificarem os bens da escola e a própria escola, os estudantes estão infringindo a legislação que regulamenta a proteção ao patrimônio daquela instituição. Na década de 1980, segundo Lima e Sousa (2013), as violências nas escolas não eram tão frequentes ou não eram apresentadas à sociedade, ficando muitas vezes restritas às instituições educacionais. Uma das situações de violência nas escolas públicas eram as ações contra o patrimônio público. Como a escola era excludente, muitas situações de violência não eram apresentadas à sociedade, o que leva as pessoas a acreditarem que as escolas, nos anos de 1970 ou 1980, eram melhores, por não apresentarem situações de violências. Segundo o autor, nos anos de 1990, a violência se transforma com outras vertentes. O dano ao patrimônio deixou de ser uma das únicas formas de violência nas instituições educacionais.

O dano ao patrimônio acontece quando se depreda, danifica ou estraga por desejo próprio da pessoa. De acordo com Silva (2015, p. 1),

[...] a noção de dano patrimonial é a mais antiga e a mais conhecida. O prejuízo moral é mais recente, pois que se pensava que os bens não patrimoniais estavam protegidos em face dos atentados a eles feitos, pelo Direito Penal. Além disso, não parecia a muitos admissível de transformar em dinheiro o simples dano moral. Atualmente, decerto, as ideias são absolutamente diversas.

Ao danificar o patrimônio de uma instituição, o indivíduo deve ressarcir, em tese, aos cofres públicos o estrago causado por suas ações. Dentro das escolas, os danos ao patrimônio nem sempre são ressarcidos, uma vez que, na maioria das vezes, não se sabe quem fez os estragos. As escolas, em sua maioria, não possuem sistema de câmeras para fiscalização segurança e fiscalização. Os estudantes não delatam os colegas que danificam o patrimônio. Quando as instituições não aplicam as punições, os estudantes passam a considerar aquelas ações como normais, e os colegas se sentem também no direito de realizar as mesmas ações de depredação.

Segundo Boneti (2009), o dano ao patrimônio público, que é um ato de violência contra a escola, é exercido quando indivíduos estragam carteiras, mesas, paredes, portas, equipamentos ou cometem furtos ou roubos. Tais atos podem ser cometidos por pessoas que frequentam a escola, como por pessoas alheias ao ambiente. No entanto, é possível considerar que o dano ao patrimônio é um tipo de violência dentro das escolas e contra as escolas. Os estudantes frequentemente estragam os ambientes e o mobiliário, pois não entendem que o objeto danificado pertence a todas as pessoas, inclusive a quem estraga os pertences das instituições. Portanto, é necessário conscientizar os discentes de que o patrimônio é público, ou seja, a noção de pertencimento ao espaço poderia ser uma entrada relevante para se pensar no compartilhamento de experiências. Noutras palavras, o patrimônio poderia ser mote de reflexão não em sua dimensão de destruição, mas de preservação, ou seja, um diálogo a se estabelecer.

Na próxima seção, discutimos formas de dirimir conflitos, segundo os teóricos, que se colocam ao cotidiano escolar como caminhos possíveis para contribuir com a diminuição da violência escolar.

3.5 A MEDIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

A escola pode ser considerada o ambiente propício ao surgimento de desentendimentos e violência, devido à diversidade cultural e de classes sociais presentes, além da quantidade de pessoas e diferentes interesses. Para Galvão *et al.* (2010), a escola se caracteriza, ao mesmo tempo, como autora, vítima e laboratório para a aprendizagem de violências. Para Charlot (2002), no ambiente escolar, a violência manifesta-se de três maneiras distintas. Pode ser contra a escola, quando se danifica o seu patrimônio ou se agride as pessoas envolvidas nos processos de ensino e aprendizagem; na escola, quando não tem relação direta com as atividades pedagógicas ali propostas; da escola, quando os estudantes suportam a violência, que é a maneira como os estudantes são tratados no ambiente educacional. Para lidar com os mais variados tipos de violências existentes dentro das instituições de ensino, existe a mediação, que pode contribuir na resolução dos desentendimentos dentro das instituições. Nesse sentido,

a Mediação Escolar é outra forma de mediação aplicada aos conflitos que aparecem nas escolas. Os diferentes tipos de conflitos que aparecem nas instituições escolares podem ser entre professores, entre pais e / ou entre estudantes. A abordagem desses conflitos através de técnicas de mediação gerará uma escola diferente. Será necessário diferenciar quem faz parte dos conflitos para avaliar quem serão os mediadores (IUNGMAN, 1996, p. 2).

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a mediação é uma conversa, negociação intermediada por alguém imparcial, que favorece e organiza a comunicação entre os envolvidos em situações de desentendimentos. De acordo com o Código de Processo Civil, o mediador atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará os interessados na compreensão das questões de interesses, de modo que possam, por si próprios, mediante o restabelecimento da comunicação, identificar soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

Contudo, podemos entender a mediação como uma forma de intervenção de uma terceira pessoa entre duas partes, sendo elas com vínculo anterior ou não. A intenção do mediador, no entanto, é única e exclusivamente interferir, tentando fazer

com que as partes envolvidas cheguem a um consenso favorável aos envolvidos. A esse respeito, Muñoz e Ortuño (2015) ponderam:

Se perguntarmos sobre a história da mediação escolar, descobrimos que as primeiras experiências nos Estados Unidos surgiram há mais de três décadas. Respondem às preocupações dos pais e professores em face do aumento da violência na escola e na parte inferior da questão é devido a um fundo social dos movimentos de cidadãos, religiosos e comunitários, preocupado com a justiça social e com uma nova visão do conflito e sua abordagem¹⁷ (MUÑOZ; ORTUÑO, 2015, p. 40, tradução do autor).

As autoras ainda apontam que a intenção da mediação é gerir, de maneira positiva e criativa, situações de convivência não harmoniosa, promover um clima de diálogo, tolerância e cooperação dentro da comunidade escolar, prevenindo a cronificação de problemas e o aparecimento de violências. Assim, a mediação torna-se uma alternativa que pode evitar, em muitos casos, a aplicação de procedimento disciplinar.

Para Possato *et al.* (2016), na Espanha, os programas de mediação surgiram em 1993, na Catalunha, e, logo depois, implementou-se um extenso programa na Comunidade de Madri. Na América do Sul, quase todos os países possuem algum tipo de experiência na tentativa de convivências democráticas, com vistas à tentativa de acabar ou pelo menos amenizar a violência no contexto escolar.

No Brasil, é possível identificar uma trajetória com relação a projetos e programas inseridos nas políticas públicas, visando amenizar as violências nas escolas. Segundo as autoras, não é possível avaliar os resultados dos projetos e dos programas que envolvem a mediação na América do Sul. Mas o fato de não ser possível identificar os resultados da mediação não diminui a sua importância para as escolas e órgãos da justiça, que trabalham com essa técnica, para amenizar os reflexos da violência à sociedade.

Segundo Almeida (2008), a chegada da mediação à cultura brasileira vem se fazendo gradativamente. Um dos desafios desse percurso é estabelecer uma

¹⁷ Si indagamos sobre la historia de la mediación escolar encontramos que ya hace más de tres décadas surgieron las primeras experiencias en Estados Unidos. Responden a la inquietud de padres y profesores ante el aumento de la violencia en la escuela y en el fondo de la cuestión obedece a un trasfondo social de movimientos ciudadanos, religiosos y comunitarios, preocupados por la justicia social y con una nueva visión del conflicto y su abordaje (MUÑOZ; ORTUÑO, 2015, p. 40).

adequada distinção em relação à conciliação, instrumento praticado há mais tempo. Por ambas contemplarem, na construção de acordos, mediação e conciliação, são, por vezes, tomadas como sinônimos.

A mediação no Brasil está se adequando aos poucos, como forma de resolver situação de desentendimento entre pessoas. A conciliação é algo bem semelhante e já está presente no país há mais tempo. Porém, é possível colocar mediação e conciliação como semelhantes, por tentarem construir acordos entre as partes. Segundo Cabral (2015, p. 2), mediação é entendida como um “[...] mecanismo para resolução de conflitos em que as próprias partes, constroem, em conjunto um sistema de decisões, satisfazendo a todos os envolvidos e oxigenando as relações sociais, com a participação de um terceiro intermediário ou facilitando o alcance do entendimento”.

Dessa forma, a mediação é uma maneira de resolver situações de desentendimento entre pessoas. Muitas vezes, tais situações podem ser resolvidas de maneira simples, porém as partes envolvidas não conseguem identificar alternativas diferentes das situações originárias. A mediação é, assim, uma forma de melhorar o convívio social, através da ajuda de uma pessoa alheia às situações existentes.

Ainda segundo Cabral (2015), a mediação deve ser orientada pelos princípios da imparcialidade do mediador e igualdade de direito entre as partes envolvidas no processo, autonomia das partes, além da confiabilidade e boa-fé.

Ao longo dos últimos anos, é possível identificar um aumento em massa das situações de violência em todas as partes do mundo. Para Almeida, Alencar e Fonseca (2009), a violência vem se constituindo em intensa preocupação social no mundo contemporâneo, o que pode ser notado no Brasil. O sentimento de temor, insegurança e perplexidade exacerbou-se entre os mais diferentes grupos e esferas da sociedade. As situações de violência escolar não são diferentes.

A mediação em ambientes escolares vem, ao longo das últimas décadas, tomando força e forma. A intenção é melhorar a convivência dos diferentes atores dentro das escolas e, conseqüentemente, melhorar a absorção dos estudantes das discussões escolares no processo de ensino e aprendizagem. Morgado e Oliveira (2009) apresentam o conflito como uma forma positiva de convivência em sociedade, visto que todos têm possibilidades de aprender com as ideias diferentes

de cada indivíduo. No entanto, tais conflitos devem ser administrados para não se transformarem em violência.

Segundo Almeida (2009), a violência escolar possui características próprias que precisam ser estudadas e reconhecidas; caso contrário, incorre-se o risco de acomodação por parte da instituição e dos professores. Ainda segundo a autora, a mediação trata especificamente de situações de cunho interpessoais, tendo, como campo de atuação, as relações humanas, que se concretizam na comunicação.

A mediação se torna fundamentalmente importante nas relações interpessoais, nos diferentes ambientes e instituições, inclusive a escola. Surgem, então, programas para amenizar situação. Esses programas dão possibilidade de conhecer os estudantes, além das dinâmicas para compreensão dos diferentes tipos de violência e as estratégias para evitar que elas aconteçam. Os programas de formação para evitar violência escolar têm objetivos e finalidades próprias, para que as pessoas, em diferentes áreas da vivência humana, possam conviver de forma harmoniosa entre si. Segundo Jones (2004 *apud* SANTOS, 2016), existem quatro finalidades nos programas de formação:

1. Criação de ambientes de aprendizagem seguros: os programas que enfatizam estes objetivos incidem na diminuição da violência, redução dos conflitos entre estudantes, particularmente dos conflitos intergrupais baseados nas diferenças étnicas e raciais; ao mesmo tempo, procuram reduzir o número de suspensões, o absentismo e o abandono escolar, frequentemente relacionados com ambientes de aprendizagem inseguros.
2. Promoção de ambientes de aprendizagem construtivos, isto é, promoção de um ambiente positivo na sala de aula, cuja gestão eficaz dos comportamentos potencie a disciplina e, simultaneamente, o respeito e afeto, necessários para que crianças e jovens se sintam confiantes na partilha de ideias e sentimentos.
3. Desenvolvimento pessoal e social dos estudantes, incluindo a aprendizagem de competências de resolução de problemas; o treino das aptidões para reconhecer e lidar com as emoções; a identificação e redução das orientações agressivas e atribuições hostis; a utilização de estratégias construtivas face ao conflito nas escolas, no contexto familiar e comunitário.
4. Desenvolvimento de uma perspectiva construtiva do conflito: pretende estimular-se a justiça social na comunidade, responsabilizando os seus elementos não apenas pelos problemas que nela emergem, mas também pelo sucesso das respostas sociais por eles geradas (JONES, 2004 *apud* SANTOS, 2016, p. 38).

Todo o processo de formação do mediador, para resolução e redução da violência entre estudantes e promoção de ambientes positivos para uma aprendizagem sem violências, em que estudantes e todos os envolvidos no processo de ensino se respeitem, é realizado tendo um mínimo de afeto pelo outro. Busca-se, também, o desenvolvimento pessoal e social do estudante, ensinando-o a trabalhar com a emoção e a construção de respostas significativas na diminuição das situações de violência. Nesse sentido, Morgado e Oliveira (2009) afirmam:

O sucesso de um projeto de mediação na escola depende do envolvimento de todos os “atores” do contexto escolar. A escola deve desenvolver um contexto de significação congruente com a mediação. De pouco servirá que as crianças e os jovens estudantes sejam sensibilizados e treinados para uma cultura de diálogo, de escuta e de pacificação das relações interpessoais, se o discurso de educadores e docentes for incoerente com esta postura (MORGADO; OLIVEIRA, 2009, p. 50).

Para que a mediação no contexto escolar possa contribuir com o tema da violência escolar, os profissionais terão papel decisivo: elaborando coletivamente ações estrategicamente definidas, alinhando ação e diálogo numa perspectiva de entrecruzamento dos desafios, mas também das possibilidades que se operarem na interação entre os sujeitos. A mediação, pautada no movimento de escuta e de ponderações, pode ser uma aliada para que as agressões sejam relativizadas, fazendo pensar o problema em evidência a partir de diferentes pontos de vista. Trata-se, portanto, de um percurso que requer formação.

Assim como na Europa, no Brasil e nos demais países da América do Sul, a mediação é vista como alternativa para diminuir os variados tipos de violências no contexto das escolas. Com a diminuição dos processos de violências dentro das escolas, existe uma grande possibilidade da existência de uma convivência democrática fora dos muros das escolas. Portanto, a mediação pode conseguir fazer uma transformação da vida em sociedade. Na próxima seção, trazemos um detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados nesta dissertação para que pudéssemos, tal qual a própria teoria nos aponta, encontrar caminhos de escuta sobre o que se opera na escola investigada, entendendo esse como um importante passo para pensar coletivamente a escola.

3.6 O QUESTIONÁRIO NÃO IDENTIFICADO E OS SUJEITOS DE PESQUISA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Caracterizamos a pesquisa como um estudo de caso de natureza qualitativa, que contribui para analisar descrições e estabelecer comparações no processo de interpretação de dados coletados pelo pesquisador. Para a obtenção desses dados sobre violência escolar, utilizamos o questionário não identificado, elaborado na escala de Likert. Optamos por aplicar o instrumento aos estudantes, professores e demais funcionários da escola estudada.

Participaram da pesquisa 96 estudantes escolhidos de acordo com a faixa etária, perfazendo 55% dos alunos matriculados na escola. Tais sujeitos têm a idade entre 10 e 18 anos, estão matriculados do 5º ano do Ensino Fundamental I ao 3º do Ensino Médio. Foram-lhes apresentadas cinco assertivas relacionadas à violência e seus tipos dentro do ambiente escolar. Dos alunos da faixa etária escolhida para pesquisa, alguns não quiseram participar ou não estavam na escola nos dias da pesquisa. Responderam ao questionário 26 servidores da escola, entre professores e demais funcionários, selecionados por fazerem parte da convivência e ações pedagógicas na escola estudada, tanto por fazerem parte do contexto da convivência no ambiente escolar quanto por terem que lidar diretamente com consequências de atitudes de violência escolar.

Embora as assertivas apresentadas aos estudantes estejam disponíveis no Apêndice C deste trabalho, como foram em um quantitativo pequeno (5 assertivas), optamos por trazê-las aqui para facilitar a leitura. Nesse questionário, apresentamos questões relacionadas à violência escolar, envolvendo conversas com professores sobre o tema, situações de violência vivenciadas por eles e demais colegas e desses contra o patrimônio da instituição. As questões tiveram por objetivo identificar se os estudantes já vivenciaram violência na entidade de ensino estudada. Nesse sentido, foram assim constituídas:

- Os professores conversam sobre a violência com os estudantes.
- A gestão conversa sobre a violência com os estudantes.
- Já vivi situações de violência física na escola.
- Já vivi situações de violência verbal na escola.

- Já presenciei colegas quebrando materiais da escola (janelas, portas, cadeiras).

Para os professores e demais funcionários, o questionário abrangeu o quantitativo de 39 assertivas relacionadas à violência, apresentadas também no Apêndice C. São desdobramentos das assertivas dos estudantes. Ao identificarmos como os estudantes percebem essas questões, pudemos cotejar com as respostas dos professores e demais funcionários não para dizer e/ou apontar contradições com julgamentos de valor, mas, especialmente, para poder problematizar diferentes pontos de vista. As assertivas são relacionadas com a violência entre os estudantes, ações da gestão da escola nas ações de violência escolar, destruição do patrimônio da instituição, quando e onde acontecem as brigas entre estudantes, relacionamento entre professores e estudantes, danos ao patrimônio da escola estudada, dentre outras questões discutidas nos resultados da pesquisa aqui apresentada.

Esclarecemos que o pesquisador se apresentou nas salas e explicou aos discentes qual o significado do questionário e a importância do trabalho para a comunidade pesquisada. Orientamos como deveria ocorrer o preenchimento e nos ausentamos do ambiente. O professor da aula ou o estudante representante de turma levou, posteriormente, o questionário na sala do pesquisador. Os questionários foram aplicados a estudantes e funcionários na semana entre os dias 16 a 21 de agosto de 2019. Para os funcionários, aplicou-se em reunião realizada semanalmente. Explicamos os motivos de realização da pesquisa e sua importância na melhoria das relações dentro da instituição. Ao distribuirmos o questionário, deixamos o ambiente da reunião e todos responderam o questionário que foi depositado sobre uma mesa de maneira que nenhum dos profissionais pudesse ser identificado.

Dos questionários aplicados aos funcionários, quatro tiveram algumas respostas sem marcação. Consideramos as respostas apresentadas para cada assertiva, como será apresentado mais à frente. Dentre os funcionários da escola, não participaram da pesquisa um Especialista da Educação Básica, em licença gestação, uma Professora de Sala de Recursos, em licença maternidade, e um Auxiliar Técnico da Educação Básica, em licença para tratar de interesses

particulares (LIP). Foi possível constatar, portanto, que houve envolvimento dos profissionais da escola à proposta de investigação.

3.7 O QUE NOS DIZEM OS SUJEITOS DE PESQUISA: VIOLÊNCIA NA ESCOLA, À ESCOLA, DA ESCOLA?

Para a análise dos dados, optamos por categorizar e analisar as assertivas em cinco seções organizadas dos seguintes elementos: atuação da gestão escolar, atuação dos professores, violência física, violência verbal e dano ao patrimônio escolar. A opção por esses cinco elementos justifica-se por serem os mobilizadores das assertivas para discentes, professores e demais funcionários da escola estudada, assim como por contribuírem para analisarmos os dados à luz do que nos provoca a pensar Charlot (2002), ou seja: o que caracteriza, na opinião dos respondentes, a violência escolar. Estaria ela sendo produzida pela própria escola ou seria resultado do sentimento de não pertencimento ao lugar escola, o que levaria a uma violência à escola; ou ainda seria na escola - o lugar em que a violência se opera pelos fatores de natureza social, econômica, psicológica, entre outros que caracterizam a condição de vulnerabilidade social dos estudantes. Tais aspectos nos moveram nas análises cujos diálogos auxiliaram na fundamentação do Plano de Ação Educacional (PAE), pelo compromisso que um Mestrado Profissionalizante coloca a gestores de instituições de ensino que fazem a educação no cotidiano das relações interpessoais que nele se operam.

3.7.1 Gestão e a questão da violência escolar

Foram apresentadas a estudantes e funcionários assertivas sobre a gestão da escola e o diálogo sobre a violência com os estudantes. O Quadro 7 apresenta os resultados por anos/séries:

Quadro 7 - Respostas da assertiva “A gestão conversa sobre a violência com os estudantes” de acordo com o ano/série

Série	Discordo	Mais discordo	Mais concordo	Concordo
5º ano	-	4	2	6
6º ano	1	3	4	1
7º ano	7	3	0	3
8º ano	2	2	7	-
9º ano	-	1	4	10
1º ano do EM	1	2	1	7
2º ano do EM	1	3	4	5
3º ano do EM	1	-	9	2

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Na assertiva apresentada a estudantes, a gestão conversa sobre a violência com os estudantes. Do total de 96 respondentes, 64 responderam que há um diálogo com os estudantes sobre o tema violência escolar, ou seja, para esses, a gestão está em constante diálogo com os estudantes sobre a violência. Dos 18 alunos do 7º ano, 13 responderam ao questionário, porém, mais da metade disse não concordar que a gestão da escola mantém diálogo, com os alunos, sobre a violência escolar. Situação oposta aos alunos do 9º ano, dos 16 que responderam o questionário, 10 concordam que existe diálogo da gestão sobre violência escolar. A interlocução da gestão da escola torna-se fundamental para diminuir a violência escolar. Bocci (2011, p. 8) afirma que “[...] a gestão possui um papel fundamental, embora não se caracterize como o único agente de interferência em todo esse cenário escolar, incluindo a sua influência na intensidade e frequência que os casos de violência escolar assumem nas unidades de ensino”.

O autor afirma que a gestão é um aspecto central para melhorar a convivência no interior das escolas. Com os gestores, existe a possibilidade da diminuição das situações de violência no ambiente escolar. Porém, o próprio autor afirma que a entidade de ensino costuma construir um modelo padrão de estudante. Aqueles que ficam fora desse padrão são considerados estudantes problemas. Essa ideia de estudante problema não deve permanecer. A interação deve ser constante, a fim de minimizar as situações de violência escolar.

Ainda segundo Bocci (2011), existe a necessidade de estabelecer um laço construtivo entre a cultura organizacional e o desenvolvimento do professor.

Conforme aponta o autor, é na inter-relação que a gestão tem a possibilidade de atuar junto à coordenação pedagógica, com finalidade de construir uma produção crítica através do diálogo, formando indivíduos ativos e minimizando a violência no ambiente escolar. Com isso, podemos afirmar que a gestão de uma escola tem a possibilidade de direcionar os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, para minimizar as situações de violência escolar.

Diante do exposto e com as respostas apresentadas aos respondentes sobre o diálogo da gestão sobre violência, é possível afirmar que a gestão da escola estudada tem realizado ações para contornar e diminuir a violência no ambiente de estudo da presente pesquisa. As ações da gestão são importantes para melhorar o clima escolar e, conseqüentemente, a convivência entre os membros da escola estudada. Porém, existe a necessidade que a intervenção da gestão seja articulada entre os vários agentes da comunidade escolar. Com a participação de todos na resolução dos problemas existentes, os envolvidos no processo sentem-se valorizados e parte do processo, o que ajuda na concretização dos resultados esperados. No entanto, pelas demais considerações e respostas, é possível identificar que somente o diálogo não é efetivo para minimizar as situações de violência e para criar uma cultura de paz na escola.

Aos funcionários da instituição, foram apresentadas 11 assertivas sobre as conversas da gestão da escola sobre violência cujos resultados são apresentados no Quadro 8 a seguir:

Quadro 8 - Assertivas apresentadas aos funcionários sobre conversa da gestão sobre violência na escola estudada (continua)

Assertiva	Discordo	Mais discordo	Mais concordo	Concordo
A gestão conversa com os estudantes após as agressões físicas.	0	0	8	18
A gestão conversa com os estudantes após as agressões verbais	0	5	6	15
A escola tem realizado discussões sobre os processos de violência após brigas entre estudantes.	3	2	10	11
A gestão conversa sobre a violência com os estudantes	2	1	7	16
A gestão conversa com os estudantes sobre normas de convívio	0	2	9	15

Quadro 8 - Assertivas apresentadas aos funcionários sobre conversa da gestão sobre violência na escola estudada (conclusão)

A gestão da escola busca conversar com os pais sobre a violência para trabalhar colaborativamente com eles	0	2	6	18
Compartilho com a gestão da escola situações de violência física ajudando a pensar formas de diminuir a violência escolar.	0	1	10	15
Compartilho com a gestão da escola situações de violência verbal ajudando a pensar formas de diminuir a violência escolar.	1	1	11	13
Os atos de violência não provocam reflexões na escola	19	4	3	0
Não me sinto como parte integrante da escola	24	0	2	0
Não sinto incômodo com relação à violência dentro da escola.	22	3	0	1

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Diante do exposto no Quadro 8, é possível perceber que as pessoas que trabalham na instituição em estudo concordam que existe um diálogo constante da gestão com os estudantes e funcionários sobre a violência escolar. Na efetivação desse debate, a participação coletiva se torna peça essencial, a fim de minimizar as situações de violência escolar. Nesse sentido, Oliveira (2008, p. 501) observa:

Criar um ambiente participativo é condição essencial para que as pessoas assumam e controlem o próprio trabalho, sintam-se partes do processo e se envolvam com mais afinco, determinação e empreendimento na busca por resultados satisfatórios. Valorizar cada função exercida no espaço escolar – professores, orientadores educacionais, secretárias, psicólogos, entre outros – é imprescindível para que se obtenha o apoio, o envolvimento e o comprometimento dos profissionais com as tarefas que devem desempenhar no exercício de suas funções.

Para que tenhamos um ambiente no qual as pessoas se sintam parte do processo de ensino e aprendizagem, a gestão necessita estabelecer um diálogo constante com todas as pessoas na escola. Para tanto, cada profissional deve exercer sua função de maneira efetiva.

Na assertiva sobre a direção conversar com os estudantes após as agressões físicas, todos os 26 respondentes concordaram haver esse diálogo entre a direção e os estudantes envolvidos em agressões físicas. No entanto, ao observar os elementos sobre o diálogo da gestão após agressões verbais, seis respondentes mais concordam que discordam haver esse diálogo e 15 concordam que há essa conversa da direção da escola sobre as agressões verbais após elas acontecerem. Dois respondentes discordam haver conversa da gestão com estudantes sobre violência; apenas um respondente mais discorda do que concorda haver essas conversas; sete mais concordam do que discordam existir essa conversa e 16, dos 26 respondentes, disseram existir essa conversa sobre a violência com os estudantes por parte da gestão da escola estudada.

Na última assertiva, sobre o diálogo da gestão da escola sobre violência, a instituição tem realizado discussões sobre os processos de violência após brigas entre estudantes. Apenas cinco profissionais discordam ou mais discordam do que concordam que a escola tem realizado discussão sobre os processos de violência após as brigas. Dos respondentes, 21 profissionais concordam que há o diálogo da gestão e de profissionais da escola após a ocorrência das brigas. Não só as brigas, mas toda e qualquer forma de violência interfere no clima de convivência, constituindo-se em situações de violência na escola, o que desafia os profissionais a pensar em como encontrar caminhos de mediação que promovam o diálogo, contribuindo para a melhoria do clima escolar. Estudantes e profissionais disseram, em algum momento, já terem se envolvido em violência física, verbal ou ao patrimônio da escola. Mesmo professores e estudantes admitindo que existe o diálogo da gestão sobre violência, os dados da pesquisa apontam que a violência permanece.

Nessa perspectiva, a mediação pode se tornar um meio de solução dos diferentes tipos de violência no ambiente escolar. Na criação da cultura da mediação em diferentes espaços, os agentes envolvidos têm a possibilidade de entender a visão do outro, aceitando as diferenças. É possível ainda favorecer a comunicação entre os envolvidos nas situações de violência e compreender suas causas. Ainda segundo as autoras supracitadas, a mediação pode estar presente em todas as ações e vivência das escolas. Portanto, independentemente do tipo de violência e seus envolvidos, o diálogo torna-se peça central no desenvolvimento da cultura de

paz nas escolas. Com o diálogo entre os envolvidos nas situações de violência, é possível entender os motivos dos desentendimentos, traçando ações e estratégias para evitá-los, fortalecendo o clima escolar.

Ainda a respeito do tema, Morgado e Oliveira (2009, p. 48) afirmam:

A Mediação é uma negociação com a intervenção de um terceiro neutral, baseada nos princípios da voluntariedade das partes, da neutralidade e imparcialidade do terceiro (mediador) e na confidencialidade do processo, a fim de que as partes em litígio encontrem soluções que sejam mutuamente satisfatórias.

A gestão apresenta lacunas com relação à implementação de práticas para diminuição das situações de violência. Mesmo existindo um diálogo constante, segundo dados da pesquisa, esse não tem sido efetivo para amenizar as violências dentro da escola estudada. Os respondentes afirmam que, em diferentes momentos, já se envolveram em situação de violência verbal e física, a maioria diz já ter presenciado colegas danificando o patrimônio da escola. Foi possível, nesse sentido, um diagnóstico cuidadoso da situação, capaz de fornecer elementos para que a gestão estabeleça, do seu lugar de atuação, uma cultura de interações que contribua para minimizar situações de violência no cotidiano da escola investigada. Na próxima subseção, apresentamos os resultados das inquirições sobre o diálogo dos professores com os estudantes sobre violência.

3.7.2 Diálogo dos professores sobre violência

Esta subseção apresenta as respostas dos respondentes sobre os diálogos dos professores com os estudantes acerca da violência escolar. Sobre o diálogo entre os agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, Elias (2011, p. 47) afirma que “[...] a participação é o elemento central das teorias da cidadania e da democracia”. Para a autora, existe a necessidade efetiva do diálogo para garantir a prevenção contra a violência. Entende-se, no entanto, que a inserção do diálogo no contexto escolar diminui o número de situações de violências dentro dos espaços de convivência, seja em escolas ou outras repartições. No Quadro 9, adiante, apresentamos as colocações de todos os estudantes sobre a assertiva que se refere à relação entre professores e estudantes.

Quadro 9 - Respostas da assertiva “Os professores dialogam com os estudantes sobre violência”

Série	Discordo	Mais discordo que concordo	Mais concordo que discordo	Concordo
5º ano	0	7	2	3
6º ano	0	3	2	4
7º ano	0	0	7	6
8º ano	0	2	4	5
9º ano	0	2	2	11
1º ano do EM	1	1	6	3
2º ano do EM	9	2	0	2
3º ano do EM	2	1	3	6

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Para a assertiva “os professores conversam sobre violência com os estudantes”, 66 estudantes concordaram ou mais concordaram do que discordaram que existe o diálogo entre estudantes e professores. Para os discentes, os docentes conversam sobre violência no ambiente escolar. Entretanto, existe uma parcela de 30 estudantes que não compreendem o diálogo de professores sobre o tema violência. Esses não veem um diálogo efetivo com os estudantes. Para os professores e demais funcionários, a maioria absoluta concorda que existe o diálogo com os estudantes sobre violência. Ao menos 24 funcionários disseram existir esse diálogo de professores com estudantes sobre o tema violência, porém, dois funcionários apontam a falta de diálogo de professores com estudantes sobre violência. Existe um desnível na comparação entre questionários de professores e estudantes da instituição estudada. As respostas das inquirições de professores estão apresentadas no Quadro 10:

Quadro 10 - Assertivas apresentadas aos funcionários sobre relacionamento dos professores e o diálogo sobre violências com o público atendido pela escola estudada

Assertiva	Discordo	Mais discordo	Mais concordo	Concordo
Os professores agem para evitar brigas na escola.	1	1	8	16
Os professores conversam sobre a violência com os estudantes	0	2	8	16
Tenho bom relacionamento com meus estudantes	0	0	8	18
Tenho um bom relacionamento com os responsáveis pelos estudantes.	0	1	6	19
Os professores estimulam o diálogo na resolução das brigas	0	2	3	21
Os professores buscam escutar os estudantes nas situações de violência verbal para compreender os motivos	0	3	8	15
Os professores buscam escutar os estudantes nas situações de violência física para compreender os motivos	0	2	11	13

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Com um bom relacionamento entre professores e estudantes tende a existir uma facilidade de conversas e possíveis prevenções de situações de violência no ambiente da entidade de ensino estudada. Como apresentado na pesquisa realizada, a despeito de existir um diálogo constante entre professores e estudantes sobre violência escolar, esse não tem sido efetivo para diminuição das situações de violência na escola estudada, conforme constatado nos livros de ocorrências pesquisado.

A esse respeito, Santos e Rodrigues (2013, p. 276) assinalam:

Postura baseada no diálogo permanente entre os sujeitos escolares, através da problematização e da reflexão sobre a realidade, onde o conhecimento é construído com a participação ativa de todos os sujeitos do processo. Processo que possibilita refletir sobre a realidade, buscando a conscientização dos sujeitos para o desenvolvimento de uma práxis social, em busca da transformação da situação de violência na escola.

Como apontam os autores, o diálogo nas instituições de ensino entre professores e estudantes se torna fundamental para uma reflexão dos sujeitos no processo de ensino e aprendizagem. Essa comunicação tem por finalidade minimizar as situações de violência e procurar possibilitar a transformação das diferentes violências escolares, em uma cultura de paz nas instituições de ensino.

O diálogo é importante a fim de compreender quais os motivos e por que as violências acontecem no ambiente escolar. Dialogar com os estudantes, pais, professores e demais funcionários de uma instituição educacional pode contribuir na resolução dos problemas relacionados aos diversos tipos de violências. Para Santos e Rodrigues (2013, p. 283), “[...] o ambiente escolar pode desenvolver uma prática pedagógica dialógica, que estimule o melhor entendimento entre os sujeitos escolares, favorecendo a mediação dos casos de violência”. Rosa (2010) enfatiza a violência na escola como problema complexo cuja resolução requer a participação efetiva da gestão, de estudantes, professores, comunidade do entorno, familiares e sociedade.

Dialogar, no entanto, não tem relação única e exclusiva com as conversas existentes no dia a dia, mas se trata de uma postura que pode auxiliar para que se processem mudanças de comportamento nos processos de ensino e aprendizagem. Esse diálogo torna-se fundamental na tentativa de transformação das situações de violência. Nos dados colhidos nas inquirições de estudantes e profissionais, foi possível perceber a existência de conversas frequentes de professores e gestão com estudantes na tentativa de amenizar as situações de violência. Essas conversas podem ser pensadas a partir desses diferentes pontos de vista, constituindo-se, portanto, em objeto de reflexão. Os atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem relataram já ter se envolvido em agressões físicas, verbais ou de dano ao patrimônio. Na próxima subseção, tratamos das situações de violência física apresentadas pelos respondentes.

3.7.3 Violência física

Foram apresentadas assertivas sobre violência física para estudantes e profissionais em exercício na escola estudada. Para os estudantes, foi realizada

apenas uma pergunta sobre esse tipo de violência cujos resultados estão elucidados no Quadro 11 a seguir.

Quadro 11 - A violência física na escola

Série	Discordo	Mais discordo	Mais concordo	Concordo
5º ano	1	1	0	10
6º ano	4	1	3	1
7º ano	6	1	0	6
8º ano	1	2	3	5
9º ano	7	0	0	8
1º ano do EM	0	1	2	8
2º ano do EM	10	0	1	2
3º ano do EM	6	0	0	6

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A maioria dos estudantes, 66 estudantes, concorda ou mais concorda do que discorda, ao afirmar já ter vivido situações de violência física na instituição pesquisada. Portanto, o diálogo entre estudantes e professores não tem demonstrado a eficácia necessária no combate à violência escolar. Schilling (1989 *apud* MICHAUD, 2004) expõe que a violência introduz o desregramento e o caos num mundo estável e regular. É possível compreender que a violência desestabiliza a convivência em sociedade, da mesma maneira acontece com o ambiente educacional, tornando a escola um lugar inseguro e de desconfiança. A insegurança faz da escola um espaço de desconfiança, tornando-a um local onde estudantes, professores e demais funcionários não sentem segurança para desenvolver, de maneira efetiva e eficiente, os trabalhos, projetos e programas educacionais. Na escola estudada, esse sentimento demonstra a existência de violência constante, pois mais da metade dos estudantes disseram já ter vivido situações de violência física: uma violência que acontece, segundo Charlot (2002), na escola.

Com a desconfiança, causada pela violência, o ambiente escolar não é propício para efetivação dos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que estudantes, professores e demais funcionários não sentem segurança no dia a dia

na instituição. Estudantes que sofrem violências sentem-se desmotivados em frequentar o ambiente escolar e, segundo relatos de alguns respondentes, determinados estudantes desrespeitam, colocam apelidos e jogam resto de comida nos mais novos. Esses atos interferem na convivência e, conseqüentemente, no desenvolvimento intelectual dos estudantes.

As assertivas sobre violência física apresentada a funcionários e suas respostas estão sistematizadas no Quadro 12 seguinte:

Quadro 12 - Assertiva violência física na escola estudada apresentada a funcionários

Assertiva	Discordo	Mais discordo	Mais concordo	Concordo
As brigas interferem nos processos de ensino	0	3	5	18
As brigas interferem nos processos de aprendizagem	0	5	4	17
As brigas entre estudantes acontecem com frequência na escola.	9	11	6	0
As brigas na escola acontecem na hora do recreio	4	14	5	3
As brigas na escola acontecem na hora da entrada das aulas	11	11	3	1
As brigas na escola acontecem na hora da saída das aulas	8	10	6	2
Já vivi situações de violência física na escola	14	2	3	7
Já presenciei violência física dentro da escola	5	1	4	16
Os motivos de brigas na escola começam fora da instituição	6	8	9	3
Durante as aulas os estudantes usam violência física e isso atrapalha o desenvolvimento das atividades	6	10	6	4
A atuação dos pais e/ou responsáveis nos casos de violência física contribui para minimizá-las dentro da escola	2	8	6	10

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Como apresentado no Quadro 12, professores e demais funcionários concordam que as brigas interferem no processo de ensino e aprendizagem, porém, a maioria desses profissionais discorda que as brigas são frequentes na escola e

que não acontecem na hora do recreio, entrada ou saída da escola. Esses mesmos profissionais concordam já ter presenciado violência física dentro da escola. Existe uma inconsistência nas informações, pois, se existe violência física, é porque houve as brigas. Dez (10) dos respondentes concordam, inclusive, já terem vivido situação de violência física dentro da instituição. As brigas interferem nos processos de ensino da escola estudada, uma vez que estudantes e profissionais não se sentem seguros e são ameaçados. As atividades escolares realizadas não conseguem alcançar os objetivos propostos, atrapalhando o desenvolvimento das ações da instituição na efetivação do proposto nas tarefas e trabalhos escolares.

Contudo, na assertiva - as brigas na escola acontecem com frequência -, 09 respondentes discordam que aconteçam brigas frequentemente entre os estudantes da escola; 11 mais discordam do que concordam existir esse tipo de violência; seis concordam mais do que discordam haver frequência de brigas entre estudantes e nenhum respondente concorda que existam brigas com frequência entre os estudantes. No entanto, há um desencontro entre as respostas sobre a frequência das brigas entre estudantes, relacionadas com os registros da escola estudada. Diante do exposto, a gestão necessita interferir dialogando com estudantes, professores e demais funcionários, a fim de compreender o que levou os profissionais a responderem as inquirições dizendo que as brigas não são frequentes no ambiente escolar, uma vez que 55 estudantes disseram já ter envolvido em agressões físicas.

Outra assertiva sobre brigas é: os motivos das brigas na escola começam fora da instituição. Pouco mais da metade dos profissionais discordam de tal afirmativa e pouco menos concorda. Porém, se concordam ou discordam que os motivos das brigas iniciam dentro ou fora da instituição é por que elas acontecem. Em outra assertiva, os respondentes disseram não haver brigas em praticamente nenhum ambiente da escola estudada. A maioria das violências registradas na escola é física.

As brigas acompanhadas de violência física interferem em todo o andamento das atividades de ensino e aprendizagem. Segundo Santos e Rodrigues (2013), a violência danifica bastante o bem-estar das aulas e a aprendizagem dos estudantes. Um cotidiano escolar marcado pela violência altera a rotina das entidades de ensino, causando o afastamento dos estudantes e desinteresse dos professores. No final

dos questionários foi colocada uma pergunta: Existe alguma coisa que você queira acrescentar? Um aluno do 1º ano do Ensino Médio fez a seguinte colocação: *“Sim, os estudantes X, Y e Z e etc. praticam e muito. Na entrada, chutando e xingando os mais novos, como, na merenda, jogando resto de comida, ossos de frango, etc. Eu aconselho levarem na diretoria, porque eles estão sem limites”*¹⁸.

No excerto apresentado, é apontada a necessidade de a gestão interceder nas situações de violência. De acordo com o respondente, há uma série de situações em que a gestão não interfere nas ocasiões de violência no ambiente escolar. Tal afirmativa vai de encontro a alguns dados da pesquisa, nos quais estudantes, professores e demais funcionários afirmam existir um diálogo constante da gestão com os estudantes sobre os vários tipos de violência. Com a afirmação do respondente, percebemos a necessidade de a gestão escolar se aproximar dos estudantes, a fim de fortalecer o diálogo, perceber as violências e traçar estratégias para combatê-las, juntamente com os envolvidos.

Outro estudante da mesma turma enfatiza que, na sua opinião, o índice de violência diminuiu, pois houve uma melhora no comportamento dos estudantes com relação à violência na escola estudada. Existe uma divergência entre esses dois respondentes. Pelos dados da pesquisa, é possível apontar um alto índice de violência dentro da escola, tanto na inquirição de estudantes quanto de professores e demais funcionários, tornando necessária a aproximação constante dos profissionais com os estudantes. Esse olhar mais próximo ajuda no entendimento e, conseqüentemente, na utilização de métodos coletivos para evitar a violência.

Já nas assertivas - as brigas interferem nos processos de ensino e as brigas interferem nos processos de aprendizagem -, a maioria dos funcionários acredita que as brigas, na maioria das vezes, envolvem agressões verbais e físicas e atrapalham o processo de ensino e aprendizagem na escola estudada.

Mais três assertivas são apresentadas sobre as brigas. As brigas entre estudantes acontecem com frequência na escola, na hora do recreio, na hora da entrada das aulas e na hora da saída das aulas. A maioria dos profissionais respondentes discorda que as brigas são frequentes na escola estudada e que elas aconteçam ou na hora do recreio ou na saída das aulas. Para a maioria dos profissionais, as brigas não são constantes na escola.

¹⁸ Observação em questionário de estudantes do 1º ano do Ensino Médio.

Martins (2005) enfatiza que, em alguns contextos da vivência social, as agressões não são valorizadas no sentido de serem observadas, para desenvolver estratégias a fim de evitá-las. Nessa assertiva, existe uma divergência na apresentação dos dados, uma vez que os estudantes apontam já terem se envolvido em diferentes tipos de violência dentro da instituição. Aqui acontece provavelmente uma indiferença por parte dos profissionais.

Existem mais duas assertivas, na inquirição, sobre agressões. São elas: “a direção conversa com os estudantes após as agressões físicas” e “a direção conversa com os estudantes após as agressões verbais”. A maioria dos funcionários indica que a gestão da escola conversa com estudantes e seus responsáveis após as agressões físicas e verbais. Porém, na assertiva anterior sobre brigas, a maioria dos funcionários disse não haver esse tipo de desentendimento na escola, nem no horário de saída, nem no recreio. As respostas dessa assertiva correspondem ao levantamento das situações de violência dentro da escola estudada. Temos 29 agressões físicas, o que mostra grande quantidade de brigas no ambiente escolar.

Elias (2011) afirma que, quando nos deparamos com situações de violência, é essencial, para o agredido, que ele sinta confiança e que será ajudado. É importante ainda saber que o agredido não é culpado pela agressão. A mesma autora elucida a importância de evitar a violência através da convivência, com exemplo de pessoas que são solidárias e sabem exercer o diálogo. Defende que é necessário aprender valores como dignidade, liberdade, igualdade, democracia, paz, justiça, dentre outros, vez que, segundo ela, as pessoas aprendem a gostar desses valores da mesma maneira que aprendem a gostar de esporte. Esse aprendizado pode ser percebido por meio dos aspectos da convivência. Ao compreender a importância de tais valores, as violências podem ser evitadas através da própria consciência dos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem. Na próxima subseção, discutimos a violência verbal.

3.7.4 Violência verbal

Segundo Yves Michaud (1989 *apud* SCHILLING, 2004), ainda em 2002, a imprensa falava em vários tipos de epidemias, dos quais a violência poderia ser considerada um tipo. Considerando esse fato, a escola estudada vive uma espécie

de epidemia com a agressão verbal, visto que 79 estudantes respondentes afirmaram já ter vivido algum tipo de violência verbal. Schilling (2004, p. 37 *apud* SPOSITO, 2004, p. 94) diz que é possível considerar que os anos 1990 apontam mudanças no padrão da violência observada nas escolas públicas, atingindo não só os atos de vandalismo, que continuam a ocorrer, mas que as práticas de agressões são mais frequentes. Como apontado pelo autor, a violência escolar pode ser considerada um tipo de epidemia, devido à frequência que vem acontecendo nas instituições educacionais.

Na análise dos questionários, a violência verbal é apresentada com mais frequência dentro da escola. Os resultados estão sistematizados no quadro 13, a seguir, a partir da questão: Já vivi violência verbal:

Quadro 13 - A violência verbal na escola

Série	Discordo	Mais discordo que concordo	Mais concordo que discordo	Concordo
5º ano	4	1	0	7
6º ano	0	0	4	5
7º ano	2	3	2	6
8º ano	0	0	3	8
9º ano	2	0	4	9
1º ano do EM	0	0	0	11
2º ano do EM	1	0	2	10
3º ano do EM	4	0	2	6

Fonte: elaborado pelo autor.

A maioria dos estudantes afirma já ter sofrido violência verbal na escola estudada. Professores e estudantes concordam que a violência verbal é frequente entre estudantes na instituição. Alguns questionários de estudantes do Ensino Médio apresentam observações sobre as violências. Em uma das turmas, um questionário traz a seguinte afirmação:

Sim, a falta de consideração com os colegas. Há estudantes que praticam o bullying com o corpo da gente por razão de ser magra ou às vezes com outras pessoas por serem gordas, apelidos maldosos que acabam baixando a nossa autoestima, fazendo assim com que

*sentimos uma pessoa com indiferença entre as outras pessoas, um ser insuficiente*¹⁹.

Com a resposta do respondente, percebemos a necessidade de uma efetiva ação de professores e da gestão da escola estudada, na busca de alternativas para resolver as situações de *bullying* e outros tipos violência verbal entre estudantes da instituição pesquisada. Lopes Neto (2005) enfatiza que o *bullying* é apresentado às vítimas de maneira violenta e por repetidas vezes. Acontece sem que o vitimado dê motivos, sendo a relação desigual nas condições de ataque e defesa do praticante e da vítima. Com essa afirmação, podemos identificar a existência do *bullying* na escola estudada. Em um outro formulário, há uma afirmação de que existe racismo na escola e que as pessoas brigam por coisas insignificantes. Outra resposta afirma que é necessário conversar mais com os estudantes a fim de conscientizá-los, contribuindo na possível eliminação da violência escolar.

Uma resposta afirma existir a violência e que o preconceito precisa acabar: “Os estudantes ficam jogando papéis e demais objetos nos colegas”. Outro respondente diz que alguns professores veem os estudantes provocando os colegas e deixam passar despercebido, como se nada estivesse acontecendo. Tais afirmativas mostram a necessidade de reforçar o diálogo com professores sobre as ações diante de violência escolar. Segundo o respondente, existe a omissão de alguns professores que presenciam as situações de violência escolar e ficam inertes, sem tomar nenhuma providência a fim de eliminar os problemas relativos à violência.

O respondente em questão aponta que, mesmo existindo diálogo constante da gestão e dos professores sobre a violência escolar, ainda há profissionais que não agem para impedir que situações de violência aconteçam. Com isso, podemos identificar que, mesmo diante do apresentado, é possível perceber que os estudantes não se sentem seguros na escola estudada. O estudante pesquisado se sente seguro para apresentar sua opinião, mesmo em constantes situações de violência escolar. As assertivas sobre a violência verbal e seus aspectos, aplicadas aos docentes estão expressas no Quadro 14:

¹⁹ Observação em questionário de estudantes do 2º ano do Ensino Médio.

Quadro 14 - Assertiva sobre violência verbal aplicada a funcionários

Assertiva	Discordo	Mais discordo	Mais concordo	Concordo
Na escola existe um bom relacionamento entre estudantes e professores.	0	0	14	12
Já vivi situações de violência verbal na escola	5	5	2	14
Os xingamentos e apelidos desrespeitosos são comuns entre os estudantes.	1	2	10	13
Já presenciei violência verbal dentro da escola.	2	1	4	19
Durante as aulas os estudantes usam violência verbal e isso atrapalha o desenvolvimento das atividades e verbal.	1	9	7	9
A atuação dos pais e/ou responsáveis nos casos de violência verbal contribui para minimizá-las dentro da escola	2	8	6	10

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Todas as assertivas sobre violência verbal apresentadas a professores e demais funcionários demonstram a existência constante desse tipo de agressão. A maioria dos profissionais aponta já ter vivido algum tipo de violência verbal, que os apelidos desrespeitosos e xingamentos são comuns entre estudantes, já presenciaram violência verbal entre estudantes e que a violência verbal interfere no desenvolvimento das aulas. Porém, eles assinalam que, a despeito de terem um bom relacionamento com os estudantes da escola, demonstram já terem vivido situações de violência verbal. Expressam ainda que os pais contribuem no diálogo para diminuir a violência verbal. Martins (2005) manifesta que a agressão verbal tem consequências para o agredido, tendendo as vítimas a ficar reprimidas. Assim, existe a necessidade de buscarmos um diálogo constante entre pais, estudantes, professores, funcionários e pessoas das comunidades no entorno da escola, tentando diminuir as situações de violência verbal.

Algumas respostas dos questionários de estudantes do Ensino Fundamental acrescentaram algo além da inquirição disponibilizada aos estudantes. Da mesma maneira que no Ensino Médio, as colocações são similares. Pediram a expulsão dos estudantes que praticam violência escolar, afirmaram que o *bullying* é frequente na escola e que deve existir diálogo entre estudantes e professores para evitar tais

violências. Porém, o Regimento Escolar não permite a transferência, forçada, de estudantes em casos de violência verbal. No artigo 87, o Regimento apresenta como infração passível de transferência de unidade escolar (expulsão) as seguintes ações praticadas:

Atentar contra a vida de outrem; agredir física ou moralmente qualquer integrante do corpo docente, discente, servidores, ou pessoa estranha ao quadro; utilizar ou subtrair indevidamente objetos ou valores alheios; portar para uso ou tráfico qualquer tipo de droga ilícita; danificar quaisquer bens pertencentes à escola ou a particulares; portar arma branca ou de fogo; praticar pichação; participar de rixa, salvo para separar os contendores; ameaçar alguém, por palavra, escrito, gesto ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave e portar ou fazer uso de explosivos ou bomba caseira (ESCOLA ESTADUAL X, 2019, p. 52²⁰).

Portanto, torna-se necessária a prática constante do diálogo entre gestão, estudantes, pais, professores e demais funcionários da escola a fim de diminuir as situações de violência escolar. O pedido de alguns estudantes para expulsar os colegas não resolveria o problema da violência escolar. Com a transferência dos estudantes autores de violência verbal, simplesmente se transferiria o problema para outra instituição. Provavelmente, o autor de violência praticaria os mesmos atos em outra entidade de ensino.

Na pesquisa aqui apresentada, um dos tipos mais frequentes de violência é contra o patrimônio da escola. Na próxima subseção, discutimos o dano ao patrimônio e seus impactos ao ambiente educacional.

3.7.5 Dano ao patrimônio

Os danos ao patrimônio da escola estudada são frequentes. Os dados sobre a percepção desses elementos estão apresentados no Quadro 15 a seguir:

²⁰ Para preservar o anonimato da instituição, o documento se encontra mencionado neste trabalho, inclusive nas referências, sob nome fictício.

Quadro 15 - Assertiva sobre dano ao patrimônio da escola estudada, na percepção dos estudantes - “já presenciei colegas quebrando materiais da escola (janelas, portas, cadeiras)”

Série	Discordo	Mais discordo que concordo	Mais concordo que discordo	Concordo
5.º ano	0	0	3	9
6º ano	0	0	1	8
7º ano	2	0	1	10
8º ano	0	1	4	6
9º ano	3	0	2	10
1º ano do EM	0	0	0	11
2º ano do EM	1	0	1	11
3º ano do EM	0	1	2	9

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Dos 96 estudantes respondentes, 88 concordam que já presenciaram, em algum momento, colegas danificando algum bem da instituição. Os discentes admitiram que presenciaram seus pares danificando o patrimônio da escola estudada. Sobre a destruição do patrimônio da instituição, existe um consenso entre estudantes e funcionários. Segundo o documento elaborado pela Secretaria de Educação do Paraná (2016):

A escola é um espaço fundamental para construção e reflexão sobre o sentido do pertencimento, ou seja, ter uma identidade, partilhar de um modelo que reúna ética, moral, afetividade, conhecimento, definidora de papéis sociais em um espaço-tempo determinado. Diante disto, é preciso que a escola viabilize e estimule a inserção comunitária das pessoas a fim de promover uma vivência construtiva. É na escola que o sentido de pertencer a uma sociedade, a uma cultura, deve ser ampliado pela convivência escolar (PARANÁ, 2016, p. 4).

É importante que todos os profissionais envolvidos nas ações dentro da escola, participem ativamente de medidas que visem à preservação do patrimônio público ali presente. Como afirmam Domingues e Silva (2017, p. 5):

É salutar promover a conscientização de toda a Comunidade Escolar quanto à conservação, preservação e valorização da Unidade Escolar, bem como todo o Patrimônio nela contido e compreensão da

legalidade envolvida; a escola precisa edificar suas ações e atividades e de forma a construir situações nas quais proporcionam eficácia na transmissão de informação cuja intervenção pedagógica seja objetiva, tornando-se relevante na formação para a vida de cada educando.

Foram apresentadas quatro assertivas para os funcionários da escola sobre o dano ao patrimônio da escola. Elas estão expostas no quadro 16, adiante.

Quadro 16 - Assertivas sobre dano ao patrimônio da escola, inquiridas a funcionários

Assertiva	Discordo	Mais discordo	Mais concordo	Concordo
As normas disciplinares são respeitadas pelos estudantes.	7	8	10	1
A destruição do patrimônio da escola interfere na forma como o estudante se relaciona com a instituição.	2	4	7	13
A destruição do patrimônio da escola prejudica os espaços em que as atividades são desenvolvidas.	2	3	5	16
Já presenciei colegas quebrando materiais da escola (janelas, portas, cadeiras)	14	2	4	6

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Sobre as assertivas inquiridas aos professores e demais funcionários da escola, algumas nos chamaram bastante a atenção. Na assertiva “as normas disciplinares são respeitadas pelos estudantes”, 15 respostas discordam ou mais discordam que concordam que existe o respeito das normas disciplinares e 11 respostas concordam ou mais concordam que as normas disciplinares são respeitadas pelos estudantes. Dos entrevistados, 15 dizem que os estudantes não são disciplinados e 11 concordam que os estudantes seguem as normas da instituição. Nessa assertiva, existe uma contradição entre os profissionais da escola. No Apêndice A, é possível identificar uma grande quantidade de normas da instituição que não são cumpridas. Todos esses descumprimentos estão registrados nos livros de ocorrências da escola.

Amado e Freire (2009, p. 5 apud GIRÃO, 2013, p. 9) frisam como as normas disciplinares na escola funcionam:

[...] como em qualquer organização social, os conceitos de disciplina e de indisciplina estão associados à necessidade de os seus membros se regerem por normas e regras de conduta e de funcionamento que facilitem quer a integração de cada pessoa no grupo-classe, e na organização em geral, quer a convivência social decorrente da definição de um quadro de expectativas que tornem os comportamentos previsíveis.

No entanto, a indisciplina seria aversão à disciplina. Levando-se em consideração essa afirmação, nos meios de pensamentos convencionais e um pouco preconceituosos, a indisciplina seria o contrário de conjunto de normas de condutas, que regem determinada organização e de alguma atividade específica. Nesse sentido, Garcia (1999) afirma que é possível situar a indisciplina como conduta dos estudantes diante de diversas atividades pedagógicas. Nesse sentido, Priotto e Boneti (2009, p. 168) afirmam:

Violência contra a escola é representada como atos de vandalismo, incêndios e destruição, roubo ou furtos do patrimônio como: paredes, carteiras, cadeiras, portas, cabos de fiação, cabos de telefone, materiais e equipamentos das instituições escolares. Esses atos de violência implicam tanto aos membros da escola como à comunidade e estranhos à escola.

Professores concordam que o dano interfere na relação entre estudante e escola e os discentes dizem que, em algum momento da vivência dentro da escola estudada, já presenciaram colegas destruindo seu patrimônio. Portanto, existe uma interferência constante entre os estudantes e o ambiente escolar devido à destruição do patrimônio.

A outra assertiva sobre violência contra o patrimônio da escola - a destruição do patrimônio da escola prejudica os espaços em que as atividades são desenvolvidas - há cinco profissionais que dizem discordar de que a destruição do patrimônio prejudica os espaços em que as atividades são desenvolvidas. Ao danificar o patrimônio da escola, existe um prejuízo à sociedade. Na medida em que escasseiam os bens patrimoniais, prejudicam-se as ações de ensino e aprendizagem. Domingues e Silva (2017) afirmam que não se pode aceitar que jovens depredem seu próprio ambiente de estudo e que destruam aquilo de que eles mesmos poderiam desfrutar. Ao menos 21 profissionais concordam que os danos ao patrimônio prejudicam os espaços onde as atividades de vivência escolar são

desenvolvidas. Tais danos ao patrimônio vão desde destruição de mesas, cadeiras, vidros e portas até mesmo paredes sujas e rabiscadas. Aqui, mais uma vez, existe a necessidade do diálogo entre os vários envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. É necessário que estudantes e profissionais compreendam que o patrimônio pertence a todos, danificá-lo estraga os ambientes educacionais e prejudica as práticas pedagógicas, uma vez que, em determinado momento, faltarão materiais e equipamentos na efetivação de ações educativas para professores e estudantes.

Na escola estudada, existem registros de danos ao patrimônio, porém, não há a quantidade de registros específicos ao total de bens danificados. A falta de registros se deve, na maioria das vezes, porque estudantes e funcionários não procuram a direção para realizar denúncias de ocorrência por dano ao patrimônio. Sem os devidos registros dos envolvidos nas depredações, torna-se impossível apontar responsáveis pelos problemas causados ao patrimônio institucional.

A maioria dos estudantes admite que já vivenciou situações de violência verbal ou física e que a gestão e os professores da escola conversam, parcialmente, com eles sobre o tema violência. A maioria dos estudantes também admitiu já ter visto seus pares, em algum momento da vivência na escola, danificando o patrimônio da escola estudada. Em síntese, existe um alto índice de percepção de violência na escola estudada e também à escola estudada. Contudo, não foi possível aferir, com base nos dados, se há violência promovida pela escola, ou seja, da própria escola. Se, por um lado, isso é bom, por outro, desafia-nos a pensar se, dos nossos lugares de atuação, não estamos promovendo a violência escolar ao não buscarmos caminhos para mapear evidências que nos auxiliem a reverter a violência escolar, contribuindo, assim, para minimizar esse aspecto que corrobora com o quadro de fracasso escolar.

Os questionários apontam que gestão e professores, da escola estudada, conversam sobre violência escolar. Porém, a hipótese de pesquisa é parcialmente confirmada, ou seja, os estudantes que sofrem e promovem violência a veem na escola e, pelos indícios, sentem-se excluídos pelo fato de a instituição não tratar diretamente sobre o tema, ficando muitas vezes restrita, até pelos próprios limites de atuação, a um acolhimento que trata dos sintomas (consequências) e não do que tem acontecido que explicaria o número de agressões verbais, físicas e de danos ao

patrimônio, sendo esse o maior indício da hipótese de pesquisa. Dizemos que foi parcialmente confirmada porque, pelo tempo da pesquisa de mestrado, não foi possível aprofundar o tema entre os pares da instituição, nem mesmo por uma amostra de sujeitos para que pudéssemos levantar dados que nos permitissem confirmar que percentual de estudantes que sofrem e/ou promovem violência estaria nesse perfil de sujeitos que não reconhecem o papel social da escola. Em que pese esse limite, é possível identificar que há muito o que se pensar para que a violência escolar não seja motivo de fracasso escolar na escola investigada para que possamos contribuir com outras escolas públicas do nosso país, entendendo que esse é um tema que precisaria de políticas públicas de formação inicial e continuada de professores e de um fortalecimento do apoio de equipes multidisciplinares para a promoção da inclusão. Violência exclui e nosso papel é o de promover a inclusão e isso pode advir do fortalecimento de ações pedagógicas, o que tratamos no capítulo subsequente, que versa sobre o Plano de Ação Educacional, sustentado na empiria. Estamos cientes de que, no escopo da pesquisa, compete-nos apresentar ações passíveis de serem realizadas para que possamos, do nosso lugar de atuação, contribuir com a ordem (im)posta por um conjunto de fatores que explica o fenômeno social da violência escolar.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: UMA PROPOSTA PARA GERAR UMA CULTURA DE PAZ

A pesquisa aqui apresentada foi realizada em uma escola da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. O presente trabalho realizou um levantamento dos tipos de violências existentes na escola estudada no período de setembro de 2011 a abril de 2018. Foram aplicados questionários não identificados, estruturados na escala Likert, a estudantes, professores e demais funcionários sobre os tipos de violência presentes na instituição estudada.

Para o Plano de Ação Educacional (PAE), propomos estratégias para minimizar as situações de violência escolar. Neste capítulo, planejamos um trabalho dinâmico dentro da escola, ressaltamos as principais ações, para enfrentamento dos problemas apontados pela pesquisa e apresentamos objetivos e metas com critérios de acompanhamento e avaliações dos trabalhos projetados.

No PAE, pretendemos, com a contribuição da comunidade escolar, estabelecer uma cultura de paz. Esperamos que as ações aqui propostas se transformem em práticas formais e constantes na melhoria da convivência escolar. Elaboramos seis ações para o enfrentamento e a resolução das situações de violência – apresentação dos resultados da pesquisa à comunidade escolar; formação continuada para professores sobre violência escolar (palestras com profissionais como médicos, psicólogos, psiquiatras, enfermeira e cursos EAD); criação e formação de grupo de mediação; grupo de estudo sobre violência escolar; criação coletiva das regras de convivência; roda de conversa sobre violência escolar com funcionários e estudantes representantes de turmas e membros do colegiado escolar.

O planejamento e a execução das ações do PAE são baseados na metodologia 5W2H. Esse método de programação de ações, que ajuda a gerir e tenta solucionar determinados problemas relacionados dentro de um PAE, constitui-se de perguntas feitas para tentar compreender e resolver situações específicas em diferentes áreas de instituições públicas ou privadas. São as principais perguntas que devem ser feitas para compreender problemas e possíveis soluções.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA PARA A COMUNIDADE ESCOLAR

A intenção na apresentação dos resultados da pesquisa é mobilizar os membros da comunidade onde a escola está inserida, pais e responsáveis por estudantes, professores e demais funcionários. Jorge e Tigre (2007, p. 12) apontam que

é necessário tomar um certo cuidado ao proceder a mobilização. Normalmente o que se observa nestas situações, é que se faz “bastante barulho” para chamar a atenção sobre um assunto e, passado esse momento de euforia, as coisas continuam do mesmo jeito, isto é, não há a continuidade de ações para o enfrentamento do problema. Para que as ações pretendidas possam apresentar resultados é necessário que haja começo e, principalmente, continuidade.

A reunião de mobilização da comunidade escolar torna-se necessária a fim de evitar que as ações propostas no PAE caiam em esquecimento. Pretendemos que as ações sejam efetivadas, melhorando as relações interpessoais e diminuindo as situações de violência. Esperamos que a comunidade possa se apropriar dos resultados da pesquisa e utilizar a apresentação para compreender o que é violência escolar, quais os tipos de violência escolar e como essas violências dentro da escola atrapalham os relacionamentos interpessoais e o desenvolvimento de estudantes e funcionários:

Quadro 17 - Proposta para apresentação dos resultados da pesquisa para os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (continua)

What? O quê?	Apresentação dos resultados da pesquisa.
Why? Por quê?	Para que a comunidade escolar tenha conhecimento da pesquisa, seus resultados e o PAE.
Who? Quem?	A apresentação será de responsabilidade do pesquisador.
When? Quando?	No início do ano letivo, em 03 de fevereiro de 2020. Primeira reunião geral com pais, estudantes, professores e demais funcionários.
Where? Onde?	No pátio coberto da escola estudada, único local que comporta reunião com grande quantidade de pessoas.

Quadro 17 - Proposta para apresentação dos resultados da pesquisa para os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (conclusão)

How? Como?	Apresentando os resultados para pais, estudantes, pessoas da comunidade no entorno da escola, professores e demais funcionários da escola, através de reunião com apresentação dos resultados da pesquisa, deixando para a comunidade texto impresso e demonstrando com apresentação de <i>Power Point</i> .
How Much? Quanto custa?	R\$ 0,00

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A apresentação da pesquisa é importante, pois o pesquisador precisa devolver os resultados aos pesquisados. O conhecimento do PAE contribuirá para não deixar que as ações propostas fiquem apenas no papel. É necessário demonstrar aos envolvidos, na vivência da escola, os tipos de violência presentes e as possibilidades de gestão, pais, estudantes, professores e demais funcionários, conjuntamente, resolverem e evitarem a violência escolar. O pesquisador será o responsável pela apresentação dos resultados, uma vez que, durante o estudo, desenvolveu todas as ações, leitura biográfica, levantamento das evidências de violência escolar, conhecimento da estrutura da instituição, metodologias utilizadas e montagem do PAE.

A pesquisa será apresentada aos componentes da comunidade escolar, na primeira reunião do ano, para que os envolvidos na vivência da escola estudada tenham conhecimento, no início do ano letivo, e possuam tempo suficiente de implementar as ações propostas, durante 2020. Para a apresentação, não teremos custos. A exposição da pesquisa e a implementação de melhorias na convivência será através de exposição dos resultados através de *data show* com *slides* dos dados. A escola possui todos os recursos necessários para realização da reunião de apresentação dos resultados da pesquisa.

Metas a serem alcançadas com a ação:

1. Compreender a pesquisa apresentada;
2. Compreender o que é violência escolar;

3. Identificar os diferentes tipos de violência apresentadas pelos estudantes, professores e demais funcionários da escola estudada.

4.2 RODA DE CONVERSA SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLAR COM FUNCIONÁRIOS, REPRESENTANTES DE TURMAS E MEMBROS DO COLEGIADO

As rodas de conversa ajudarão na construção conjunta da cultura de paz. Tal metodologia contribui para a comunicação dos sujeitos e para a oportunidade de ouvir os diferentes atores. Tais reuniões serão realizadas com funcionários, estudantes representantes de turma e membros do Colegiado. Este último representa todos os segmentos da escola, pais, estudantes, professores e demais funcionários. As rodas de conversa são necessárias na compreensão do movimento que traz o aumento das situações de violência. Segundo Paiva Júnior (2018, p. 91), a roda de conversa “[...] possibilita-nos a observação, o prazer, a fala sem intenção. Trata-se de um rico instrumento para ser usado como prática de aproximação entre os sujeitos do cotidiano, visto que nos ensina a ficar atentos ao respeito, a saber ouvir e falar, esperar e refletir”. Dessa maneira, o instrumento possibilitará interagir diretamente com os sujeitos da pesquisa, a fim de construir conjuntamente uma cultura de paz. De acordo com Leitão (2010, p. 249),

para favorecer processos educativos críticos, criativos e significativos na construção da autonomia dos sujeitos, tornam-se imprescindíveis o uso de metodologias participativas, que contemplem diversas formas de linguagens. Favoreça sempre que possível, no desenvolvimento do projeto, os processos de interações grupais.

Para a autora citada, existe a necessidade de fortalecer as ações educativas com vários meios metodológicos, a fim de conseguir um espaço favorável à construção de ambiente propício na construção de uma cultura da participação. A autora ainda enfatiza que é essencial esse diálogo por meio de dramatizações, jogos lúdicos, trabalho em grupo, grupos de estudo, oficinas pedagógicas, aulas dialogadas e debates:

Quadro 18 - Rodas de conversa com representantes de turmas, colegiado, professores e demais funcionários

What? O quê?	Roda de conversas com estudantes representantes de turmas, professores e demais funcionários e membros do Colegiado Escolar.
Why? Por quê?	Para dialogar com os representantes dos vários atores envolvidos no processo de Ensino e Aprendizagem da escola que são os formadores de opinião.
Who? Quem?	O pesquisador (gestor da instituição, que é o pesquisador) e supervisora pedagógica.
When? Quando?	No mês de abril de 2020, sendo uma roda de conversa a cada quinta-feira do mês. 02/04: estudantes representantes de turmas; 09/04: professores e demais funcionários; 16/04: membros do Colegiado.
Where? Onde?	Na biblioteca, que também é utilizada como sala de reuniões, laboratório de informática e sala para atendimento de estudantes com necessidades especiais. O local foi escolhido por possuir computadores e todos os meios multimídias.
How? Como?	Para o debate com as rodas de conversa, apresentaremos dois filmes aos participantes, Escritores da liberdade (para representantes de turmas) e Entre os muros da escola (para membros do Colegiado, professores e demais funcionários).
How Much? Quanto custa?	R\$ 300,00

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A biblioteca foi escolhida para realização das rodas de conversa por ser o único espaço da instituição que disponibiliza de equipamentos como televisão, DVD, *datashow*, mesa de som e computador com acesso à internet que será utilizado na reprodução de vídeos sobre violência escolar. O custo será apenas do lanche oferecido aos participantes, pois a entidade de ensino dispõe de todos os meios necessários para exposição de vídeos, como computadores, *datashow* e aplicativo para exibição de filmes. O recurso será disponibilizado pelo pesquisador.

Para o debate com as rodas de conversa, apresentaremos dois filmes aos participantes: “Escritores da liberdade” e “Entre os muros da escola”, sendo o primeiro para representantes de turma e o segundo para membros do Colegiado, professores e demais funcionários. O filme “Escritores da liberdade”, baseado em fatos reais, conta a história de uma professora que inicia seu trabalho na Escola Wilson, na periferia de Los Angeles. Após sua primeira aula, a professora Erin percebe que a educação naquela instituição não era como ela tinha imaginado. Sua turma, assim como toda a escola, é heterogênea, dividida em gangues e etnias,

ocorrendo, então, muitas desavenças e brigas violentas. Embora fique decepcionada, ao perceber o desinteresse dos estudantes pela aula, a professora não desiste de tentar superar as barreiras ali encontradas. Já “Entre os muros da escola” conta a história de François Marin, um professor de língua francesa em uma escola da periferia de Paris. Ele e seus colegas professores buscam apoio mútuo na difícil tarefa de fazer com que os estudantes aprendam algo ao longo do ano letivo. A escola apresenta estudantes problemáticos, violência e tensões étnicas entre os discentes. A ideia é que essa cultura de reflexão sobre o problema, ampliando a perspectiva de análise, seja introduzida na escola com a arte, sendo a linguagem fílmica uma dessas possibilidades. Pretende-se que professores e estudantes sugiram outros filmes e que possam debatê-los nesses momentos, podendo, inclusive, serem abertos à comunidade.

Metas a serem alcançadas com a ação:

1. Criar uma rotina de discussão sobre violência escolar;
2. Compreender a importância do diálogo constante entre os diversos segmentos da escola, sobre a questão da violência;
3. Entender que a violência não contribui com a boa formação do cidadão;
4. Multiplicar o entendimento dos prejuízos que a violência escolar causa aos envolvidos.

4.3 FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLAR

A formação continuada é o aprimoramento dos profissionais da docência de qualquer nível de ensino, que pode variar da pré-escola até a universidade. A continuidade do processo de formação pode ser dividida em várias áreas do conhecimento e diferentes temas. O Ministério da Educação nos apresenta uma infinidade de temáticas para um processo permanente de formação de professores.

Na formação continuada sobre os diferentes tipos de violências, os professores da escola estudada podem compreender como lidar com as situações de agressões físicas, verbais e dano ao patrimônio da instituição. A esse respeito, Davoglio, Spagnolo e Santos (2017, p. 2) pontuam:

A década de 1990 foi o período que alavancou o conjunto de reformas políticas da formação continuada de professores. Percebe-se que a política neoliberal esteve muito presente, mas, em paralelo, iniciou-se outro movimento político para a resignificação da prática do professor. Abrange, em princípio, a reflexividade do professor como possibilidade de desenvolvimento, avançando, a partir do novo milênio, para ações docentes baseadas em diferentes saberes e em múltiplas influências sociais, históricas e culturais.

Segundo Almeida (2009), para atuar na formação continuada de docentes a fim de enfrentar a violência escolar, é necessário realizar uma análise da constituição dos diferentes saberes que, de alguma maneira, contribuem com as práticas pedagógicas dentro das salas de aulas.

A ação aqui proposta tem o objetivo de efetivar uma formação continuada constante sobre os diferentes tipos de violência. Para isso, pretendemos estudar, juntamente com os professores e demais funcionários da instituição, os tipos de violência escolar e a frequência com que elas acontecem. Traremos para dentro da escola profissionais que podem contribuir com as discussões e a formação docente sobre o tema da violência escolar e suas vertentes:

Quadro 19 - Formação continuada para funcionárias e funcionários

What? O quê?	Formação continuada para professores e demais funcionários sobre violência escolar.
Why? Por quê?	Propor estudos a professores e demais funcionários da escola estudada para lidar com os diferentes tipos de violência escolar. O objetivo é contribuir para transformação a forma como os professores pensam as maneiras de minimizar a violência escolar.
Who? Quem?	Pesquisador e funcionários da própria escola.
When? Quando?	Nas reuniões administrativas, convocadas pela gestão escolar, uma vez por mês.
Where? Onde?	Na sala de reuniões da escola estudada.
How? Como?	Serão realizadas palestras sobre a violência escolar e suas consequências. Apresentados dados da pesquisa realizada e demais estudos sobre o tema.
How Much? Quanto custa?	Cópias de textos sobre violência escolar e estudos de caso.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

As cópias de textos e estudos de caso terão o custo de R\$ 600,00, porém, a escola estudada já disponibiliza dos meios necessários para impressão. Para cursos e capacitações *online* não teremos custos. Procuraremos cursos disponíveis de forma gratuita em *sites* de instituições de grande reconhecimento acadêmico e oferecidos de forma livre no formato Educação a Distância (EAD). A escolha dos profissionais da escola se dá por serem os responsáveis pelo ambiente e contribuir na formação dos estudantes cidadãos.

Vamos apresentar e incentivar os professores e demais funcionários a realizarem cursos livres na modalidade EAD, disponíveis em instituições públicas e privadas sobre violência escolar.

As formações serão realizadas através de reuniões agendadas, uma vez a cada mês, pela gestão da escola para discussão das violências existentes. O local de realização da ação foi escolhido por ser o único apropriado na instituição para reuniões. As reuniões de formação serão para discutir as violências escolares e as maneiras de preveni-las.

Metas a serem alcançadas com a ação:

1. Aprimorar os conhecimentos dos professores e funcionários da escola sobre violência escolar;
2. Auxiliar funcionários da escola a compreenderem os tipos de violência escolar e como podem ser evitadas;
3. Contribuir com a formação de professores e demais funcionários dentro da temática violência escolar.

4.4 CRIAÇÃO DE GRUPO DE MEDIAÇÃO ESCOLAR

Como já abordado anteriormente, a mediação é um método extrajudicial que possibilita às partes envolvidas em um atrito social resolverem suas questões com interferência de uma terceira pessoa, neutra às partes. Ao criar uma equipe de mediação para gerir situações de violência, pretende-se promover um diálogo constante com pais, estudantes, professores e demais funcionários. A intenção da equipe de mediação é fazer com que as situações de violência sejam minimizadas e

a cultura de paz se torne uma realidade entre os agentes do processo de Ensino e Aprendizagem. Tal como discute Chrispino (2007, p. 23):

A mediação pode induzir a uma reorientação das relações sociais, a novas formas de cooperação, de confiança e de solidariedade; formas mais maduras, espontâneas e livres de resolver as diferenças pessoais ou grupais. A mediação induz atitudes de tolerância, responsabilidade e iniciativa individual que podem contribuir para uma nova ordem social.

Ainda para Chrispino (2007), mediar significa induzir ao hábito de solucionar as situações de violência de forma coletiva. Portanto, a ação proposta tem a intenção de melhorar as relações interpessoais através da mediação construída dentro da própria instituição, criando a cultura de paz, através do diálogo entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Quadro 20 - Criação de grupo de mediação escolar

What? O quê?	Criação do grupo de mediação escolar
Why? Por quê?	É fundamental em um ambiente de desentendimentos e violências que tenhamos um grupo de mediação para contribuir na melhoria da convivência.
Who? Quem?	O pesquisador realizará uma assembleia geral com todos os funcionários, alunos e pais de alunos da escola estudada.
When? Quando?	Reunião geral a ser realizada a ser realizada no dia 06 de abril de 2020.
Where? Onde?	A assembleia geral será realizada no pátio coberto e as reuniões do grupo de mediação serão na diretoria da escola.
How? Como?	Escolha dos representantes de funcionários, pais e estudantes. A intenção é que todos os participantes do processo de Ensino e Aprendizagem estejam representados no grupo de mediação escolar.
How Much? Quanto custa?	R\$ 0,00

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A ação não terá custo na constituição do grupo de mediação. Utilizaremos microfones, caixa de som, *datashow* e computador existentes na escola. Esses materiais serão utilizados na assembleia de escolha dos representantes do grupo de mediação. Esse grupo é importante na criação da cultura de paz, pois contribuirá no

diálogo entre os envolvidos nas situações de violência. Pais, estudantes, professores e demais funcionários serão escolhidos, porém, para compor o grupo, será importante que os componentes não estejam envolvidos em constantes situações de violência e, no momento da mediação, não tenham vínculo familiar ou de amizade próxima aos envolvidos e não tenham interesse direto na situação mediada.

A cultura de mediação é importante na diminuição dos diferentes tipos de violência, minimizando as agressões físicas e verbais, os danos ao patrimônio da instituição, o *bullying* e as diferentes manifestações da incivilidade no ambiente escolar. Porém, a mediação só acontecerá, na prática, se os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem compreenderem o benefício que é a intervenção de uma terceira pessoa nas situações que fujam ao controle da harmonia.

A data de 06 de abril de 2020 foi escolhida, pois o referido mês é um dos menos tumultuados no calendário da escola estudada. Nos primeiros meses do ano de funcionamento das aulas, fevereiro e março, existe uma sobrecarga de trabalho para os professores, funcionários e estudantes. O mês de abril é o último do 1º bimestre, sendo mais tranquilo no desenvolvimento das atividades escolares. A escolha dos membros do grupo de mediação será realizada em assembleia geral, no pátio da escola. A maneira de indicar os membros e quais pessoas poderão participar deverá ser definida pelos participantes da assembleia. As reuniões de mediação acontecerão na diretoria da escola, local escolhido na implementação das ações por ser reservado, para desenvolvimento de ações e que podem acontecer de maneira discreta, sem interferência, contribuindo, assim, para uma efetiva mediação. A representação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem é importante para que todos que necessitem de intervenção do grupo de mediação se sintam representados nos momentos de interferência dos mediadores.

Metas a serem alcançadas com a ação:

1. Criar a cultura de mediação na escola estudada;
2. Fazer com que a mediação se torne uma prática comum não só dentro da escola, mas que seja levada pelos mediadores e seus pares a outros ambientes frequentados por estudantes e funcionários;

3. Intermediar situações de violências, contribuindo com a melhoria das relações entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

4.5 GRUPO DE ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLAR

Um grupo de estudos é formado por uma pequena quantidade de pessoas que, geralmente, querem estudar ou discutir sobre determinado assunto. A presente ação tem objetivo específico de construir a cultura de discussão sobre os diferentes tipos de violência. Rossit *et al.* (2018, p. 1516) afirmam que:

O que se enriquece no grupo de estudo é a possibilidade de vivenciar no coletivo discussões relevantes a partir do olhar de outras profissões, o compartilhamento de experiências exitosas de profissionais, professores e pesquisadores que concretizam a prática interprofissional em seus processos de trabalho.

A ação proposta busca possibilitar a formação de um grupo de estudos com seis profissionais da escola, além do pesquisador. A intenção é melhorar os conhecimentos dos representantes dos segmentos de profissionais da instituição, aperfeiçoando o entendimento que cada um tem sobre o tema violência escolar. Assim, fortalecem-se as ações realizadas após a ocorrência de violência e trabalha-se para diminuição de tais situações. O grupo será formado por profissionais das diferentes áreas da escola, sendo um professor da biblioteca, um professor regente de aulas, um professor regente de turma, um auxiliar de serviços gerais, a supervisora escolar e um profissional da secretaria da escola.

Quadro 21 - Criação do grupo de estudos sobre violência escolar (continua)

What? O quê?	Grupo de estudos sobre violência escolar.
Why? Por quê?	Para que as pessoas consigam trabalhar em equipe e multiplicar os conhecimentos adquiridos na prática profissional e nas leituras do tema.
Who? Quem?	Representantes de professores, pessoal da secretaria e limpeza e conservação do prédio escolar.
When? Quando?	Durante o ano letivo de 2020, com reuniões uma vez a cada mês.
Where? Onde?	Na escola estudada.

Quadro 21 - Criação do grupo de estudos sobre violência escolar
(conclusão)

<p>How? Como?</p>	<p>Reuniões mensais para discussão de temas relacionados com a violência escolar vivenciada na instituição e leituras de casos de resumos de caso de gestão sobre o tema. As reuniões acontecerão no contraturno de atividades dos profissionais. Para tanto, o pesquisador se reunirá com o Colegiado pedindo autorização para que esses profissionais descontem 20 minutos semanais nas atividades de módulo semanal, no caso de professores, e 20 minutos em sua jornada de trabalho semanal, no caso dos profissionais do administrativo. Assim, cada participante das rodas de conversas terá reservado 1h20 mensais para reuniões.</p>
<p>How Much? Quanto custa?</p>	<p>300,00. Impressão de artigos científicos e casos de gestão para embasar os estudos do grupo.</p>

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Os gastos das rodas de conversa serão com impressão de material sobre violência escolar para embasar as discussões. Porém, a escola estudada já disponibiliza de todos os aportes para confecção do material de estudo e discussão. As questões apresentadas nos grupos de estudos serão levadas às reuniões de módulo II, reuniões de pais e assembleias gerais, para que as discussões sobre violência se transformem em hábito não só na escola, mas nas comunidades de origem dos estudantes.

As reuniões acontecerão no contraturno de atividades dos profissionais e estudantes. Para os funcionários, o pesquisador se reunirá com o Colegiado para pedir a autorização para que esses profissionais descontem 20 minutos semanais nas atividades de módulo semanalmente, no caso de professores, e 20 minutos da jornada de trabalho, semanalmente, no caso dos profissionais do administrativo. Assim, cada participante das rodas de conversas terá reservado 1h20 mensais para reuniões.

Metas a serem alcançadas com a ação:

1. Criar a cultura de discutir as situações de violência escolar;
2. Contribuir com a prática do trabalho em equipe;
3. Construir saberes e projetos coletivos;

4. Melhorar o clima escolar através das estratégias pensadas pelo grupo de estudos.

4.6 CRIAÇÃO COLETIVA DAS REGRAS DE CONVIVÊNCIA

As regras de convivências são fundamentais para uma harmonia entre pessoas de uma instituição ou comunidade. As regras são sempre impostas ou estabelecidas anteriormente. A construção coletiva de normas para convivência no espaço escolar é importante para que todos saibam, compreendam e respeitem o direito do outro:

A escola pode ser um lugar de experiências compartilhadas na perspectiva da convivência digna e justa. A educação pode oferecer oportunidades significativas para os educandos, contribuindo na formação de sujeitos que primem por condutas cooperativas, justas e respeitadas (OLIVEIRA; CAMINHA; FREITAS, 2010, p. 269).

Essa ação terá participação de professores na condução nas turmas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Será realizada uma discussão com os estudantes sobre a importância das regras de convivência e o respeito ao direito do outro. Serão estabelecidas com cada turma as regras na sala de aula e na escola, na convivência desses com as outras turmas nos espaços escolares. Da mesma maneira, serão promovidas reuniões com os estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e os de Ensino Médio, coordenadas pelos estudantes representantes de turmas, que são dois para cada série. Estes ficarão responsáveis por ouvir os colegas e anotar as sugestões das regras de convivência.

Após realizadas as atividades nas salas de aulas, serão realizadas duas plenárias, uma em cada turno de funcionamento da escola, das 7h às 11h20min e das 12h30 às 16h40. As regras de convivência serão levadas à plenária para serem votadas e aprovadas pelos estudantes. As regras estabelecidas pelos próprios estudantes serão impressas e afixadas nas salas de aulas e murais. Também distribuiremos panfletos com as normas estabelecidas pelos estudantes:

Quadro 22 - Construção de regras coletivas

What? O quê?	Construção de regras de convivência coletiva.
Why? Por quê?	Para melhorar o ambiente escolar. Cada estudante poderá contribuir na metodologia de convivência, fornecendo ideias e opiniões. Assim, sentirá que é parte integrante da construção das normas. Contribuindo na construção coletiva das regras, os estudantes serão os responsáveis pelo seu cumprimento, pois ajudaram a estabelecê-las. As regras irão para uma reunião geral por turno, em que serão votadas e aprovadas.
Who? Quem?	Professores ficarão responsáveis por discutir as normas com estudantes com idade de 6 a 10 anos. Nas turmas com estudantes entre 11 e 18 anos, os próprios estudantes representantes de turmas farão as reuniões sobre as regras de convivência, com a supervisão de um professor mediador.
When? Quando?	Na semana do dia 23 a 27 de maio de 2020.
Where? Onde?	Nas salas de aulas da escola estudada e, posteriormente, no pátio coberto em forma de plenária.
How? Como?	Debate dos dias 23 a 26 de maio de 2020, nas salas de aulas de todas as turmas da escola estudada. Estabelecimento de regras de convivência. No dia 27/05/2020 nos turnos da manhã e da tarde acontecerá plenária, para decidir quais regras de convivência serão aprovadas por todos os alunos da escola.
How Much? Quanto custa?	R\$ 200,00. Impressão de cartazes e panfletos com as regras de convivência estabelecidas em plenária por todos os estudantes. Cartazes serão afixados em todos os ambientes da escola e os panfletos distribuídos para todos os alunos, pais, professores e demais funcionários da escola estudada.

Fonte: elaborado pelo autor (2019).

A quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais) será necessária para impressões de panfletos e murais com as regras de convivência estabelecidas pelos alunos da escola estudada. O pesquisador possui a impressora colorida para confecção dos materiais. Posteriormente, as regras de convivência escolar, estabelecidas pelos alunos, serão informadas aos pais para que esses tenham ciência dos acontecimentos na escola estudada.

Metas a serem alcançadas com a ação:

1. Construir coletivamente as normas de convivência coletiva;
2. Estabelecer a prática do diálogo na escola estudada;
3. Compreender a importância de respeitar as diferenças;
4. Compreender que todo cidadão tem direitos, mas também possui deveres.

As ações propostas no PAE poderão obter sucesso em sua implementação, porém, algumas ações e metas podem apresentar dificuldades relacionadas à aceitação dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Para a criação do grupo de mediação, acreditamos não haver entraves em sua composição, pois existe uma resolução estadual que obriga as instituições a possuírem a mediação no ambiente escolar. Por outro lado, poderemos enfrentar dificuldades relacionadas à formação continuada dos profissionais e dos grupos de estudos, já que nem todos os profissionais têm interesse em atribuir parte do seu tempo em estudos ou formações que não apresentem obrigatoriedade por parte da administração pública ou que não deem um retorno financeiro. Acreditamos que a formação das regras de convivência não terá entrave.

Em síntese, buscamos apresentar, neste capítulo, caminhos para contribuir com o debate em torno do tema da violência escolar, cuja recorrência foi possível mapear na pesquisa, sendo apresentada nas evidências do caso de gestão e nas análises do instrumento elencado para obtenção de dados. Isso porque acreditamos que é importante que a escola veja claramente as situações de violência, ciente do quadro de reprodução da exclusão social que muitas vezes gera mais violência, sendo a instituição escolar um dos lugares em que muitas dessas questões vêm à tona. Nesse sentido, pensamos e acreditamos em uma escola que toma o diálogo como ponto de partida e de chegada, assim como nos diz Milton Nascimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Quarenta vozes ameí
Uma por uma a mexer
Só pra me fazer feliz
Naquela bênção, cheguei
Junto com a vida
E cantei
Minhas batidas do coração
Eu não quero saudade aqui
Eu não quero me despedir
Ponto de uma partida mas
Com o caminho pra dentro de mim, Rafa!
E o lar, o palco acendeu
Com todas as cores do arco
Colorindo minha emoção
Se ele vem já chegou
E mais dez vozes, carinho
Pra no futuro acreditar
Que crianças são essas Deus?
Que adultos a completar?
Ponto de uma partida
Mas com a certeza pra dentro de mim
Gabi, Pablo, Yuri, Rafa*

(NASCIMENTO; BORGES, 2002, p. 4).

A escolha por retomar a epígrafe de Milton Nascimento e Telo Borges nas considerações finais é para dizer que é preciso falar em esperança, em tempos de (des)esperanças. É preciso acreditar, retomando as palavras-chave apresentadas no resumo, que o direito à aprendizagem passa por uma cultura da inclusão e que a mediação de conflitos pode se colocar como uma aliada à gestão escolar (e a toda comunidade) na luta contra quadros de violência escolar que contribuem para a promoção do fracasso escolar.

Foi possível constatar, pelos dados analisados, que a cultura que impera na escola investigada é a da violência, o que foi percebido desde o início da minha gestão. O que mudou então? – me perguntei após a realização da pesquisa. Mudou a clareza sobre os motivos, sustentada no diagnóstico da empiria. Noutras palavras, o mestrado contribuiu para que acontecesse a formação continuada do gestor, que está no fazer cotidiano da escola, mas que teve a oportunidade de pensar sobre esse cotidiano à luz de autores que o ajudaram a entender o que é violência escolar e a refletir sobre o que vem acontecendo na escola em que atua. Ao invés de me desesperar com o quadro posto, pude, juntamente com a equipe de orientação, propor ações pautadas no pedagógico na busca por contribuir para a instituição de uma cultura diferente na escola à qual me vinculo.

Meu desejo é que muito mais do que dez vezes saiam da cultura da violência e venham para a da interação, em busca da valorização da instituição escolar como promotora de uma educação que inclua e aceite as diferenças, respondendo socialmente pelo lugar de formação. A pesquisa que realizei foi desenvolvida em uma escola estadual, de uma região pobre do estado de Minas Gerais, na qual a escassez de trabalho é eminente e os moradores são obrigados, na maioria das vezes, a migrarem para colheita de café e corte de cana no Sul e triângulo de Minas e interior de São Paulo. Procurei apresentar os tipos de violências na instituição e seus impactos na vivência e na relação de ensino e aprendizagem.

Apontamos os projetos desenvolvidos pela escola e seus profissionais no intuito de melhorar as relações interpessoais e de convivência, mas essas iniciativas parecem não chegar aos estudantes. Seria pelas questões sociais destacadas no parágrafo anterior? Ao longo do texto, pudemos discorrer sobre esses e outros aspectos que temos ciência de que contribuem para o quadro de violência escolar que impera, segundo os dados obtidos nesta investigação, na escola em que o estudo de caso foi realizado.

Na construção deste estudo, constatamos que o diálogo frequente entre profissionais, pais, estudantes e pessoas do entorno da instituição torna-se importante com a finalidade de evitarmos as violências aconteçam. Esse diálogo foi apresentado, por profissionais e estudantes, como fundamental para diminuir situações de violência escolar. Percebemos ainda que, mesmo havendo esse diálogo entre gestão e professores com estudantes, o quadro de violência

permanece, uma vez que foi possível identificar um alto índice de violência na instituição estudada. Com a construção deste trabalho, percebemos a importância de dialogar e observar os acontecimentos na escola de atuação. A conversa com profissionais e estudantes fez com que a paixão pela administração pública se tornasse cada vez mais forte. Esse gosto pela coisa pública faz com que consigamos articular, juntamente com a comunidade escolar, estratégias para minimizar as situações de violência, fazendo que a escola estabeleça uma cultura de paz.

Discutimos questões relacionadas a agressões físicas e verbais, dano ao patrimônio da escola, mediação e seus impactos na melhoria do ambiente escolar. Propusemos, ainda, um Plano de Ação Educacional com finalidade de contribuir para a melhoria efetiva das relações interpessoais, para o fortalecimento da vivência harmoniosa e para a melhoria nas relações humanas na escola aqui estudada.

A intenção do PAE é a de fornecer estratégias para contribuir com a discussão sobre o tema da violência escolar através de ações que fortaleçam a convivência e o coletivo da instituição. Mais do que gestor, sou professor de História, o que me leva a defender que quanto mais pautarmos nossas ações considerando os diferentes pontos de vista, mais consistentes as ações serão. Isso porque a escola é feita de pessoas que pensam, sentem e são constituídas na e pela relação que estabelecem com os outros sujeitos com que (con)vivem. O esforço é para que possamos amar “*quarenta vozes*” vezes o “infinito de vozes” que se coloca nas batidas do meu, do seu, do nosso coração à escola e na escola. Que os Meninos de Araçuaí possam no futuro acreditar: ponto de partida e ponto de chegada!

A pesquisa aqui desenvolvida foi produzida por um profissional da rede pública de ensino do Estado de Minas Gerais, com 15 anos de exercícios em escola estadual, sete anos como professor de História e oito anos como gestor da escola estudada. A produção do trabalho foi idealizada pela inquietação de compreender a violência e seus impactos dentro da entidade de ensino e seus desdobramentos nas famílias e comunidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas Escolas**: versão resumida. Brasília/DF: UNESCO, 2003.

ALMEIDA, Ana. A vitimização entre pares em contexto escolar. In: MACHADO, Carla; GONÇALVES, Rui Abrunhosa (Coords.). **Violência e vítimas de crimes**: crianças. 3. ed. Coimbra: Quarteto, 2008. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/3318/2913>. Acesso em: 15 dez. 2018.

ALMEIDA, Sinara Mota Neves de; ALENCAR, Maristela Lage; FONSECA, Andreia Serra Azul da. Programa de Mediação de Conflitos Escolares. In: CONGRESSO INTERNACIONAL GALEGO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA, 10, 2009, Braga. **Anais eletrônicos ...** Braga: Universidade do Minho, 2009. p. 368-382. Disponível em: <http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/xcongreso/pdfs/t1/t1c20.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

ALMEIDA, Sinara Mota Neves de. **Avaliação da violência no espaço escolar e mediação de conflitos**. 2009. 189f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2009. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5893/1/2009_TESE_SMNALMEIDA.pdf. Acesso em: 28 set. 2018.

ALVES, Catarina Elisa Luiz. **Mediação e Gestão de Conflitos numa Escola Básica do 2º e 3º Ciclo**. 2012. Relatório Final (Mestrado em Ciências da Educação), Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8035/1/ulfpie043080_tm.pdf. Acesso em: 09 out. 2018.

AQUINO, Julio Groppa. A indisciplina e a escola atual. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 181-204, jul./ dez. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200011. Acesso em: 07 dez. 2018.

AUGUSTO, Maria Helena Oliveira Gonçalves. **Trabalho docente e organização escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais**. 2017. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/HJPB-67HHVJ/disserta__o_01.pdf?sequence=1. Acesso em: 12 out. 2018.

BECHARA, Evanildo (Org.). **Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras**. 3. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2011.

BOARINI, Maria Lucia. Indisciplina escolar: uma construção coletiva. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 123-131, jan./ jun. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572013000100013>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BOCCI, Diego Segobia, Violência e escola: a participação do gestor na sua prevenção e consequente minimização. **Revista Online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 11, p. 1-12, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9307>. Acesso em: 01 dez. 2019.

BONETI, Lindomar Wessler. Educação, Cidadania e Classes sociais. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional Santa Maria**, v. 1, n. 1, p. 47-62, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/download/29180/pdf>. Acesso em: 08 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 16 jul. 1990. Seção I, p. 13563. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.988, de 26 de julho de 2009. Cria a Semana de Educação para a Vida nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 27 jul. 2009. Seção I, p. 2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/L11988.htm. Acesso em: 30 out. 2018.

BRITO, Daguiete Maria Chaves *et al.* Conflitos socioambientais no século XXI. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 4, n. 4, p. 51-58, dez. 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/19517>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CABRAL, Trícia Navarro Xavier. A evolução da conciliação e da mediação no Brasil. **Revista FONAMEC**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 354-369, mai. 2017. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistas/fonamec/volumes/volumel/revistafonamec_numer01volume1_354.pdf. Acesso em: 09 dez. 2018.

CANDIAN, Juliana F; REZENDE, Wagner S. O contexto normativo do clima escolar e o desempenho dos estudantes: implicações para o debate sobre gestão escolar. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 24-41, 2013. Disponível em: <http://www.revistappgp.caeduff.net/index.php/revista1/article/view/66/42>. Acesso em: 09 out. 2018.

CAPUTO, Stela Guedes. **Sobre Entrevistas: teoria, prática e experiências**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v.7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 432-443, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 15, n. 54, p. 11-28, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362007000100002>. Acesso em: 13 abr. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **O que é Mediação**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao/perguntas-frequentes/85618-o-que-e-mediacao>. Acesso em: 09 dez. 2018.

CORRÊA, Déborah Maciel. **Avaliação de políticas públicas para a redução da violência escolar em Minas Gerais: o caso do projeto escola viva, comunidade ativa**. 2007. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) _ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC854K3V/dissertacao_de_mestrado.pdf?sequence=1. Acesso em: 12 out. 2018.

DAVOGLIO, Tarcia Rita; SPAGNOLO, Carla; SANTOS, Bettina Steren dos. Escala de Motivação Docente: desenvolvimento e validação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 65, p. 201-218, jul./set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n65/0104-4060-er-65-00201.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.

DOMINGUES, Geralda Carolina Martins de Castro; SILVA, Breno Eustáquio da. Depredação do Patrimônio Público Escolar: intervenção pedagógica na Escola Estadual Dr. Geraldo Parreiras de João Monlevade-MG. **Revista Científica Doctum: Educação**, v. 1, n. 2, p. 1-17, 2017.

ELIAS, Maria Auxiliadora. **Violência escolar: caminhos para compreender e enfrentar o problema**. 1. ed. São Paulo: Ática Educadores, 2011.

ENTRE os Muros da Escola. Direção: Laurent Cantet. Produção: Caroline Benjo e Carole Scotta. Paris: Imovision, 2008. 1 DVD.

ESCOLA ESTADUAL X. **Regimento Interno**. Cidade-Lócus da Pesquisa, 2019.

ESCRITORES da liberdade. Direção: Richard Lagravenese. Produção: Richard Lagravenese. Los Angeles: Paramount Pictures, 2007. 1 DVD.

GALVÃO, Afonso *et al.* Violências escolares: implicações para a gestão e o currículo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 18, n. 68, p. 425-442, jul./set. 2010. Fundação Cesgranrio Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n68/02.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

GARCIA, Joe. Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola. **ETD – Educação Temática Digital**, v. 8, n. 1, p. 124-132, 2006. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-197641>. Acesso em: 09 fev. 2019.

GARCIA, Joe. Indisciplina na escola: Uma reflexão sobre a dimensão preventiva. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, p. 101-108, 1999. Disponível

em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/275/229>. Acesso em: 15 jun. 2018.

GARCIA-JUNIOR, Emilson Ferreira; MEDEIROS, Shara; AUGUSTA, Camila. Análise documental: uma metodologia da pesquisa para a Ciência da Informação. **Temática**, v. 13, n. 7, p. 138-150, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/35383/18042>. Acesso em: 09 dez. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRÃO, Carla Adriana Gameiro da Silva. **Indisciplina em Sala de Aula**. Um estudo com Diretoras de Turma e estudantes do 9º Ano do Agrupamento de Escolas de Góis. 2013. 112f. Dissertação (Mestrado em Gestão Escolar) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25707/3/Tese%20Carla%20Gir%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SPOSITO, Marília Pontes. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 101-138, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a04n115.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

GROSELLI, Andressa C. **Proposta de melhoria contínua em um almoxarifado utilizando a ferramenta 5W2H**. 2014. 51f. Monografia (Bacharelado em Engenharia de Produção) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4326/1/MD_COENP_TCC_2014_2_02.pdf. Acesso em: 13 dez. 2019.

GUEDES, Frank do Carmo. **Gestão do conflito e clima escolar**: um estudo de caso em uma Escola Estadual do Amazonas. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5493/1/frankdocarmoguedes.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Mini Aurélio**. Dicionário da Língua Portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça cidades e estados do Brasil**. Chapada do Norte. Brasília, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/chapada-do-norte/historico>. Acesso em: 31 ago. 2018.

IUNGMAN, Silvia. **La Mediación Escolar**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1996. Disponível em: http://www.terras.edu.ar/biblioteca/16/16TUT_lungman_Unidad_3.pdf. Acesso em: 28 mai. 2018.

JORGE, Sônia Regina Moura; TIGRE, Maria Graças Espírito Santo. **Indisciplina, incivildade e violência na escola: causas, conceitos e possibilidades de enfrentamento**. Curitiba, 2007. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/34-4.pdf. Acesso em: 12 out. 2018.

LEITÃO, João Paulo Fernandes. **A atitude dos professores face à inclusão de alunos com deficiência**. 2011. 57f. Seminário/Relatório de Estágio (Mestrado em Ensino em Educação Física no Ensino Básico e Secundário) _ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2011. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/2917/Tese%20Mestrado%20%28Jo%C3%A3o%20Leit%C3%A3o%29%20vFinal.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 abr. 2018.

LIMA, Doracy Gomes Pinto; SOUSA, Antônio Paulino. A violência na escola no Brasil: impasses e desafios. **Revista Educação e emancipação**, São Luís, v. 6, n. 2, p. 167-190, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/3019/2652>. Acesso em: 15 out. 2018.

LOPES, Claudivan Sanches; GASPARIN, João Luiz. Violência e conflitos na escola: desafios à prática docente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 25, n. 2, p. 295-304, 2003. Disponível em: http://www.naoviolenca.org.br/pdf/Violenciaeconflitosnaescola_CLopeseJGasparin.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.

LOPES NETO, Aramis A. *Bullying: Comportamento Agressivo entre Estudantes*. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, p. 164-172, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/jped/v81n5s0/v81n5Sa06.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

MADEIRA, Felícia Reicher. Violência nas escolas: quando a vítima é o processo pedagógico. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 47-61, out./ dez. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400006. Acesso em: 18 nov. 2019.

MARTINS, Maria José D. Agressão e vitimação entre adolescentes em contexto escolar: um estudo empírico. **Análise Psicológica**, v. 4, n. 23, p. 401-425, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v23n4/v23n4a05.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

MINAS GERAIS. Defensoria Pública Do Estado De Minas Gerais. **Fórum de Promoção da Paz Escolar e Articulação em Rede (Forpaz)**. Belo Horizonte, 2016a. Disponível em: <https://www.defensoria.mg.def.br/programas-e-acoes/programas/forpaz/>. Acesso em: 16 set. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Com manual, Magistra auxilia escolas mineiras na mediação de conflitos e na promoção da cultura da paz**. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/6356-com-manual-magistra-auxilia-escolas-mineiras-na-mediacao-de-conflitos-e-na-promocao-da-cultura-da-paz>. Acesso em: 16 set. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Lei nº 18.354, de 26 de agosto de 2009. Determina a participação dos colegiados escolares dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual na situação que especifica e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 27 ago. 2009. Caderno 2, p. 1. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2009&num=18354&tipo=LEI>. Acesso em: 30 out. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Lei nº 22.443, de 21 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o desenvolvimento de atividades educativas nos estabelecimentos de ensino de educação básica da rede estadual, nas situações que especifica. Disponível em: **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 22 dez. 2016b. Caderno 1, p. 2. <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=22443&comp=&ano=2016>. Acesso em: 30 out. 2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Lei nº 22.623, de 27 de julho de 2017. Estabelece medidas e procedimentos para os casos de violência contra profissionais da educação ocorridos no âmbito das escolas públicas estaduais. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 28 jul. 2017. Caderno 1, p. 1. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=22623&ano=2017&tipo=LEI>. Acesso em: 31 out. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução nº 3.685, de 29 de janeiro de 2018. Institui na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais o Programa de Convivência Democrática no Ambiente Escolar. **Diário Oficial do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 30 jan. 2018a. Caderno 1, p. 1. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/3685-18-r.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Sistema vai auxiliar Secretaria a traçar mapas das situações de violências nas escolas estaduais**. Belo Horizonte, 2018b. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/9877-sistema-vai-auxiliar-secretaria-a-tracar-mapas-das-situacoes-de-violencias-nas-escolas-estaduais>. Acesso em: 29 set. 2018.

MORGADO, Catarina; OLIVEIRA, Isabel. Mediação em contexto escolar: transformar o conflito em oportunidade. **Exedra**, n. 1, p. 43-56, 2009. Disponível em: <http://www.exedrajournal.com/docs/01/43-56.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 95-103, 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/download/18338/11399>. Acesso em: 14 dez. 2018.

MUÑOZ. Emilia de los Ángeles Ortuño. ORTUÑO, Emilia Iglesias. **La mediación escolar: formación para profesores**. Observatorio para la Convivencia Escolar en la Comunidad Autónoma de la Región de Murcia. 1 ed. Murcia: Consejería de Educación y Universidades, 2015. Disponível em: <https://dspace.carm.es/jspui/bitstream/20.500.11914/2368/1/10126-Texto%20Completo%201%20La%20mediaci>

%C3%B3n%20escolar.%20Formaci%C3%B3n%20para%20profesores.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

NASCIMENTO, Milton; BORGES, Telo. Meninos do Araçuaí. In: NASCIMENTO, Milton. **Pietá**. São Paulo: Warner Music, 2002. 1 CD (ca. 112 min). Faixa 12 (3 min 51 s).

OLIVEIRA, Cristiano Lessa. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**, Alagoas, n. 4, p. 1-16, 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122>. Acesso em: 24 nov. 2019.

OLIVEIRA, Eny da Luz Lacerda de. Gestão escolar e combate à violência: uma articulação necessária. **Contrapontos**, Itajaí, v. 8, n. 3, p. 491-505, set./ dez. 2008. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br>. Acesso em: 5 dez. 2019.

OLIVEIRA, Glycia Melo de; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira; FREITAS, Clara Maria Silvério Monteiro de. Relações de convivência e princípios de justiça: a educação moral na escola. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, n. 14, p. 261-270, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n2/a08v14n2.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.

O'REILLY, Maria Cristina Ravaneli de Barros. **Violência escolar e a formação continuada dos docentes**: políticas, programas e ações: a experiência de Minas Gerais. 2011. 178f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/104779>. Acesso em: 12 out. 2018.

OSHIMA, Flávia Yuri. O Brasil desperdiça seus talentos. **Época Online**, Rio de Janeiro, 21 fev. 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2016/02/o-brasil-desperdica-seus-talentos.html>. Acesso em: 10 dez. 2018.

PACHECO, Florinda Maria Coelho. **A gestão de conflitos na escola**: a mediação como alternativa. 2006. 470f. Dissertação (Mestrado em Administração e Gestão Educacional) – Universidade Aberta, Lisboa, 2006. Disponível em: <http://repositorio.aberto.uab.pt/handle/10400.2/666>. Acesso em: 20 mai. 2018.

PAIVA-JUNIOR, Oziel Mendes. **O papel do professor de apoio no cotidiano escolar**: reflexões sobre a gestão de práticas na escola pública. 2018. 196f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

PARAÍBA. Ministério Público Federal da Paraíba. **Patrimônio Público**. João Pessoa, 2018. Disponível em: <http://www.prpb.mpf.mp.br/menu-esquerdo/atuacao/patrimonio-publico-1>. Acesso em: 06 dez. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Estudo de Caso**: Depredação do Patrimônio Escolar. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaa>

dia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/julho_2016/1dia_agentes2_anexo2_sp_2semestre.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000300008>. Acesso em: 09 dez. 2018.

POSSATO, Beatris Cristina *et al.* O mediador de conflitos escolares: experiências na América do Sul. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 2, p. 357-366, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-353920150202992>. Acesso em: 11 out. 2018.

POSSAMAI, Nelci Teresinha Pretto. O professor PDE e os Desafios da Escola Pública Paranaense, Produção Didático-Pedagógica. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Produção didático-pedagógica**. Curitiba: SEED/PR, 2009. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pde_busca/producoes_pde/2009_unioeste_pedagogo_md_nelci_teresinha_pretto_possa_mai.pdf. Acesso em: 09 set. 2018.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. Violência Escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./ abr. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189115658012.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

RAMOS, Augusto Cesar. Mediação e arbitragem na Justiça do Trabalho. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 54, p. 1-7, fev. 2002. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/2620/mediacao-e-arbitragem-na-justica-do-trabalho>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ROSA, Maria José Araújo. Violência no Ambiente Escolar: refletindo sobre as consequências para o processo ensino aprendizagem. **Fórum Identidades**, p. 143-158, 2010. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/File/1785/1574>. Acesso em: 08 dez. 2019.

ROSSIT, Rosana Aparecida Salvador *et al.* Grupo de pesquisa como espaço de aprendizagem em/sobre Educação Interprofissional (EIP): narrativas em foco. **Interface: comunicação, saúde e educação**, v. 22, n. 2, p. 1511-1523, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v22s2/1807-5762-icse-1807-576220170674.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SAMPAIO, Juliana *et al.* Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface**, Botucatu, n. 18, p. 1299-1312, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v18s2/1807-5762-icse-18-s2-1299.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; RODRIGUES, Paula Janaina Meneses. O diálogo como possibilidade de mediação da violência na escola. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 273-294, jan./ jun. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/894/89427917012.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2019.

SANTOS, Jose Vicente Tavares dos. **A violência na escola: uma questão social global**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101109035918/5dos_santos.pdf. Acesso em: 30 nov. 2019.

SANTOS, Marília Costa dos. **Cultura de Paz e Mediação de conflitos: Ações da Terre des Hommes na Escola Santo Amaro**. 2016. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29014/3/2016_tcc_mcsantos.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

SILVA, Clovis V. do Couto E. O conceito de dano no direito brasileiro e comparado. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, v. 2, p. 333-248, jan./mar. 2015.

SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcante. Gestão escolar participada e clima organizacional. **Gestão em Ação**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 49-59, jul./dez. 2001. Disponível em <http://www.gestaoemacao.ufba.br/revistas/gav4n201.PDF>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SILVA, Marcos Aparecido da. **Violência escolar: estudo de caso de uma escola pública estadual da Zona da Mata mineira**. 2017. 173f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

SISTO, Fermino Fernandes. Aceitação-rejeição para estudar e agressividade na escola. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000100014>. Acesso em: 10 out. 2018.

SOUSA, Carla. **A Indisciplina na Sala de Aula: enfoque psicodinâmico nas relações entre professores e estudantes**. 2013. 154f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem de Saúde Mental) – Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Saúde, Setúbal, 2013. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/5095/1/TESEMESTRADOWFINAL122013.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

SOUSA, Terra Brito, Márcia de; COSTA, Marcio da. Práticas e percepções docentes e suas relações com o prestígio e clima escolar das escolas públicas do município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 500-510, set./dez. 2010.

SPAGNOLO, Carla. **Formação continuada de professores e projeto PROUCA: reflexões acerca do prazer em ensinar apoiado por tecnologias digitais**. 2013. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/3743/1/446988.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019.

SPOSITO, Marília; GALVÃO, Izabel. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 345-380, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9649/8876>. Acesso em: 10 out. 2018.

TENENTE, Luiza; FAJARDO, Vanessa. Brasil é 1.º no ranking da violência contra professores. **G1**, Rio de Janeiro, 22 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contr-professores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2018.

WESTIN, Vera Lúcia Costa *et al.* Escola, Violência e Estratégias de Enfrentamento: o Projeto Escola Viva Comunidade Ativa em Belo Horizonte. In: Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD), 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos ...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-B1639.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Levantamento de situações de violência na escola estudada

	Ano Letivo	Mês da ocorrência	Livro	Página	Tipo de Ocorrência
1	2011	Setembro	Ocorrências	35	Agressão física entre estudantes
5	2011	Setembro	Ocorrências	37 Verso	Briga entre colegas
6	2011	Setembro	Ocorrências	38	Briga entre colegas
7	2011	Setembro	Ocorrências	40	Dano ao patrimônio da Escola
8	2012	Março	Ocorrências	42	Agressão verbal de estudante para com professora
9	2012	Abril	Ocorrências	43	Agressão verbal entre estudantes
10	2012	Abril	Ocorrências	46	Aluna agredindo colegas
11	2012	Maio	Ocorrências	43 Verso	Briga com agressão física entre estudante
12	2013	Setembro	Folha anexa	-	Briga entre estudantes com agressões físicas
13	2014	Julho	Folha anexa	-	Agressão física entre estudantes
14	2014	Setembro	Folha anexa	-	Agressão física entre estudantes
15	2014	Setembro	Folha anexa	-	Briga entre estudantes - sem agressão física, apenas verbal
16	2014	Setembro	Folha anexa	-	Agressão física entre estudantes
17	2014	Setembro	Folha anexa	-	Agressão física entre estudantes
18	2014	Novembro	2011	48	Dano ao patrimônio da Escola
19	2014	Novembro	2011	48	Briga entre estudantes com agressões físicas entre eles e com agressão verbal a funcionários da escola
20	2014	Dezembro	2011	49	Agressão física entre estudantes
21	2015	Fevereiro	2011	56 Verso	Estudante agredindo fisicamente os colegas e verbalmente os funcionários da escola
22	2015	Fevereiro	2011	56 Verso	Agressão verbal com estudante e funcionários
23	2015	Abril	2011	61	Agressão física entre estudantes
24	2015	Abril	2011	62 Verso	Dano ao patrimônio da Escola
25	2015	Maio	2011	78 Verso	Dano ao patrimônio da Escola
26	2015	Agosto	2011	86	Dano ao patrimônio da escola
27	2015	Agosto	2011	86 Verso	Dano ao patrimônio da Escola, agressão física a colega e agressão verbal a funcionários da escola
28	2015	Agosto	2011	89	Agressão física entre estudantes e dano ao patrimônio da escola
29	2015	Setembro	2011	92 Verso	Dano ao patrimônio da escola
30	2015	Outubro	2011	95 Verso	Dano ao patrimônio da escola
31	2015	Outubro	2011	95 Verso	Dano ao patrimônio da escola
32	2016	Fevereiro	2015	7 Verso	Agressão física entre estudantes

33	2016	Fevereiro	2015	8	Agressão física entre estudantes
34	2016	Junho	2015	25	Desrespeito aos colegas e dano ao patrimônio
35	2016	Junho	2015	25 Verso	Agressão física
36	2016	Julho	2015	26 Verso	Desrespeito aos colegas e a colegas e dano ao patrimônio da escola
37	2016	Julho	2015	26 Verso	Agressão física, desrespeito a colega e passando a mão no corpo da colega
	2016	Agosto	2015	32	Agressão física
39	2016	Outubro	2015	39	Dano ao patrimônio da escola
40	2016	Outubro	2015	39	Agressão física, desrespeito a funcionários e colegas
41	2016	Novembro	2015	40 Verso	Dano ao patrimônio da escola
42	2016	Novembro	2015	42 Verso	Agressão física
43	2017	Março	2015	52	Agressão física e dano ao patrimônio da escola
44	2017	Março	2015	53	Agressão física e verbal
45	2017	Março	2015	55	Agressão física
46	2017	Março	2015	56 Verso	Agressão física
47	2017	Março	2015	57 Verso	Indisciplina e desinteresse
48	2017	Junho	2015	Folha anexa	Agressão física
49	2017	Agosto	2015	66 Verso	Agressão física incentivada por outros estudantes
50	2017	Setembro	2015	70	Discriminação e preconceito
51	2017	Setembro	2015	71 Verso	Dano ao patrimônio da escola
52	2017	Setembro	2015	73	Agressão física e dano ao patrimônio
53	2017	Setembro	2015	74 Verso	Agressão física
54	2017	Setembro	2015	78	Agressão física
55	2018	Março	2018	10	Agressão física
56	2018	Abril	2018	14	Agressão física
57	2018	Abril	2018	16 Verso	Agressão física
58	2018	Abril	2018	17	Agressão física

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos livros de registro da escola (2019).

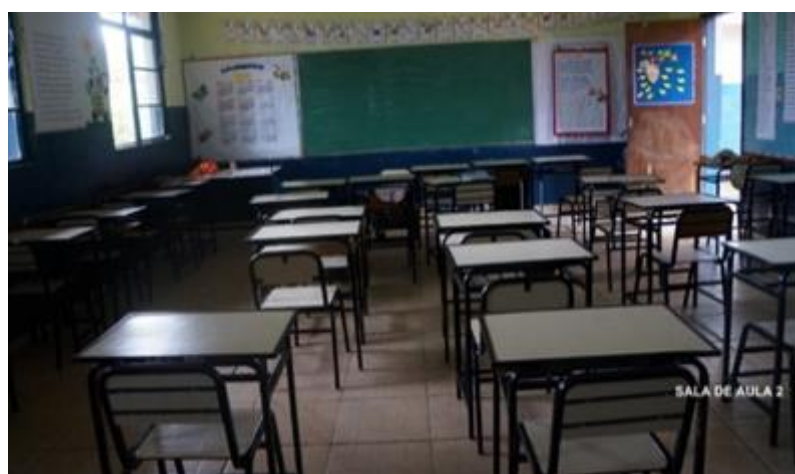
APÊNDICE B – Imagens da escola estudada

Biblioteca da Escola



Fonte: acervo pessoal (2018).

Sala de aula



Fonte: acervo pessoal (2018).

Secretaria da Escola



Fonte: acervo pessoal (2018).

Terreno atrás da Escola



Fonte: acervo pessoal (2018).

Cozinha da Escola



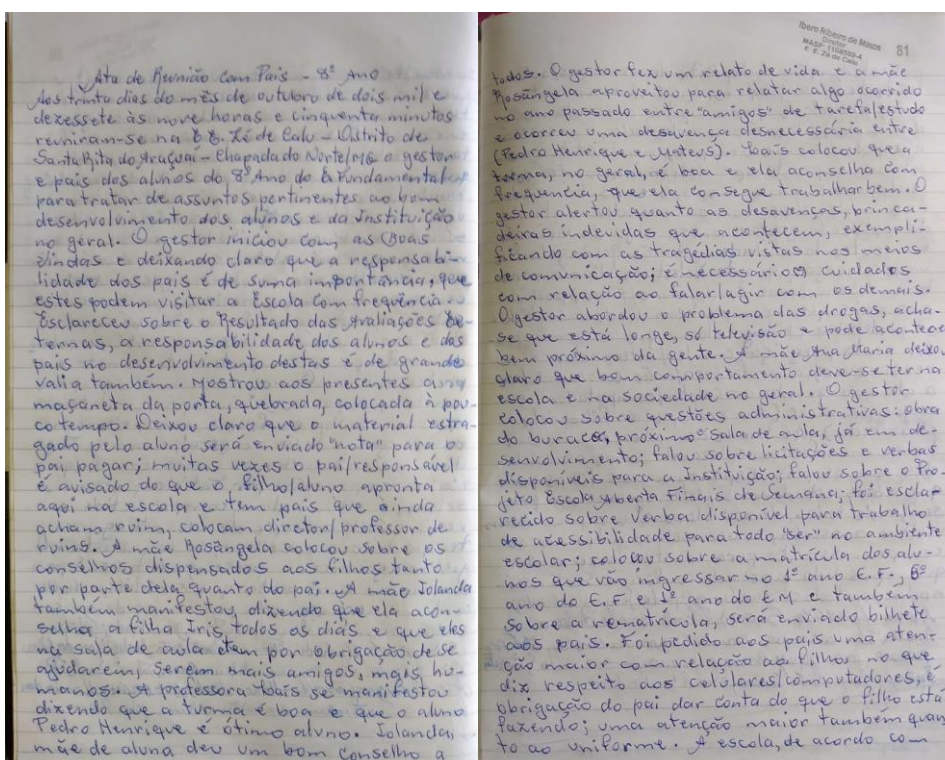
Fonte: acervo pessoal (2018).

Diretoria da Escola



Fonte: acervo pessoal (2018).

Atas de reuniões



o gestor, não é depósito de crianças/adolescentes, o pai/responsável tem autonomia/faculdade para visitar a escola no dia a dia; filho é pra vida toda, é necessária pulso firme sempre na instituição-aluno e por tempo determinado. Foi colocada, mais uma vez, sobre as brincadeiras indevidas como esconder material do outro. O gestor contou algo da vivência em outra localidade. A mãe Rosângela fez uma colocação quanto à leitura diária para bom desenvolvimento do aluno/filho, pediu aos pais que acompanhem nesse sentido. A professora Shirley colocou que a turma possui muita preguiça, em ler/interpretar e reescrever; a professora/mãe colocou sobre a atenção quanto ao celular/computador, e o que se mexe (deu exemplo do filho dela, João Pedro) até tarde da noite. A mãe Santa se manifestou, colocando sobre os cuidados que os pais dispensam aos filhos para que estes estudem. O gestor agradeceu a presença de todos, deixou claro que os pais devem visitar a escola, e aconselhou a turma que compromissos. É para constar laurei a citação que após lida e achada conforme será assinada por todos. Luciana, Jo. de Jesus Machado, Maria Aparecida Soares, Jolanda Corvalão de Souza, Amália Espina Soares, Santa Helena da Costa, Rosemary, Ana Gracy Barroso Pereira Gomes, Lucinda, Jolanda Rosângela Champa, Santa Helena, e todos os filhos do 8º Ano.

Porta de sala de aula I



Fonte: acervo pessoal (2018).

Porta de sala de aula II



Fonte: acervo pessoal (2018).

Janelas com vidros quebrados



Fonte: acervo pessoal (2018).

Carteiras quebradas por estudantes



Fonte: acervo pessoal (2018).

Alambrado danificado



Fonte: acervo pessoal (2018).

APÊNDICE C – Questionários

Questionários para professores e demais funcionários					
	Assertivas	Discordo	Mais discordo do que concordo	Concordo mais que discordo	Concordo
1	As normas disciplinares são respeitadas pelos estudantes.				
2	As brigas interferem nos processos de ensino.				
	As brigas interferem nos processos de aprendizagem.				
3	A destruição do patrimônio da escola interfere na forma como o estudante se relaciona com a escola.				
4	A destruição do patrimônio da escola prejudica os espaços em que as atividades são desenvolvidas.				
5	As brigas entre estudantes acontecem com frequência na escola.				
	As brigas na escola acontecem na hora do recreio.				
	As brigas na escola acontecem na hora da entrada das aulas.				
	As brigas na escola acontecem na hora da saída das aulas				
6	A direção conversa com os estudantes após as agressões físicas.				
	A direção conversa com os estudantes após as agressões verbais.				
7	Os professores agem para evitar brigas na escola.				
8	A escola tem realizado discussões sobre os processos de violência após brigas entre estudantes.				
9	Na escola existe um bom relacionamento entre estudantes e professores.				
10	Os professores conversam sobre a violência com os estudantes				
11	A gestão conversa sobre a violência com os estudantes.				
12	Já vivi situações de violência física na escola.				
13	Já vivi situações de violência verbal na escola.				
14	Já presenciei colegas quebrando materiais da escola (janelas, portas, cadeiras).				

15	Os xingamentos e apelidos desrespeitosos são comuns entre os estudantes.				
16	Tenho bom relacionamento com meus estudantes.				
17	Tenho um bom relacionamento com os responsáveis pelos estudantes.				
18	Já presenciei violência física dentro da escola.				
	Já presenciei violência verbal dentro da escola.				
19	Os motivos de brigas na escola começam fora da instituição.				
20	Durante as aulas os estudantes usam violência física e isso atrapalha o desenvolvimento das atividades.				
	Durante as aulas os estudantes usam violência verbal e isso atrapalha o desenvolvimento das atividades e verbal.				
21	Os professores estimulam o diálogo na resolução das brigas.				
22	Os professores buscam escutar os estudantes nas situações de violência verbal para compreender os motivos.				
23	Os professores buscam escutar os estudantes nas situações de violência física para compreender os motivos.				
24	Compartilho com a gestão da escola situações de violência física ajudando a pensar formas de diminuir a violência escolar.				
25	Compartilho com a gestão da escola situações de violência verbal ajudando a pensar formas de diminuir a violência escolar.				
26	Os atos de violência não provocam reflexões na escola.				
27	Não me sinto como parte integrante da escola.				
28	Não sinto incômodo com relação á violência dentro da escola.				
29	A atuação dos pais e/ou responsáveis nos casos de violência verbal contribui para minimizá-las dentro da escola.				
30	A atuação dos pais e/ou responsáveis nos casos de violência física contribui para minimizá-las dentro da escola.				
31	A gestão conversa com os estudantes sobre normas de convívio.				
32	A gestão da escola busca conversar com os pais sobre a violência para trabalhar colaborativamente com eles.				

Questionário para estudantes				
Assertivas	Discordo	Mais discordo que concordo	Mais concordo que discordo	Concordo
Os professores conversam sobre a violência com os estudantes				
A gestão conversa sobre a violência com os estudantes				
Já vivi situações de violência física na escola				
Já vivi situações de violência verbal na escola				
Já presenciei colegas quebrando materiais da escola (janelas, portas, cadeiras)				

Fonte: elaborado pelo autor.

APÊNDICE D – Síntese das principais leis apresentadas

	Lei ou Resolução	O que estabelece
01	Lei Federal N.º 11.988/2009	Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País. A atividade escolar lúdica desta Lei terá duração de 1 (uma) semana e objetivará ministrar conhecimentos relativos a matérias não constantes do currículo obrigatório, tais como: ecologia e meio ambiente, educação para o trânsito, sexualidade, prevenção contra doenças transmissíveis, direito do consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente.
02	Lei Estadual N.º 22.443/2016	Dispõe sobre o desenvolvimento de atividades educativas nos estabelecimentos de ensino de educação básica da rede estadual. Nos estabelecimentos de ensino de educação básica da rede estadual, serão desenvolvidas atividades educativas direcionadas aos estudantes que, dentro do ambiente escolar, causarem dano ao patrimônio público ou privado ou à integridade física ou moral das pessoas.
03	Lei Estadual N.º 18.354/2009	Estabelece a participação do colegiado escolar quanto à adoção de medida administrativa ou disciplinar em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e estudantes, no âmbito da escola.
04	Lei Estadual N.º 22.623/2017	Estabelece medidas e procedimentos para os casos de violência contra profissionais da educação ocorridos no âmbito das escolas públicas estaduais.
05	Resolução da SEE- MG N.º 3685/2018	Institui na Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais o Plano de Convivência Democrática no ambiente escolar.

06	Lei Estadual N.º 23.366/2019	Institui política estadual de promoção da paz nas escolas, a ser implementada nos estabelecimentos de ensino vinculados ao sistema estadual de educação.
----	---------------------------------	--

ANEXO A – Lei nº 11.988, de 27 de julho de 2009

Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Todas as escolas de ensino fundamental e médio da rede pública no País realizarão, em período a ser determinado pelas Secretarias Estaduais de Educação, a atividade denominada Semana de Educação para a Vida.

Art. 2º A atividade escolar aludida no art. 1º desta Lei terá duração de 1 (uma) semana e objetivará ministrar conhecimentos relativos a matérias não constantes do currículo obrigatório, tais como: ecologia e meio ambiente, educação para o trânsito, sexualidade, prevenção contra doenças transmissíveis, direito do consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, etc.

Art. 3º A Semana de Educação para a Vida fará parte, anualmente, do Calendário Escolar e deverá ser aberta para a participação dos pais de estudantes e da comunidade em geral.

Art. 4º As matérias, durante a Semana de Educação para a Vida, poderão ser ministradas sob a forma de seminários, palestras, exposições-visita, projeções de **slides**, filmes ou qualquer outra forma não convencional.

Parágrafo único. Os convidados pelas Secretarias Estaduais de Educação para ministrar as matérias da Semana de Educação para a Vida deverão possuir comprovado nível de conhecimento sobre os assuntos a serem abordados.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de julho de 2009; 188º da Independência e 121º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

ANEXO B – Lei Estadual 22.443, de 21 de dezembro de 2016

Dispõe sobre o desenvolvimento de atividades educativas nos estabelecimentos de ensino de educação básica da rede estadual, nas situações que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º – Nos estabelecimentos de ensino de educação básica da rede estadual, serão desenvolvidas atividades educativas direcionadas aos estudantes que, dentro do ambiente escolar, causarem dano ao patrimônio público ou privado ou à integridade física ou moral das pessoas.

§ 1º – Em caso de dano à integridade física ou moral dos profissionais de educação, além das atividades educativas a que se refere o caput, serão adotados procedimentos previstos em regulamento.

§ 2º – As atividades educativas a que se refere o caput:

I – têm por objetivo a conscientização do estudante sobre os efeitos de seus atos e a formação de sua cidadania, de forma a promover a convivência harmônica no ambiente da escola e a aprimorar as relações interpessoais entre os membros da comunidade escolar;

II – terão natureza extracurricular;

III – poderão abordar temas relacionados aos direitos e deveres do estudante, à violência no ambiente escolar, ao respeito ao patrimônio público e à responsabilização por eventuais danos.

Art. 2º – As atividades educativas a que se refere o art. 1º serão propostas pelo colegiado escolar e orientadas pelos gestores escolares, nos termos do regimento interno da escola.

Art. 3º – As atividades educativas a que se refere o art. 1º serão, nos termos de regulamento, registradas e comunicadas à Superintendência Regional de Ensino e, em caso de estudantes menores de dezoito anos, comunicadas também aos pais ou responsáveis.

Parágrafo único – No registro a que se refere o caput, será descrita a ocorrência que deu origem à aplicação da atividade educativa.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 21 de dezembro de 2016;
228º da Inconfidência Mineira e 195º da Independência do Brasil.

ANEXO C – Lei Estadual 18.354, de 26 de agosto de 2009

Determina a participação dos colegiados escolares dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual na situação que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º – A direção do estabelecimento de ensino da rede pública estadual consultará previamente o colegiado escolar quanto à adoção de medida administrativa ou disciplinar em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e estudantes, no âmbito da escola.

Parágrafo único – O Conselho Tutelar será ouvido se necessária a aplicação de medida de proteção à criança e ao adolescente, nos termos da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

(Vide alínea “c” do inciso II do art. 4º da Lei nº 22.623, de 27/7/2017.)

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 26 de agosto de 2009; 221º da Inconfidência Mineira e 188º da Independência do Brasil.

AÉCIO NEVES

Danilo de Castro

Renata Maria Paes de Vilhena

Vanessa Guimarães Pinto

Data da última atualização: 28/7/2017.

ANEXO D – Lei Estadual 22.623, de 27 de julho de 2017

Estabelece medidas e procedimentos para os casos de violência contra profissionais da educação ocorridos no âmbito das escolas públicas estaduais.

(Vide Lei nº 23.366, de 25/7/2019, com produção de efeitos, no que se refere ao disposto no § 1º do art. 6º, dois anos após a data de sua publicação).

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º – Em caso de violência contra profissional da educação ocorrido no âmbito de escola pública estadual, serão adotadas as medidas e os procedimentos previstos nesta lei.

Art. 2º – Para os efeitos desta lei, considera-se violência contra o servidor profissional da educação qualquer ação ou omissão decorrente, direta ou indiretamente, do exercício de sua profissão, que lhe cause morte, lesão corporal, dano patrimonial, dano psicológico ou psiquiátrico, incluída a ameaça a sua integridade física ou patrimonial.

CAPÍTULO II**DA PREVENÇÃO E DO COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**

Art. 3º – Para fins de prevenção e combate à violência nas escolas, serão adotadas as seguintes medidas:

I – realização de seminários e debates anuais nas escolas sobre o tema da violência no ambiente escolar, com a participação de estudantes e funcionários da escola e da comunidade;

II – realização de seminários e palestras informando os procedimentos a serem adotados em caso de violência ou ameaça de violência no ambiente escolar, contando com o envolvimento dos servidores das escolas e das superintendências regionais de ensino;

III – inclusão dos temas da violência no ambiente escolar e da cultura da paz no currículo e no projeto político-pedagógico da escola;

IV – criação de equipe multidisciplinar nas superintendências regionais de ensino para mediação de conflitos no âmbito das escolas estaduais e acompanhamento psicológico, social e jurídico da vítima no ambiente escolar;

V – promoção de formação para os agentes públicos que serão responsáveis pelos procedimentos definidos nesta lei e para a equipe multidisciplinar a que se refere o inciso IV;

VI – criação e manutenção de protocolo on-line para registro de ameaça ou agressão física ou verbal, com fácil acesso e uso e com ampla divulgação, nas escolas e nas superintendências regionais de ensino;

VII – outras medidas voltadas para a redução ou a eliminação da violência no ambiente escolar.

CAPÍTULO III

DAS PROVIDÊNCIAS EM CASO DE VIOLÊNCIA FÍSICA OU VERBAL OU DE AMEAÇA

Art. 4º – Na hipótese de prática de violência física contra o servidor, sua chefia imediata, ao tomar conhecimento da ocorrência, adotará as seguintes providências:

I – acionará imediatamente a Polícia Militar, comunicando o fato ocorrido, com o devido registro por meio de boletim de ocorrência;

II – até três horas após a agressão:

a) encaminhará o servidor agredido ao atendimento de saúde;

b) acompanhará o servidor agredido ao estabelecimento de ensino, se necessário, para a retirada de seus pertences;

c) no caso de violência praticada por estudante menor de dezoito anos, comunicará o fato ocorrido aos pais ou ao responsável legal do agressor e acionará o Conselho Tutelar, observado o disposto na Lei nº 18.354, de 26 de agosto de 2009, e o Ministério Público;

d) comunicará oficialmente, por escrito, à superintendência regional de ensino a agressão ocorrida;

e) informará ao servidor os direitos a ele conferidos por esta lei, em especial sobre o protocolo on-line a que se refere o inciso VI do art. 3º;

III – até trinta e seis horas após a agressão:

a) procederá ao registro em ata do ocorrido, contendo o relato do servidor agredido;

b) dará ciência à equipe multidisciplinar da superintendência regional de ensino para que esta promova o acompanhamento psicológico, social e jurídico da vítima no ambiente escolar;

c) adotará as medidas necessárias para garantir o afastamento do servidor vítima de agressão do convívio com o agressor no ambiente escolar, possibilitando ao servidor, conforme o caso, o direito de mudar de turno ou de local de trabalho ou de se afastar de suas atividades, assegurada a percepção total de sua remuneração, observada a legislação pertinente;

d) dará início aos procedimentos necessários para a caracterização de acidente de trabalho.

Parágrafo único – Caso o prazo previsto para o atendimento do disposto na alínea “c” do inciso III do *caput* não possa ser cumprido em razão de licença para tratamento de saúde da vítima, o direito de mudar de turno ou de local de trabalho será assegurado ao servidor imediatamente após o regresso às atividades.

Art. 5º – Na hipótese de violência verbal ou ameaça contra o servidor, sua chefia imediata adotará as medidas cabíveis para assegurar a integridade física e mental do servidor e, no que couber, as providências previstas no inciso I, nas alíneas “c”, “d” e “e” do inciso II e “a”, “b” e “c” do inciso III do art. 4º, observados os prazos estabelecidos nesse artigo para essas providências.

Art. 6º – Compete à chefia imediata do servidor requerer aos órgãos competentes a caracterização de acidente de trabalho nos casos de agressão sofrida por servidor no ambiente escolar, mediante encaminhamento da seguinte documentação, no prazo obrigatório de oito dias úteis a contar da ocorrência:

I – declaração preenchida em formulário próprio;

II – fotocópia da ata a que se refere a alínea “a” do inciso III do art. 4º desta lei;

III – fotocópia legível do boletim de ocorrência policial.

Art. 7º – Em caso de incapacidade para o trabalho, será agendada avaliação pericial para o servidor agredido.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º – A inobservância das normas contidas nesta lei implicará responsabilidade administrativa para o infrator e para quem, direta ou indiretamente, tenha dado origem ao ato de omissão e perda do prazo legal, nos termos da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e demais normas aplicáveis, sem prejuízo das medidas penais e civis cabíveis.

Art. 9º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 27 de julho de 2017; 229º da Inconfidência Mineira e 196º da Independência do Brasil.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

Data da última atualização: 26/7/2019.

ANEXO E – Resolução SEE 3685/2018



RESOLUÇÃO SEE Nº 3685, DE 29 DE JANEIRO DE 2018.

Institui na Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais o Programa de Convivência Democrática no Ambiente Escolar.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de sua competência, e tendo em vista o disposto na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, na Lei Federal nº 9.394/1996, na Lei Federal nº 13.005/2014, na Lei Federal nº 13.185/2015, na Lei Estadual nº 22.623, de 27 de julho de 2017, no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, na Resolução CNE nº 01, de 30 de maio de 2012, e no Decreto Estadual nº 47.227, de 02 de agosto de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Convivência Democrática no Ambiente Escolar em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais.

Art. 2º - O Programa de Convivência Democrática tem por objetivos:

- I - difundir a defesa e garantia de Direitos Humanos nas escolas e territórios educativos;
- II - fomentar o reconhecimento e o respeito às identidades e à diversidade no ambiente escolar;
- III - estimular a convivência democrática nas escolas;
- IV - contribuir para a prevenção e redução das violências no contexto escolar;
- V - promover a formação continuada de gestores/as e educadores/as;
- VI - consolidar espaços de diálogo e construção coletiva dentro do ambiente escolar integrando escola e comunidade;

VI - consolidar espaços de diálogo e construção coletiva dentro do ambiente escolar integrando escola e comunidade;

VII - incentivar as parcerias com as Redes de Proteção Social no território educativo.

Art. 3º - As escolas deverão elaborar o seu Plano de Convivência Democrática.

§ 1º - As escolas irão instituir uma comissão com representantes das/os estudantes, docentes, ASB, ATB, especialistas, diretoras/es e responsáveis das/os estudantes.

§ 2º - O Plano de Convivência Democrática será elaborado pela escola com ampla participação da comunidade e aprovado pelo Colegiado Escolar, no prazo de 90 dias contados a partir do primeiro dia letivo do calendário escolar anual. Posteriormente deverá encaminhar uma cópia digital para a Superintendência Regional de Ensino à qual está circunscrita.

§ 3º - O Plano de Convivência Democrática será monitorado, avaliado e revisado anualmente pela comunidade escolar.

Art. 4º - No Plano de Convivência Democrática constará:

- I - Um diagnóstico situacional;
- II - Ações pedagógicas coerentes com o diagnóstico;

PUBLICADO EM

30 JAN 2018

Art. 5º - Será disponibilizado para as escolas o Sistema de Registro de Situações de Violências.

§ 1º As escolas deverão realizar os registros das situações de violências que ocorrem no âmbito escolar no Sistema.

§ 2º O Sistema tem como objetivo obter informações referentes às violências que ocorrem dentro das escolas, identificar quais são mais frequentes e traçar um mapa das situações de violências. Esses dados irão subsidiar planejamentos, ações e a execução de políticas públicas para a prevenção e redução das violências no ambiente escolar por meio de ações pedagógicas.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, em Belo Horizonte, aos 29 de janeiro de 2018.


MACAÉ MARIA EVARISTO DOS SANTOS
Secretária de Estado de Educação

PUBLICADO EM

30 JAN. 2018

ANEXO E – Lei Estadual 23.366, de 25 de julho de 2019

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a política estadual de promoção da paz nas escolas, a ser implementada nos estabelecimentos de ensino vinculados ao sistema estadual de educação.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se violência na escola:

I - o uso de força física ou de intimidação moral por parte de membro da comunidade escolar como um ato de subjugação de outro membro da comunidade;

II - a prática de ato que cause danos a bem de membro da comunidade escolar ou ao patrimônio escolar;

III - a prática do bullying, entendido como a ação realizada de modo intencional e repetitivo, por meio eletrônico ou presencialmente, com o objetivo de intimidar ou agredir a vítima, causando-lhe dor ou angústia.

Art. 3º São objetivos da política estadual de promoção da paz nas escolas:

I - Prevenir e enfrentar as condições geradoras de violência na escola;

II - fortalecer o papel social da escola na promoção da paz, da cidadania, da solidariedade, da tolerância e do respeito ao pluralismo e à diversidade étnica e cultural;

III - fortalecer a escola como espaço de reflexão e de resolução de conflitos por meio do diálogo;

IV - preservar o patrimônio material das escolas.

Art. 4º Serão observadas, na implementação da política de que trata esta lei, as seguintes diretrizes:

I - reconhecimento da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, como marco jurídico da garantia de direitos e da promoção de responsabilidades de crianças e adolescentes;

II - compartilhamento de responsabilidades entre os órgãos executivos da política de educação e a Polícia Civil, a Polícia Militar, os Conselhos Tutelares, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Poder Judiciário;

III - integração entre a comunidade escolar e as organizações da sociedade civil na formulação, na execução e no acompanhamento das medidas decorrentes da política de que trata esta lei;

IV - garantia da participação das agremiações estudantis na formulação, na execução e no acompanhamento das medidas decorrentes da política de que trata esta lei;

V - adoção dos princípios e das práticas da mediação de conflitos e da justiça restaurativa no enfrentamento cotidiano da violência na escola;

VI - valorização da cultura do jovem e do protagonismo juvenil no cotidiano escolar;

VII - garantia de apoio logístico, na forma de regulamento, aos conselhos de segurança escolar e comunitária.

Art. 5º São instrumentos da política de que trata esta lei:

I - realização de pesquisas e diagnósticos sobre as condições geradoras de violência nas escolas, com a colaboração de entidades e especialistas;

II - implementação de plano de prevenção e enfrentamento à violência na escola na rede pública estadual e orientação para sua implementação nas redes públicas municipais, mediante articulação entre o Poder Executivo e os órgãos e entidades mencionados nos incisos II a IV do art. 4º desta lei;

III - atendimento social e psicológico aos membros da comunidade escolar envolvidos em casos de violência na escola, por meio das redes públicas de saúde e de assistência social, observado o disposto no inciso IV do art. 3º da Lei nº 22.623, de 27 de julho de 2017.

Art. 6º Os estabelecimentos de ensino vinculados ao sistema estadual de educação observarão as seguintes diretrizes específicas:

I - inclusão, no projeto político-pedagógico, de plano de promoção da paz na escola, para a consecução dos objetivos da política de que trata esta lei;

II - instituição, no regimento escolar, de normas de convivência que explicitem direitos e deveres dos membros da comunidade escolar e procedimentos a serem adotados em caso de violência na escola, observada a Lei nº 22.623, de 2017;

III - registro dos casos de violência na escola, com informações sobre as providências adotadas e o monitoramento dos resultados, sem prejuízo do disposto no inciso VI do art. 3º da Lei nº 22.623, de 2017;

IV - organização de ações educativas, culturais, sociais e esportivas que valorizem o papel da família na formação de crianças e jovens e reforcem os vínculos entre a escola e a comunidade.

§ 1º O ato de reconhecimento de curso de ensino fundamental e médio oferecido por estabelecimento privado de ensino, ou sua renovação, fica condicionado ao cumprimento do disposto nos incisos I a III do caput deste artigo.

§ 2º O registro de que trata o inciso III do caput será disponibilizado aos membros da

comunidade escolar, à Secretaria de Estado de Educação e à Superintendência Regional de Ensino, na forma de regulamento.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos no que se refere ao disposto no § 1º do art. 6º dois anos após a data de sua publicação.

Belo Horizonte, aos 25 de julho de 2019; 231º da Inconfidência Mineira e 198º da Independência do Brasil.

ROMEU ZEMA NETO